

ISCTE-IUL

Escola de Tecnologias e Arquitectura
Departamento de Arquitectura e Urbanismo
Mestrado Integrado em Arquitectura

Maria Alexandra Canadas Carreira

Trabalho de projecto submetido como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Arquitectura

A Cidade Nova de Santo André. Uma Utopia Urbana na Primavera Marcelista

Orientadora:

Doutora, Ana Vaz Milheiro, Professora Auxiliar, ISCTE-IUL

Sines - Indústria e Estrutura Portuária

Tutor:

Doutor, Pedro da Luz Pinto, Professor Auxiliar, ISCTE-IUL

Novembro de 2016

015	1. Vertente Teórica: <i>A Cidade Nova de Santo André. Uma Utopia Urbana na Primavera Marcelista</i>
157	2. Vertente Prática: <i>Sines: Indústria e Estrutura Portuária</i>
167	2.1. Trabalho de Grupo: <i>A Imaterialidade do Vazio</i>
197	2.2. Trabalho Individual: <i>Silo Multifuncional</i>

À professora Doutora Ana Vaz Milheiro, pela disponibilidade e confiança com que abraçou este trabalho.

Ao professor Doutor Pedro Pinto, pela orientação e tranquilidade com que encarou este ano,

Aos arquitectos, Francisco Silva Dias, Domingos Tavares e Tomás Taveira pela disponibilidade com que me receberam e deram os seus testemunhos,

Às “amigas de cinco anos”, Bárbara, Mariana, Joana e Susana, sem as quais não teria sido o mesmo e que levo comigo para o futuro,

Aos amigos que, não o eram, e passaram a ser,

Às minhas amigas de sempre, Luísa e Daniela, e aos PT's, pelos momentos de descontração que permitiram manter a sanidade e boa disposição,

À minha família, por todo o apoio e motivação, em especial aos meus avós que, embora ausentes, com certeza, me acompanharam ao longo destes cinco anos,

Ao João, pela companhia, paciência e por me ajudar a continuar sem nunca desistir,

Finalmente, aos meus pais, por todos os sacrifícios e por me ensinarem a voar mais alto.

Projecto Final de Arquitectura
Mestrado Integrado em Arquitectura

Maria Alexandra Canadas Carreira

Trabalho teórico submetido como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Arquitectura

A Cidade Nova de Santo André
Uma Utopia Urbana na Primavera Marcelista

Orientadora:

Doutora, Ana Vaz Milheiro, Professora Auxiliar ISCTE-IUL

Novembro de 2016

Entre as décadas de 60 e 70 do século XX, acreditando que a industrialização seria o motor para o desenvolvimento da economia nacional, o governo do Estado Novo lança os Planos de Fomento com o objetivo de valorizar e apostar na indústria em Portugal. Em 1971, já sob a orientação de Marcello Caetano e orientado pelo III Plano de Fomento, é lançado o empreendimento de Sines - um porto de aspiração mundial e um complexo de indústrias de base planeado para receber siderurgias, refinarias e indústria automóvel. Para além disso, desenhava-se também uma rede viária e uma cidade de raiz, Santo André.

A construção de uma cidade nova era a oportunidade de ensaiar soluções urbanísticas mais depuradas e seria a resposta às necessidades habitacionais que o empreendimento de Sines exigia. Como acontecimento isolado foi “o maior projecto nacional do séc. XX, só comparável ao empreendimento da guerra colonial” (Eloy, 1997, 102). Ainda na década de 70 começaram a chegar os primeiros habitantes a uma cidade pensada para 100 mil habitantes, mas que nunca ultrapassou os 16 mil (Ribeiro, 2014). Construída do zero, no meio do areal e do pinhal, foi desenhada ou contou com a participação de quase todos os grandes arquitetos portugueses.

Este trabalho apresenta uma leitura sobre a fundação, génese e evolução da Cidade Nova de Santo André, filha do projeto industrial e portuário de Sines procurando estabelecer uma relação entre o construído ao largo da Lagoa de Santo André.

Between the 60's and 70's of the 20th century, in the belief that the industrialization would be the booster for the national economy's development, the Estado Novo government releases the Planos de Fomento with the goal of valuing and investing in the Portuguese industry. In 1971, already under Marcello Caetano's guidance and guided by the III Plano de Fomento, the enterprise of Sines is released – a port of worldwide aspiration and a base industry complex planned to receive steel mills, refineries and automobile industry. Furthermore, a road network and a city from scratch, Santo André, were also being designed.

The construction of a new city was the opportunity to rehearse more depurated urbanistic solutions and would be the answer to the housing needs that the enterprise of Sines required. As an isolated occurrence it was “the biggest national project of the 20th century, only comparable to the colonial war enterprise” (Eloy, 1997, 102). Still in the 70's the first inhabitants started to arrive to a city conceived for 100 000 inhabitants, but that never outgrew the 16 000 (Ribeiro,2014). Built from scratch, in the middle of the beach sand and the pinewood, it was designed or at least counted with the participation of almost all of the great Portuguese architects.

This communication presents an approach on the foundation, genesis and evolution of the New City of Santo André, born from the industrial and port project of Sines seeking to establish a connection between the construct by the lagoon of Santo André.

019	01. Resumo
021	02. Abstract
025	03. Índice de Figuras
029	04. Introdução - Estado da Arte
037	1.1. Enquadramento Histórico e Político
043	1.2. O Surgimento do Complexo de Sines e Santo André
049	1.3. O Gabinete da Área de Sines
053	2.1. Centro Urbano de Santo André - Génese e Formação
067	2.2. Programa Habitacional para Santo André
107	3.1. Santo André na Imprensa - Publicações
115	4.1. Considerações Finais
121	5.1. Bibliografia
125	6.1. Anexo A - Entrevistas
133	6.2. Anexo B - Material de Arquivo
143	6.3. Anexo D - Artigo Conferência PNUM 2016

- 1 – **Visita de Marcello Caetano a Sines**, sem data. Imagem cedida pela Trienal de Arquitectura de Lisboa
- 2 – **Zona de atuação direta do Gabinete da Área de Sines**. Fonte: Decreto-Lei n.º 270/71, de 19 de Junho
- 3 – **Plano Geral de Ordenamento do Território**. Fonte: Arquitectura e Vida, n.º 79, 2006
- 4- **Esquemas de conceito para Santo André**. Imagem cedida pelo Arquiteto Francisco Silva Dias
- 5 – **Plano para Santo André**. Imagem cedida pelo Arquiteto Francisco Silva Dias
- 6- **Seis hipóteses para o desenvolvimento urbano**. Imagem cedida pelo Arquiteto Francisco Silva Dias
- 7 – **Sétima hipótese de desenvolvimento urbano**. Imagem cedida pelo Arquiteto Francisco Silva Dias
- 8 – **Habitação em Santo André no ano de 1979**. Fonte: Arquivo Distrital de Setúbal. Manipulação de imagem pela autora
- 9- **Planta de Localização – Bairro da Lagartixa**. Imagem da autora
- 10 – **Planta de Implantação- Bairro da Lagartixa**. Fonte: Arquivo Distrital de Setúbal. Manipulação de imagem pela autora
- 11 – **Planta tipo – Bairro da Lagartixa**. Redesenho da autora
- 12 – **Planta de Localização – Bairro Azul**. Imagem da autora
- 13 – **Fotografia Bairro Azul**. Fotografia da autora
- 14 – **Planta tipo – Bairro Azul**. Redesenho da autora
- 15 – **Planta de Localização – Bairro dos Serrotes**. Imagem da autora
- 16 – **Fotografia Bairro dos Serrotes**. Fotografia da autora
- 17 – **Planta de Implantação – Bairro dos Serrotes**. Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa. Manipulação de imagem pela autora
- 18 – **Plantas 1º, 2º e 3º pisos**. Redesenho da autora
- 19 – **Plantas 4º piso e cobertura**. Redesenho da autora
- 20 – **Alçados e Cortes – Bairro dos Serrotes**. Redesenho da autora
- 21 – **Planta de Localização – Bairro da Atalaia**. Imagem da autora
- 22 – **Alçados – Bairro da Atalaia**. Fonte: Sistema para a Informação do Património Arquitectónico (SIPA)
- 23 – **Plantas 1º, 2º e 3º pisos e cobertura**. Fonte: Sistema para a Informação do Património Arquitectónico (SIPA)
- 24 – **Planta de Localização – Bairro das Panteras**. Imagem da autora
- 25 – **Fotografia Bairro das Panteras**. Fotografia da autora

27 – Fotografia Bairro do Picapau. Fotografia da autora

28 – Alçado Principal – Bairro da Atalaia. Redesenho da autora

29 – Planta de Localização – Bairro do Pinhal. Imagem da autora

30 – Fotografia Bairro do Pinhal. Fotografia da autora

31 – Alçado Principal – Bairro do Pinhal. Redesenho da autora

32 – Planta de Localização – Bairro do Porto Velho. Imagem da autora

33 – Fotografia Bairro do Porto Velho. Fotografia da autora

34 – Alçados Bairro do Porto Velho. Fonte: Sistema para a Informação do Património Arquitectónico (SIPA)

35 – Planta de Localização – Bairro do Pôr do Sol. Imagem da autora

36 – Fotografia Bairro do Pôr do Sol. Fotografia da autora

37 – Planta de Localização – Bairro das Torres. Imagem da autora

38 – Fotografia Bairro das Torres. Fotografia da autora

Em Portugal, o século XX foi marcado como um período de alterações drásticas a vários níveis, desde várias mudanças de regime e política económica, a alterações a nível social, como consequência das primeiras. Um século marcado pela abertura do país à Comunidade Económica Europeia e ao resto do Mundo. Na década em que o país viu operarem-se grandes mudanças, com a revolução do 25 de Abril e, já no final do regime do Estado Novo, surge o empreendimento de Sines – um complexo industrial e portuário de aspiração mundial – que se esperava ser motor dessa abertura ao mundo. Neste contexto, surge também a criação da única cidade nova, construída de raiz, em Portugal no século XX, a Cidade Nova de Santo André. Quando observado no seu contexto histórico, a construção de uma cidade nova, não foi caso único do seu tempo no panorama internacional. Em Portugal, à época, foi algo de inovador. As circunstâncias em que foi pensada e criada, o organismo que lhe deu origem, as dificuldades que abalaram o seu desenvolvimento, quem nela trabalhou, constituem apenas algumas questões a que esta investigação procura responder.

No campo dos estudos da história da arquitetura são escassos os trabalhos de investigação levados a cabo em Portugal sobre a cidade de Santo André. Como metodologia de trabalho foram consultadas fontes primárias e secundárias, sendo a consulta de documentos relevantes realizada em bibliotecas e arquivos, como a Biblioteca Nacional de Portugal, Biblioteca da Ordem dos Arquitectos e Biblioteca da Universidade Católica Portuguesa no Campus de Lisboa, bem como no Arquivo Distrital de Setúbal, Arquivo do Forte de Sacavém e ainda consulta online do Arquivo Municipal de Lisboa. A dispersão de informação a cerca de Santo André, obrigou a várias deslocações a arquivos, tais como Arquivo Distrital de Setúbal de modo a consultar o espólio do Gabinete da Área de Sines e, ao Arquivo do Sistema de Informação para o Património Arquitetónico (SIPA) localizado no Forte Sacavém. Do espólio localizado em Setúbal, foram consultados mapas do núcleo urbano e alguns contratos realizados entre o gabinete e arquitetos e artistas que desenvolveram trabalhos em Santo André. No Arquivo do SIPA, procedeu-se à consulta dos projetos dos bairros que constituem a nova cidade. Esta dispersão de informação e, os entraves colocados ao acesso a alguns documentos, dificultaram o processo de investigação. Foram realizadas ao longo do ano várias visitas ao caso de estudo, assim como levantamento fotográfico do mesmo. Para melhor contextualização e fundamento do trabalho, procedeu-se ainda a entrevistas que se encontram transcritas em anexo. A entrevista ao Arquiteto Francisco Silva Dias realizou-se em sua casa em Lisboa no dia 6 de Julho de 2016; a entrevista ao Arquiteto Domingos Tavares ocorreu no dia 14 de Julho de 2016 no seu atelier no Porto; e uma conversa com o Arquiteto Tomás Taveira realizada no seu atelier em Lisboa no dia 17 de Junho de 2016. O Arquiteto Tomás Taveira disponibilizou ainda um conjunto de considerações sobre o processo de Sines que também se encontram em anexo.

As fontes primárias escolhidas para a realização deste trabalho é a própria cidade de Santo André, a entrevista realizada ao Arquiteto Francisco Silva Dias, os mapas e informações consultados nos arquivos, bem como a tese realizada pela Arquitecta Maria João Eloy Rodrigues. Como fontes secundárias são escolhidos artigos e publicações periódicas que se debruçam sobre a cidade e o seu desenvolvimento.

O presente trabalho apresenta uma leitura sobre a fundação, génese e evolução da Cidade Nova de Santo André, filha do projeto industrial e portuário de Sines procurando estabelecer uma relação entre o construído ao largo da Lagoa de Santo André. O trabalho é constituído por quatro capítulos.

O I capítulo, tendo por base o período cronológico que antecede o lançamento do empreendimento de Sines, inicia-se com uma contextualização da situação política e social portuguesa e o panorama internacional, procurando estabelecer uma conjuntura à data da construção do complexo. De seguida, abordam-se as origens do complexo de Sines e do organismo que orientou o desenvolvimento do complexo. No II capítulo, após todas as apresentações ao tema que envolve este trabalho, procede-se ao estudo da Cidade Nova de Santo André, com o levantamento e elencar da história da criação da cidade e dos bairros que a compõem. No III capítulo, são enunciados e analisados os artigos

e publicações em periódicos, da altura e mais recentes, que mencionam a nova cidade. Por fim, o IV capítulo é reservado para considerações finais.

Do presente trabalho, resultou um artigo intitulado, “A Cidade Nova de Santo André – A Utopia na Primavera Marcelista”, apresentado na V Conferência Internacional da Rede Lusófona de Morfologia Urbana – PNUM 2016, no dia 16 de Julho de 2016, em Guimarães.

O trabalho teórico que se apresenta surgiu no âmbito da vertente teórica da unidade curricular de Projeto Final de Arquitetura do Mestrado Integrado em Arquitetura do ISCTE-IUL (Instituto Universitário de Lisboa) e, insere-se no projeto “Habitações para o maior número: Lisboa, Luanda, Macau [PTDC/ATP-AQI/3707/2012], apoiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia dentro na linha temática “Modos de Habitar, Sociedade e Cultura Arquitetónica”.

Os estudos sobre a cidade de Santo André são escassos, conhecem-se apenas três dissertações, uma de mestrado, uma de doutoramento e, ainda, outra de doutoramento em preparação e, algumas publicações periódicas, nem todas da especialidade, que abordam o desenvolvimento da cidade. O trabalho desenvolvido numa destas dissertações constitui um ponto de partida para o trabalho e, procura-se que este estudo seja também ponto de partida para investigações futuras, eventualmente mais aprofundadas sobre a Cidade Nova de Santo André. Revelou-se imprescindível começar este trabalho com uma leitura das diferentes abordagens ao estudo de cidades portuguesas levadas a cabo por profissionais de áreas como a história, a arquitetura e as ciências sociais.

O método histórico parece ser aquele capaz de nos oferecer a verificação mais segura de qualquer hipótese sobre a cidade; a cidade é, por si mesma, depositária de história.

(Rossi, 1966, 193)

Em Portugal, a primeira abordagem ao estudo da morfologia das cidades é nos dada pela disciplina da história. Personagens como José Augusto França¹, com as suas monografias ‘A reconstrução de Lisboa e a Arquitectura Pombalina’ e ‘Lisboa: Urbanismo e Arquitectura’ onde aborda a cidade de Lisboa. Em 1980, ao longo de oito capítulos editados pelo Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, França aborda o processo de reconstrução de Lisboa no pós-terramoto de 1755.

A reconstrução de Lisboa após o terramoto de 1755 é um dos factos mais importantes da história da cultura e das sociedades portuguesas. Mas a “Lisboa Pombalina”, graças à clarividência do marquês de Pombal que soube escolher o melhor dos projectos apresentados por Manuel da Maia e devido a Eugénio dos Santos é também um facto considerável no quadro sociocultural da “Europa do Iluminismo”.

(França, 1977, 175)

Em 1980, em ‘Lisboa: Urbanismo e Arquitectura, regressa ao estudo da capital portuguesa, mas, desta vez, para se debruçar sobre o desenvolvimento da cidade lisboeta desde a era medieval até à Lisboa do Estado Novo.

Nascida do estuário do Tejo e no monte do Castelo, organizada pelos Romanos, desenvolvida na Idade-Média, Lisboa viveu em euforia o século dos Descobrimentos, ganhou consciência urbanística e arquitectónica em Seiscentos e teve aparente fausto joanino. O Terramoto e Pombal em certa medida fizeram dela uma cidade do Iluminismo, mas só pode crescer após 1880 num capitalismo sem arquitectura por modesta Avenidas Novas que os anos 40 do Estado Novo multiplicaram em bairros triste duma cidade de mau consumo.

(França, 1980, 195)

Contudo, muito do que é escrito na área da história urbana portuguesa foi também levado a cabo por investigadores de outras disciplinas que não a história. Para além da abordagem histórica, também, a Cidade na perspetiva dos arquitetos tem sido alvo de variadas publicações. Nessa abordagem destacam-se autores como Nuno Grande².

Em “O Verdadeiro Mapa do Universo: Uma leitura diacrónica da cidade portuguesa”, publicado em 2002, pelo Departamento de Arquitetura da Universidade de Coimbra, Nuno Grande estabelece oito momentos representativos da “diversidade e contradição de fazer cidade” (Grande, 2002, 23) que, nos permitem uma leitura transversal sobre a evolução da cidade portuguesa desde a fundação da nacionalidade à era

¹ (N. 1922) professor catedrático da Universidade de Lisboa, é doutorado em Letras (1969) e História (1962) pela Universidade de Paris (1969) e diplomado em Ciências Sociais-Sociologia da Arte pela École Pratique des Hautes Etudes de Paris.

² (N. 1966) professor auxiliar do Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, é licenciado em Arquitectura pela Universidade do Porto (1992) e doutorado em Arquitectura pela Universidade de Coimbra (2009).

da metrópole. Nuno Grande, faz uma leitura da cidade através dos seus elementos infraestruturais como a muralha, o rossio, o traçado, a infra-estrutura e, outros de natureza menos material como a cidade como objeto, ou como obra pública, as fracturas na cidade e os vazios e emergências da mesma.

Nesta leitura evolutiva dos conceitos de (infra)estruturação urbana, pressente-se a forma como, progressivamente, os mesmo se vão afastando de uma definição material ou objectual para adquirirem, a partir do Iluminismo, uma definição mais abstracta ou conceptual, a que não são alheias a formação da disciplina urbanística e a separação definitiva entre teoria e prática, entre escola e estaleiro, no desenho da cidade. Da muralha, que também é limite do lugar, aos vazios ou às emergências contemporâneas, que nos remetem para o conceito de não-lugar, percorre-se a história das centralidades, dos monumentos, dos desenhos, dos planos e dos processos que sedimentamos na conformação das nossas cidades.

(Grande, 2002, 25)

Por fim, a cidade sob a perspetiva das Ciências Sociais, é nos dada por autores como Teresa Barata Salgueiro. Em “A Cidade em Portugal - Uma Geografia Urbana”, publicado em 1992, como resultado da sua atividade de investigação e professora de Geografia Urbana na Faculdade de Letras de Lisboa, Teresa Barata Salgueiro reflete sobre os conceitos e critérios inerentes à urbanização das cidades.

A nossa civilização é eminentemente urbana. Mesmo em Portugal, país moderadamente urbanizado, o teatro urbano, como experiência de vida permanente ou ocasional, em todos exerce acentuada influência.

(Salgueiro, 1992, 11)

No caso específico de Santo André as menções são muito breves. Conhecem-se dissertações, teses, artigos e ainda um episódio de um programa de televisão que constituem casos de estudo na realização deste trabalho teórico.

Destaca-se a tese de mestrado de Maria João Eloy Prata Cardoso Rodrigues, realizada na Faculdade de Arquitetura da Universidade Técnica de Lisboa, com o título “O Preconceito no Conteúdo da Cidade: A Cidade Nova de Santo André no projecto estruturante de Sines”, de Dezembro de 1997. Ponto de partida para este estudo, o trabalho organiza-se em cinco capítulos. Num primeiro capítulo introdutório, é feito um enquadramento conceptual, metodológico e teórico enunciando como objetivo,

(...) contribuir para o entendimento dos conceitos que podem hoje representar o conteúdo da cidade, através de uma pesquisa das implicações que têm para esse entendimento as renovadas gerações de preconceitos, assumidos como regularidades e crenças e traduzidos em atitudes.

(Rodrigues, 1997, 4)

Para campo de análise de preconceitos, a autora, optou por duas situações: o debate sobre o processo de regionalização em Portugal e o planeamento e vivência da “cidade gorada de Santo André” (Rodrigues, 1997, p.186). Os dois capítulos seguintes – II e III - englobam estes dois conceitos. No III capítulo, aborda ainda a questão dos grandes projetos nacionais ou projetos estruturantes, a Expo '98, o Centro Cultural de Belém e o desenvolvimento da zona ribeirinha de Lisboa e, a Cidade Nova de Santo André no polo de desenvolvimento da Área de Sines. No capítulo que segue, sob a forma de anexo, cabe a “investigação prospectiva que explicita as tendências que permitam avaliar se a Vila Nova de Santo André poderá vir a ser um destes casos (...)” (Rodrigues, 1997, 73). No último capítulo, IV, conclui

(...) elucidou-se o conceito de cidade e de região, admitindo à partida, que esse objectivo reclama a exegese dos fenómenos urbanos e regionais e do que neles releva o filosófico e o histórico.

O estudo efectuado permite concluir que esta exegese só é possível pelos preconceitos do intérprete sobre o fenómeno urbano, a

filosófica e a história, admitindo-se, todavia, que o preconceito, nas suas diversas formas, bloqueia constantemente a sociabilidade ou a erotização, provocadores de comportamentos criativos, próprios da vida urbana.

(Rodrigues, 1997, 186)

“Percurso de Integração, Identidade e Pertencas: Estudo das populações oriundas das ex-colónias em Vila Nova de Santo André, Santiago do Cacém” é uma dissertação de mestrado em Relações Interculturais da Universidade Aberta, realizada por Cristina Galhardo Mendes, de Dezembro de 2012. O objetivo do estudo foi analisar “os processos de integração e as dinâmicas de um grupo de oriundos das ex-colónias africanas, que se ficaram em Vila Nova de Santo André, Santiago do Cacém” (Mendes, 2012, 3). No capítulo final, conclui

A localidade destacou-se também por ter constituído um foco de forte presença de oriundos das ex-colónias, sobretudo de Moçambique e de Angola. Devemos ainda salientar que, volvidas três décadas, a “presença africana” não se atenuou na localidade, tendo, inclusive, se diversificado.

(Mendes, 2012, 99)

Conhece-se ainda a preparação de dissertação de doutoramento do urbanista João Pedro Godinho, com o título “A semiótica e os instrumentos de gestão territorial: estudo do diferencial entre as imagens de um Plano Diretor Municipal”, da Universidade Nova de Lisboa que, ainda se encontra por concluir.

Em 1976, a revista Binário dedica uma edição dupla, números 209-210, ao Complexo de Sines e à cidade que dele nasce. Na totalidade dos seus artigos, são seis dedicados a Santo André. No texto “Centro Urbano de Sto. André – 1º Estabelecimento”, o arquiteto Francisco Silva Dias, um dos responsáveis pela construção da nova cidade, justifica o porquê de se contruir do zero. Nesta dupla edição são ainda abordados os “Princípios utilizados no Estudo do Centro Principal” e, são apresentados três projetos para Santo André – dois projetos habitacionais e um educacional.

“Complexo de Sines – Um projecto em execução”, suplemento do Diário de Notícias de 1978, compila artigos de diversos autores sobre o empreendimento de Sines. “Santo André – a cidade nova que se levanta do nada” é o segmento dedicado ao novo Centro Urbano.

Entre 1978 e 1979, a revista da Companhia Nacional de Petroquímica, C.N.P., com o nome Petrovisão, dedica quatro artigos a Santo André. O primeiro “Habitação: Mil e cem fogos até finais de 1979”, de autor desconhecido, é dedicado ao anúncio de construção de 1 100 fogos para os trabalhadores da empresa sendo que, 450 desses fogos se implantariam em Santo André. Na segunda edição do periódico, é dado a conhecer o projeto habitacional do Bairro dos Serrotes, “Primeiro projecto habitacional da CNP em Santo André”, por Joaquim Jacobetty. Nos seguintes artigos que se debruçam sobre a nova cidade, já nas edições número 8 e 9, outros autores abordam a questão do problema habitacional que se vivia com a construção do empreendimento e de Santo André.

Cidade Aberta é o periódico criado em Santo André pelo Gabinete de Área de Sines. Criado com o objetivo de envolver a população no desenvolvimento da cidade, conta frequentemente com testemunhos de habitantes acerca das construções já efetuadas e dos projetos para o futuro.

É importante conhecer a sua opinião, as suas críticas, as suas sugestões para em conjunto conseguirmos todos fazer de Sto. André uma das cidades em crescimento mais personalizada e atractiva do sul do país. Ajude-nos a fazer de Sto. André a sua cidade.

(Costa, 1982, 2)

“Santo André – A cidade que continua por fazer” é o artigo publicado online pelo jornal Público, da autoria de Raquel Ribeiro, em Março de 2012. Raquel Ribeiro, revisita o projeto do novo centro urbano de Santo André com entrevistas ao arquiteto Guilherme Câncio Martins e aos primeiros habitantes da cidade que dão o seu testemunho de como foi ver Santo André nascer num local onde nada havia, era “areal, pinhal, arrozal, a costa e a lagoa” (Ribeiro, 2014).

Em meados da década de 90, fazia parte da grelha de programação da RTP2, o programa quinzenal “Ver Artes”. Em 1996, é transmitido o episódio “A Cidade Nova de Santo André” da autoria do arquiteto Manuel Graça Dias. Contado com depoimentos dos três mentores do projeto, os arquitetos Guilherme Câncio Martins, Francisco Silva Dias e Luís Vassalo Rosa, o episódio reporta-nos para uma leitura das fases de desenvolvimento e ideais aplicados na sua conceção bem como as angústias dos seus autores.

A primeira metade do séc. XX em Portugal foi marcada por várias alterações na governação do país. A 5 de Outubro de 1910, por meio de um golpe militar, a monarquia portuguesa, já em decadência, é derrubada. Conquistado o poder, Portugal passa a reger-se como uma república democrática, a 1ª República. Marcada por instabilidade política e divergências entre o Estado e a Igreja, estende-se até ao ano de 1926 quando, por nova revolta, dá lugar a um novo regime. Em 1925, a situação geral do país melhorara em relação a anos anteriores no entanto, instabilidade política, dificuldades económicas e a participação de Portugal na 1ª Guerra Mundial causavam agitação social na população (Marques, 1995, 405). Em Maio de 1926, militares encabeçados pelo General Gomes da Costa, partem rumo a Lisboa alcançando a demissão do Governo em funções (Marques, 1995, 405). A partir daí, Portugal passa a ser governado sob Ditadura Militar. Em 1928, é incumbida a António de Oliveira Salazar a chefia da pasta das Finanças (Marques, 1995, 406). Já conhecido pelas suas lições enquanto professor de Economia na Universidade de Coimbra, pelo seu sucesso na chefia das Finanças portuguesas, Salazar fica também conhecido como o “salvador da Nação” (Marques, 1995, 407). A pouco e pouco, o seu controlo passa a abranger outros ministérios e começa assim a definir-se a reorganização constitucional do País que vem a definir em 1929 como um nacionalismo sólido, prudente, conciliador (Marques, 1995, 407). Tendo conseguido eliminar o problema financeiro, em 1932, Salazar torna-se Presidente do Conselho de Ministros, lugar que ocupa durante quase quarenta anos. Em 1933 o Presidente do Conselho de Ministros elabora o documento fundador do novo regime, a Constituição da República Portuguesa. O Estado Novo estava assim firmemente estabelecido.

Em 1945, Portugal era um dos países menos desenvolvidos da Europa. Mais de metade da população trabalhava no sector primário, o que revelava o atraso da economia portuguesa, nomeadamente da agricultura com escassa maquinização que mantinha os níveis de produtividade muito baixos. É no período de rescaldo da Segunda Guerra Mundial que o Governo começa a pôr em prática planos para o desenvolvimento nacional, incluindo os territórios coloniais, os Planos de Fomento (1953-1973). O I Plano (1953-1958), do ponto de vista da sua formalização, era um conjunto de investimentos públicos com os quais se pretendia manter a situação económica preconizada pelo governo do Estado Novo. O primeiro Plano do Fomento, com algumas restrições, marca a transformação do discurso agrário em industrialista, apresentando a necessidade de modernizar e industrializar o país (Caeiro, 2005, 197). O II Plano de Fomento (1959-1964), marca o arranque da industrialização em Portugal em detrimento da agricultura. Sem esquecer a agricultura, a industrialização apresenta-se como o processo mais eficaz de conseguir acelerar o crescimento do produto nacional e melhorar o nível de vida da população. Com o segundo Plano de Fomento surgiram novas indústrias – siderurgia, refinação de petróleos, adubos químicos, ... – e o Estado aposta no lançamento do ambicioso plano hidroeléctrico nacional. Os investimentos públicos aumentam (54,5 %) e Portugal atravessa um aumento em termos de desenvolvimento e crescimento económico (Caeiro, 2005, 199). Com a fórmula política que assegurava a estabilidade do regime a esgotar-se, surge a necessidade de um novo plano, o Plano Intercalar de Fomento (1965-1967). O Plano tem como preocupação essencial garantir a expressão de uma política económica realista na determinação de garantir a coordenação entre os objetivos para o crescimento económico e as exigências de defesa do país. Fundamentalmente, procurava-se acelerar o ritmo de expansão económica de forma que Portugal se aproxime dos níveis de desenvolvimento e progresso dos países da Europa Ocidental. Neste plano, atribuiu-se o papel motor às indústrias transformadoras, a par da construção e do turismo (Caeiro, 2005, 208).

Em 1969, já com Marcello Caetano no lugar de Presidente do Conselho, é aplicado o III Plano de Fomento (1968-1973), com vista a assegurar o progressivo desenvolvimento económico e social português (Caeiro, 2005, 210). No que diz respeito a investimentos, no terceiro e último Plano de Fomento, resultado da carência grave em que se encontravam, são considerados prioritários os sectores da saúde, agricultura e

educação (Caeiro, 2005, 210). No sector agrícola, a prioridade é evidente por ter sido o sector menos abrangido pelos planos anteriores e porque, o seu desenvolvimento apresentava atrasos em relação a outros sectores. O investimento neste sector apresentava-se como resposta à necessidade de atenuar tensões que pendiam sobre o meio rural e abrandar o êxodo das populações do meio rural para as grandes cidades (Caeiro, 2005, 210). Neste III Plano, tiveram origem os dois grandes projetos para o desenvolvimento económico, o complexo industrial de Sines e a barragem do Alqueva. O primeiro, aprovado em 1971, optando-se por Sines como local ideal para a concentração de indústrias de base. O segundo, aprovado em 1973, tinha como principais objetivos o fornecimento de água e energia ao complexo de Sines e a irrigação de 135 000 hectares de terra e só é dado como concluído já no século XXI (Caeiro, 2005, 200).

O crescimento económico proporcionado pela adesão à industrialização, apesar de significativo, era insuficiente para recuperar o atraso que separava Portugal dos países mais desenvolvidos. Ainda na década de 60, Portugal continuava na cauda da Europa ocidental e, a pobreza excessiva no meio rural, juntamente com a tensão que se vivia com a Guerra Colonial, originaram uma extraordinária movimentação das populações em procura de uma vida melhor, quer para os principais centros urbanos nacionais, quer para o estrangeiro. As migrações entre campo e cidade, sobretudo para as áreas metropolitanas de Lisboa e Porto, conheceram nesta década um forte impulso só mesmo suplantado pela emigração para os países europeus. Socialmente o panorama nacional era demarcado por grandes contrastes em que por um lado a classe operária e do meio rural eram sujeitos a viver sob condições de vida duras enquanto que, a classe burguesa e aristocratas beneficiavam de fortunas nascidas do comércio e especulação (Henriques, 1997, 136). Ao mesmo tempo, a emigração para as colónias, que nunca tinha atingido valores muito significativos, mantinha-se modesta. Na esperança de encontrarem melhores condições de vida, ano após ano, aumentava o número de emigrantes que saíam do País (Marques, 1995, 415). Consequentemente, a população portuguesa estagnou e certas regiões, principalmente no interior norte e centro, quase despovoaram.

As periferias de Lisboa e Porto cresceram exponencialmente, dando origem ao nascimento de cidades-satélites nos subúrbios, novas urbanizações na periferia e a bairros de lata ou clandestinos. Em Lisboa, a rápida e intensa suburbanização transformou Lisboa numa metrópole de edificado residencial de origem bem diversificada. Desde os grandes conjuntos residenciais, a bairros decorrentes da urbanização das quintas na periferia, até aos bairros de barracas e de habitação “clandestina” (Nunes, 2013, 83). Os anos 60, são marcados por iniciativas publicadas de planeamento: o Plano Diretor da Região de Lisboa (1959-1964); a criação do Fundo Fomento de Habitação (1969); o Plano Intercalar de Fomento (1965-1967) e o III Plano de Fomento (1968-1973). Esta década, é ainda, marcada pelo relançamento do programa de Habitações de Renda Económica, em 1959. Desta iniciativa, sob instrução do Gabinete Técnico de Habitação (GTH), nascem os primeiros grandes programas habitacionais de Lisboa – Olivais Norte e Olivais Sul (Nunes, 2013, 83). Até à data, o local de implantação do bairro dos Olivais Norte, possuía um carácter rural e industrial (Cruz et al., 2016, 50). Em 1955, é apresentado o estudo-base para o ordenamento dos Olivais Norte, surgindo já enunciados os princípios da Carta de Atenas propondo que “quase todo o espaço verde previsto se comporte como um logradouro coletivo da população” (Mendes, [s.d.], 98). Tal como a zona Norte, Olivais Sul era sobretudo zona de exploração agrícola. Urbanisticamente, procurou-se criar uma estrutura habitacional integrada na malha da cidade, provida de todos os equipamentos necessários a uma vida semiautónoma, com percursos pedonais independentes das vias automóveis. Os conceitos aplicados no desenho do bairro resultam do contacto direto de muitos dos arquitetos do GTH com as novas tendências internacionais, nomeadamente com as new towns inglesas, libertando-se da influência mais direta da Carta de Atenas aplicada em Olivais Norte (Dias et al., 2016, 63). Internacionalmente, à escala de cidade e não de bairro, já era tendência a construção de novos aglomerados nas periferias de grandes cidades. Pelo país foram construídas 22 new towns sob orientação dos New Town Acts. Construídas entre as décadas de 1940 e 1960, são consequência da destruição inglesa no pós-Guerra. As novas cidades ofereciam um futuro modernista junto das grandes vias automóveis e de caminhos de ferro a cerca de 20 a 40 km de grandes cidades. O brutalismo proliferou nestes novos assentamentos, demograficamente pouco densos, que se apoiavam em grandes áreas verdes que fazem a separação entre estradas, indústria e habitação (Harlow, Stevenage e Bracknell, 2013). Desde o início do século XX, o petróleo passara a ser o principal fornecedor de energia, permitindo o progresso acelerado dos países industrializados e criando grandes potências económicas. A partir do fim da Primeira Guerra Mundial, o Médio Oriente, como principal fornecedor

de petróleo do mundo, passou a ser alvo de cobiça por parte dos europeus, que colonizando e explorando as suas riquezas, dominam a região por décadas. Já na segunda metade do século, nas décadas de 60 e 70, a economia global encontra-se completamente dependente do “ouro negro” e, sem este não há progresso (Marques, 1995, 486). Do petróleo comercializado, menos de 10 % permanecia no país produtor. No final da Segunda Guerra Mundial, os países produtores iniciam uma luta progressiva contra as empresas que detinham o controlo da extração de petróleo. Para além de vantagens económicas, foram interesses políticos que desencadearam este conflito. As derrotas que os países árabes sofreram nas Guerras dos Seis Dias (1967) e do Yom Kippur (1973), fizeram do petróleo uma arma económica contra os israelitas. De modo a pressionar os Estados Unidos e a Europa, que deram o seu apoio a Israel, os países árabes uniram-se, reduzindo a produção, forçando a um aumento radical do preço do barril (Marques, 1995, 487). Toda a economia mundial saiu afetada, principalmente a Europa, Japão e os países em desenvolvimento. Com todos estes conflitos, Portugal vem a beneficiar do fecho do Canal do Suez, desativado com o eclodir da Guerra dos Seis Dias, para o lançamento do complexo de Sines. Contudo, a crise do petróleo representa o primeiro abalo ao megaempreendimento e, mais tarde a reabertura do Canal em 1975 também vem questionar a viabilidade de Sines.

Socialmente o panorama nacional era demarcado por grandes contrastes em que por um lado a classe operária e do meio rural eram sujeitos a viver sob condições de vida duras enquanto que, a classe burguesa e aristocratas beneficiavam de fortunas nascidas do comércio e especulação (Henriques, 1997, 140). Ao mesmo tempo, a emigração para as colónias, que nunca tinha atingido valores muito significativos, mantinha-se modesta. Na esperança de encontrarem melhores condições de vida, ano após ano, aumentava o número de emigrantes que saíam do País (Marques, 1995, 490). Consequentemente, a população portuguesa estagnou e certas regiões, principalmente no interior norte e centro, quase despovoaram.

Após o fim da Segunda Guerra Mundial, com o objetivo de promover a cooperação internacional e impedir que outro conflito a nível mundial se formasse, tinha sido estabelecida a Organização das Nações Unidas. Portugal aderiu com 10 anos de atraso, em 1955, e demoraria cerca de 20 anos a ganhar o respeito da comunidade internacional (Rocha, 2015.). Desde o início da ONU, Portugal mostrou interesse em fazer parte, porém, a ambição imperialista de Salazar, que recusava abrir mão dos territórios ultramarinos, colocou o país no centro das discussões da ONU. Embora houvesse algumas desconfianças relativamente à organização, Portugal não se quis isolar internacionalmente e, em 1946, avança para a candidatura (Rocha, 2015). A adesão de Portugal, atrasada pelas peripécias da guerra fria e, impedida pelo veto da URSS na primeira candidatura, só se veio a concretizar a 14 de Dezembro de 1955 (Silva, 1995, 5). No ano de 1960, a ONU toma uma posição em relação à questão colonial. Nesse ano, as três resoluções que saem da Assembleia Geral, definem o que eram territórios coloniais, determinando que todos os povos tinham direito à sua independência (Rocha, 2015). É aprovada uma lista de territórios a que deviam ceder a independência e, nessa lista estavam contempladas todas as colónias portuguesas (Rocha, 2015)

À data, quase todas as colónias de países europeus tinham conquistado a sua independência, com a exceção de Portugal (Silva, 1995, 8) que, em meados dos anos 60 ainda detinha um extenso domínio colonial. Territorialmente muito extenso, este império era formado por regiões pouco desenvolvidas e, apesar de muito ricas em matérias-primas, como Angola e Moçambique, o atraso tecnológico e económico da metrópole não tinha permitido promover o desenvolvimento pleno das potencialidades das colónias (Silva, 1995, 8). A recusa da descolonização levou a inevitáveis conflitos de luta pela independência das colónias. Em 1961, surgiram em Luanda e no Norte de Angola, violentas desmonstrações anticolonialistas. Em 1963, estes movimentos alargaram-se à Guiné-Bissau. Por sua vez, em 1964, irromperam conflitos pela libertação de Moçambique. Com isto, o Governo dirigiu maiores investimentos para estas províncias e, como consequência as grandes cidades desenvolveram-se, surgiram novas indústrias e aumentou a extração de matérias-primas. Aos poucos, Portugal foi se envolvendo numa longa guerra colonial nestas três frentes – Angola, Guiné e Moçambique) que se estendeu de 1961 até 1974 (Rocha, 2015).

Em 1973, a Guerra Colonial estava praticamente perdida na Guiné, e encontrava-se num impasse em Angola e Moçambique, o regime ago-

nizava com Marcello Caetano a recusar uma solução política para a questão.

Nos campos, nas fábricas, nas universidades e meios intelectuais e, nas Forças Armadas, a luta contra o regime intensificou-se. Na madrugada do dia 25 de Abril de 1975, o Movimento das Forças Armadas, iniciou as operações que visavam “a libertação do País do regime que o oprime desde o golpe de Estado de 28 de Maio de 1926. (...) O movimento pretendia também pôr fim às guerras na Guiné, Angola e Moçambique” (O Movimento das Forças Armadas prosseguirá na sua acção libertadora, 1974, 1). Durante a madrugada, os militares do Movimento das Forças Armadas, ocuparam os estúdios do Rádio Clube Português e, em emissão anunciaram o início da queda do regime português. Em Lisboa, os militares cercaram vários ministérios e o Quartel do Carmo, onde Marcello Caetano se refugiara. Ao fim do dia, Marcello Caetano rende-se e entrega o poder ao General António Spínola. Ainda em 1974, em Julho, o Presidente da República, o general Spínola, anuncia a independência das colónias portuguesas. Um dos efeitos da descolonização foi o retorno dos portugueses que viviam nas colónias e recebiam os efeitos da independência.



Visita de Marcello Caetano a Sines, s.d.
Fonte: Trienal de Arquitectura de Lisboa

Na primeira metade do século XX, Portugal era dos países menos desenvolvidos da Europa. A partir da segunda metade do século a política económica, até ao momento estagnada, assume a aposta no sector industrial. O novo modelo de desenvolvimento, procurava satisfazer “as necessidades prementes da nossa economia e criar as necessárias condições de competitividade nos mercados internacionais” (Decreto-Lei nº 270/71 de 19 de Junho da Presidência do Conselho, 1971, 912).

A decisão tomada em 1971, para a criação de uma área concentrada de indústrias de base em Sines estava integrada numa política de modernização da economia, cujos parâmetros estavam contidos no III Plano de Fomento (1970-1973) (Martins, 1987, 354). No contexto de uma política económica e de acordo com os objetivos fixados, surge o projeto de Sines, representando a “primeira e única tentativa para implementar a nova política já nos finais do ciclo de acentuado crescimento das economias ocidentais dos anos 60” (Martins, 1987, 354). A concentração, em zona adequada, do empreendimento industrial procurava contribuir para o desenvolvimento acelerado do sector industrial nacional, mas, também, como objetivo final, para o crescimento da região em causa. Como tal, procurando estabelecer equilíbrio e harmonia no progresso de todas as regiões, surgia a oportunidade de criar um novo polo capaz de atenuar a forte atracção exercida, em especial, pelas cidades de Porto e Lisboa. A concentração de grandes unidades industriais, impunha a criação de um porto oceânico com capacidade de receber e servir os grandes navios petroleiros, mineraleiros, graneleiros e cargueiros. Internacionalmente Portugal beneficiava com o fecho do Canal do Suez que permaneceu fora de funções até ao ano de 1975. A construção desta infraestrutura exigia condições naturais que possibilitassem a utilização ao máximo das instalações quer, “na recepção de matérias primas e exportação dos produtos fabricados e outros materiais” (Decreto-Lei nº 270/71 de 19 de Junho da Presidência do Conselho, 1971, 913).

O estuário do Tejo e Sado não conseguiam responder às condições exigidas e, analisados os fatores a atender, o governo opta pela escolha de Sines para a implantação desta nova área de concentração industrial. Em 1972, o Gabinete apresenta a Marcello Caetano o Plano Geral da Área de Sines englobando uma zona de implantação concentrada de indústria de base e um terminal oceânico e os centros urbanos dotados de equipamentos sociais (s.i., 1978, 18). Esquematizava-se assim o que ficaria a ser conhecido como o Complexo de Sines numa área de cerca de 49 000 hectares terrenos e cerca de 30 km de costa envolvendo áreas portuárias, industriais, urbanas e florestais (s.i., 1978, 18).

A estratégia definida assentava no conceito de “porto de águas profundas”, cujo conteúdo tinha em conta a dinâmica dos sistemas portuário e dos transportes na Europa Ocidental, estratégia que punha em evidência quer a transformação radical da geografia dos fluxos de mercadorias e das actividades portuárias quer as vantagens locacionais da costa portuguesa. A estas condições só alguns portos na Europa poderiam responder, nomeadamente no que refere às profundidades requeridas, já que na sua quase totalidade se encontravam localizados em estuários.

(Martins, 1987)

Na primeira metade da década de 70, segundo o Decreto-Lei nº 108/75 de 6 de Março, tinha sido definido o “plano de realizações no domínio da refinação de petróleo e da indústria petroquímica” a acomodar em Portugal no período do IV Plano de Fomento. Para este efeito, já tinha sido constituída em 1972 a Companhia Nacional de Petroquímica (C.N.P.) que se vem a instalar no Complexo de Sines em 1976. Para além da C.N.P., o complexo vivia também da esperança da vinda da fábrica FORD, anunciada em 1982 pela publicação Cidade Aberta.

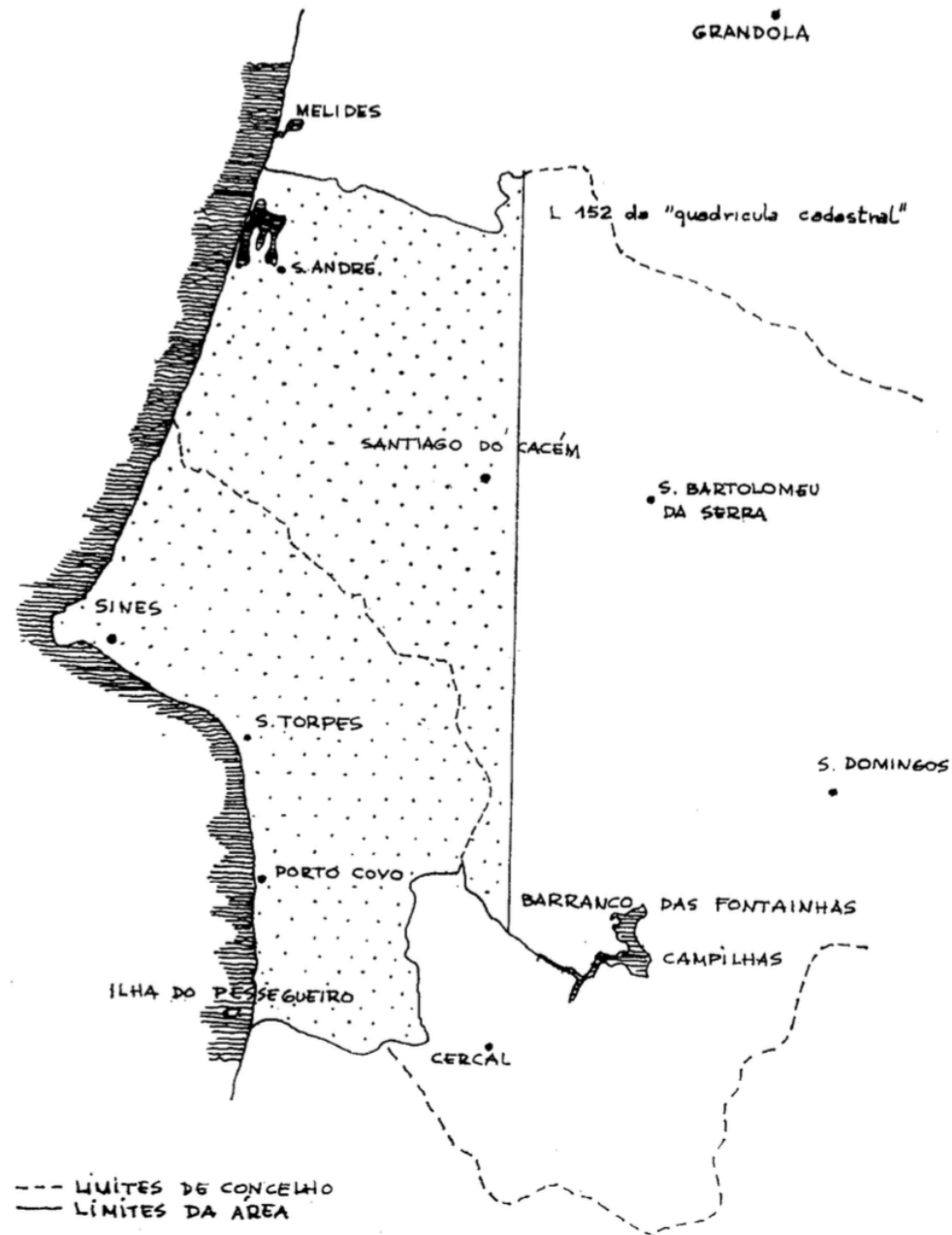
A criação de uma área industrial concentrada pressupunha a criação em paralelo de um centro urbano “exigido pela concentração populacional resultante das atividades, com a instalação e o funcionamento dos respetivos equipamentos sociais” (Decreto-Lei nº 270/71 de 19 de Junho da Presidência do Conselho, 1971, 912). Segundo Guilherme Cândio Martins, o crescimento urbano poderia ser assegurado de duas

formas distintas,

1 - com base nos aglomerados existentes, Sines e Santiago do Cacém ou as duas em conjunto; 2 - com base na criação de uma cidade nova e no crescimento moderado dos centros existentes. Estas matrizes deram origem a sete alternativas de organização do crescimento urbano. No primeiro grupo, o da expansão dos aglomerados existentes, consideraram-se três situações - a expansão de Sines, a expansão de Santiago do Cacém e a dos dois núcleos urbanos no seu conjunto. A segunda família de soluções - a cidade nova associada a uma expansão dos centros existentes - originou quatro alternativas: localização entre a vila de Sines e a lagoa de Santo André. O estabelecimento de critérios de ordem ambiental, de acessibilidade industrial, de estratégia na ocupação do espaço disponível, da melhor utilização das potencialidades existentes, permitiu afastar cinco das sete hipóteses, permanecendo a da criação de uma cidade nova junto da lagoa de Santo André e a expansão dos aglomerados existentes.

(Martins, 1987, 350)

Foi escolhida uma área de pinhal situada a 16 km a norte da vila de Sines num local plano com excelentes condições para a construção e bafejado por ventos predominantemente vindos de norte, a protegê-lo de qualquer poluição vinda das áreas industriais (s.i., 1978, 20). Ficava assim contemplado o subprojecto de criação de uma cidade nova nas proximidades da Lagoa de Santo André e equidistante dos núcleos urbanos de Sines e Santiago do Cacém. O novo Centro Urbano de Santo André tinha como objetivo, acolher um total de 100 000 habitantes num curto espaço de tempo (Ribeiro, 2014).



Zona de atuação directa do Gabinete da Área de Sines
Fonte: Decreto-Lei n.º 270/71, de 19 de Junho

A concretização dos objetivos que se procurava atingir com a criação da área industrial concentrada e respetivos aglomerados urbanos, impunha uma série muito variada de atuações. Para além do planeamento global permanente, projetar, executar e pôr em funcionamento as infraestruturas e os serviços de apoio necessários às atividades, tornava-se necessário, promover a realização dos diversos empreendimentos e assegurar a exploração do empreendimento através do regime mais vantajoso para cada caso em particular (Decreto-Lei n.º 270/71 de 19 de Junho da Presidência do Conselho, 1971, 913). Para se fazer Sines e o novo polo urbano, era necessário haver uma política industrial continuada, persistente e com capacidade de execução (Ribeiro, 2014). Pelas múltiplas tarefas exigidas e a necessidade da sua execução em curtos prazos é confiada “a direção e a promoção de tais tarefas a um organismo especialmente criado para o efeito (...) dotado de personalidade jurídica e autonomia administrativa e financeira” (Decreto-Lei n.º 270/71 de 19 de Junho da Presidência do Conselho, 1971, 913).

Em 1971, o Governo de Marcello Caetano designava uma comissão de trabalho com a missão de aprofundar os estudos da localização de uma área de implantação de indústria de base (s.i., 1978, 22). Nesse mesmo ano, o Presidente da República Américo Thomaz, promulga o Decreto-Lei n.º 270/71 em que é criado o Gabinete do Plano de Desenvolvimento da Área de Sines, abreviadamente designado por Gabinete da Área de Sines (G.A.S.), com o objetivo de promover o desenvolvimento urbano-industrial da área de Sines. A chefiar o recém-formado organismo são indigitados o Arquiteto Guilherme Câncio Martins e o Engenheiro António Martins. O anúncio da criação do novo empreendimento industrial e portuário e do Gabinete é feito por Marcello Caetano e é com o próprio que Guilherme Câncio Martins e António Martins reuniam semanalmente (Ribeiro, 2014).

Em 1972, O G.A.S. apresenta o Plano Geral da Área de Sines reunindo: a) uma zona de implantação concentrada de indústria de base e um terminal oceânico; b) os centros urbanos dotados de equipamentos sociais exigidos pela elevada concentração demográfica resultante das atividades industriais (s.i., 1978).

É possível definir, em traços largos, três períodos distintos de actividade do Gabinete da Área de Sines (GAS), desde a sua criação no início da década de '70 do século passado até à extinção e distribuição das suas competências por outros órgãos de administração central e local (Câmara Municipal de Sines e Câmara Municipal de Santiago do Cacém), pouco mais de 20 anos depois. Responsáveis pelo GAS, nestes três períodos, foram os arquitectos Guilherme Câncio Martins, Francisco Silva Dias e Luís Vassalo Rosa. São factores caracterizantes desses períodos os objectivos a alcançar, a metodologia utilizada e as realizações efectuadas no campo da programação do complexo portuário/industrial e do conseqüente ordenamento do território numa operação singular do século XX em Portugal.

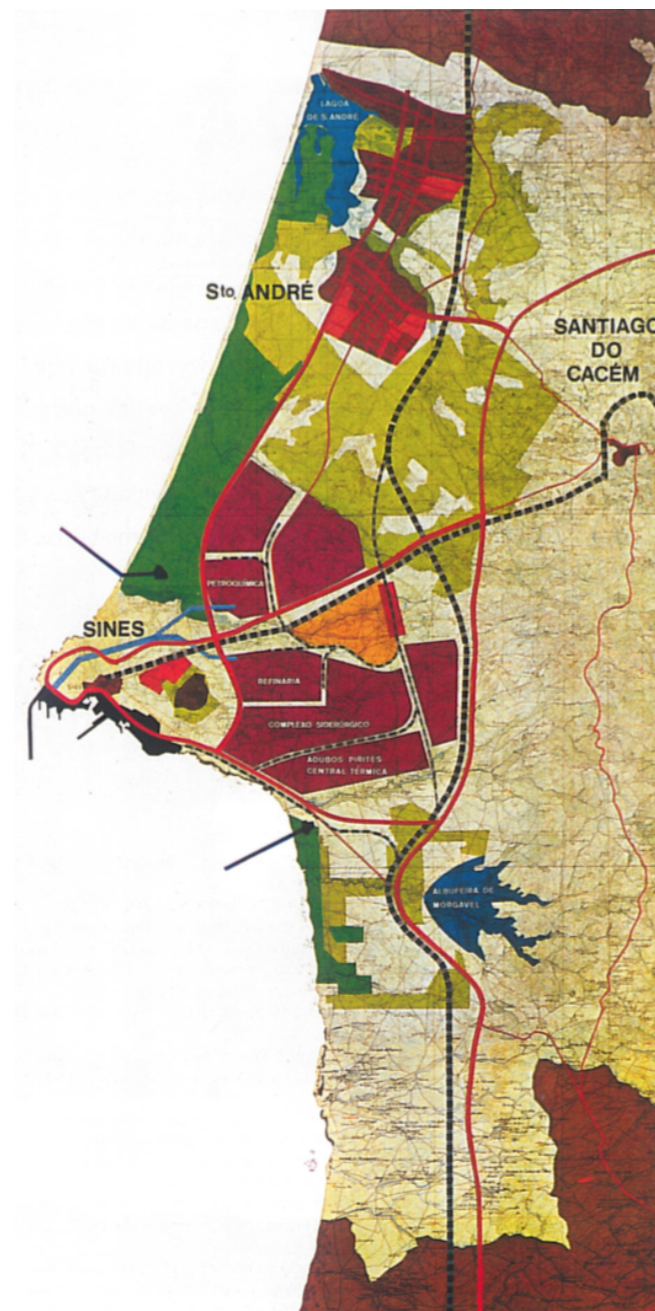
(Martins e Dias, 2007, 68)

O Gabinete da Área de Sines sofre o seu primeiro embate, no panorama nacional, com a queda do regime a 25 de Abril de 1974. Funcionando como um órgão independente e financeiramente autónomo, manter-se-ia nessa independência até ao IV Governo Provisório (1975) até ao momento em que é integrado no Ministério das Finanças, Planeamento e Coordenação Económica (s.i., 1978, 23). A partir desse momento o G.A.S. foi progressivamente sendo esvaziado de poderes ficando então dependente da Secretaria de Estado do Ministério que integra. Em 1989, segundo o Decreto-Lei n.º 117/89 de 14 de Abril, o Gabinete da Área de Sines, “há muito (...) um organismo desajustado da realidade nacional”, é oficialmente extinto.



Em 1974 começaram a aparecer os primeiros forasteiros vindos de diversas partes do país e das ex-colónias. Tinha-se iniciado o Complexo Industrial de Sines, e esta região apresentava-se como a terra prometida. Vinham em busca de um salário garantido e de um nível de vida melhor. Chegavam de mãos vazias, carregando apenas esperanças e ilusões. Vinham de mundos diferenciados pela história, pelas vivências e pelas suas características económicas e sociais. De comum apenas tinham o facto de todos quererem trocar a força dos braços por uma vida melhor.

*Luís de Sttau Monteiro, Um Areal de Esperança
(Ribeiro, 2014)*



Plano Geral de Ordenamento do Território
Fonte: Arquitectura e Vida, n.º 79, 2006

Há mais 40 anos, chegavam os primeiros habitantes à única cidade construída de raiz em Portugal no século XX (Ribeiro, 2014). Criada com o objetivo de produzir o suporte urbano ao Complexo Industrial de Sines, Santo André nasce desinserida de qualquer plano ordenador para a criação de cidades novas no país (Rodrigues, 1997, 46). É sonhada com o objetivo de acolher na sua totalidade 100 000 habitantes. Hoje integrada no município de Santiago do Cacém, a cidade incompleta, comporta cerca de 10 000 habitantes no seu 1º Estabelecimento.

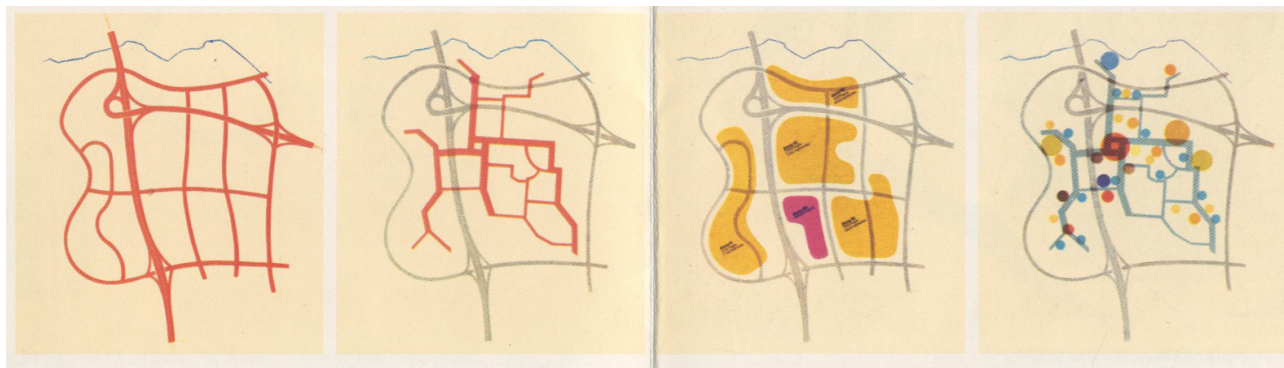
Em cima da mesa estariam três alternativas para solucionar o problema urbanístico colocado pelo afluxo populacional que o Complexo levantava, expandir a vila de Sines; desenvolver Santiago do Cacém; ou criar do zero uma nova cidade. A decisão de ordem política residiu na lógica da vontade de criar um gérmen de cidade para a Área de Sines. Segundo Francisco Silva Dias, na hipótese de desenvolver os núcleos que já existiam e já estabilizados, havia o receio de que uma explosão demográfica fosse transformá-los “numa Amadora ou num Cacém” e isso podia dificultar a criação do gérmen de cidade que o Gabinete procurava. Por outra perspetiva, desenvolver o existente implicava que para a implantação de um equipamento fosse necessário adquirir os terrenos que seriam privados. Assim, construir do zero tinha a vantagem que os terrenos já pertenciam ao Estado afastando a hipótese de uma maior especulação imobiliária. Para além que, com uma cidade nova podia haver um maior equilíbrio entre o equipamento e a habitação. Como tal, o G.A.S. optou pela terceira alternativa, “preparar uma cidade cem por cento nova, tal como Juscelino fizera com Brasília” (s.i., 1978, 53).

Assim, foi escolhida uma área de pinhal situada a 16 km a norte da vila de Sines num local plano com excelentes condições para a construção e bafejado por ventos predominantemente vindos de norte a protegê-la de qualquer poluição vinda das áreas industriais (s.i., 1978, 54). Era, no entanto, um local sem qualquer referência para a construção, “nem um ribeirinho, nem um moinho, nada” (Dias, 06/07/2016). Segundo Guilherme Câncio Martins, um dos fundadores do G.A.S. a par com o engenheiro António Martins, “as rivalidades históricas entre Sines e Santiago não permitiram chegar a um consenso (...) era a cultura do mar contra a cultura da serra” (Ribeiro, 2014) sendo também um fator preponderante na decisão tomada pelo gabinete.

Para dar início ao utópico Complexo de Sines, o G.A.S. adquiriu desde 1973 cerca de 18 000 hectares de terreno representando a maior aplicação da Lei dos Solos (Rodrigues, 1997, 65). Para essas áreas o previsto seria: 2 800 ha para implantação da zona de indústria pesada; 2 400 ha para implantação do porto, expansão do Centro Urbano de Sines e implantação da zona de indústria ligeira; 400 ha para o novo Centro Urbano de Santo André e 200 para implantação de indústria ligeira; 400 ha para expansão do Centro Urbano de Santiago de Cacém e zona de indústria ligeira; 1 000 ha para instalações rodoviárias, ferroviárias e saneamento básico; 11 600 ha de área para florestar e para atividade rural (Rodrigues, 1997, 65).

O objetivo seria criar o novo Centro urbano de forma que este fosse uma alternativa atrativa, cómoda e segura para quem o habitasse, dando importância ao desenvolvimento comunitário dentro da população (s.i., 1978, 54). Indispensável seria prestar relevante atenção ao elemento humano da zona e à necessidade de facilitar a fixação de trabalhadores de todos os níveis. Propunha-se a realização de um programa inicial que incluía habitação, serviços diversos e a criação de instalações para o comércio e para a indústria ligeira, além do início de um complexo recreativo que preenchesse os tempos livres e fosse motivo de atracção e índice de uma certa qualidade de viver (Filipe, 1976, 189). Foram ainda previstos três complexos de indústria ligeira complementares e subsidiários do complexo principal. O primeiro, com 200 ha, integrado no novo Centro Urbano de Santo André, o segundo, com cerca de 25 ha, adjacente ao núcleo de Santiago do Cacém e o terceiro, com cerca de 75 ha, em conexão com as atividades portuárias (Rodrigues, 1997, 71).

Para tal foram necessárias uma série de linhas mestras como: a criação de um sistema viário que permitisse a igual acessibilidade a todos os



Esquemas de ordenamento de Santo André
Fonte: Gabinete da Área de Sines



Zonamento geral	
Imagem contínua linear	Baixa altura
Imagem compacta	Alta densidade
Indústria ligeira	Baixa altura
Imagem dispersa	Baixa densidade
Parque de diversões	
Parque desportivo	
Equipamento e serviços	
Ensino	
Rede viária	

Plano para Santo André
Fonte: Gabinete da Área de Sines

pontos da zona urbana, capaz de proporcionar uma jornada habitação-trabalho rápida e cómoda, e do sistema de estradas nacionais e caminhos de ferro; uma estrutura de redes de encaminhamento de peões (percursos-sombra sob alpendres, percursos cobertos tipo arcadas, percursos em parque) que permita aos habitantes circular em condições de segurança e conforto; distribuição da população e da construção pelos diversos sectores do novo centro urbano; e a preocupação pela preservação do ambiente natural envolvente com a criação de uma paisagem urbana atrativa (Rodrigues, 1997, 71).

Como metodologia de planeamento, o Gabinete, optou pela conceção de um modelo matemático de natureza normativa³, como instrumento que assegurasse de forma expedita a avaliação das propostas sectoriais e o impacte das decisões. Construído a partir de uma solução base, de carácter teórico, permitiu fixar um esquema geral da nova cidade, dentro de um faseamento. Desse processo resultou não só a localização como a estrutura da organização do núcleo inicial da cidade (Martins, 1987, 358).

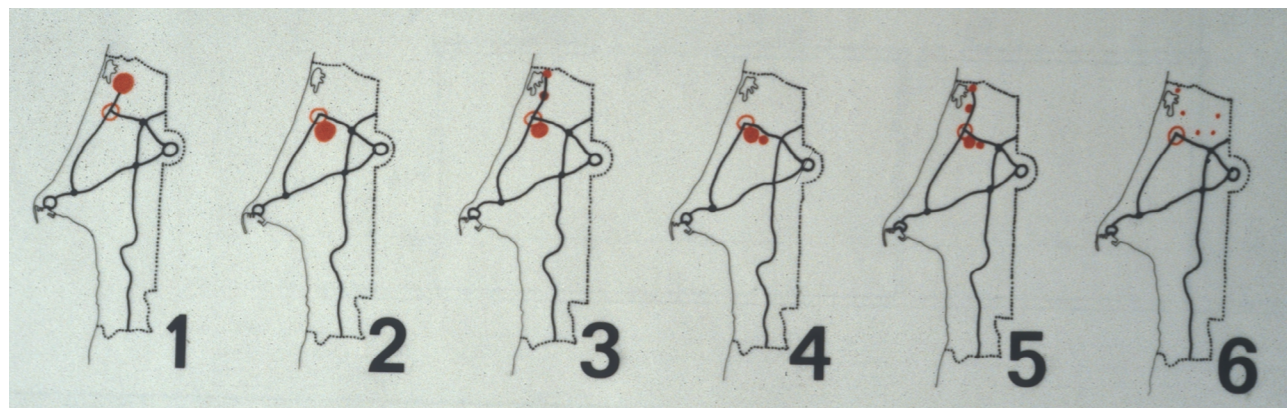
Urbanisticamente, podem-se considerar três períodos distintos nos anos que separam a criação do G.A.S. até ao ano de 1983. Períodos estes marcados pelo arquiteto que se encontrava à frente do Gabinete. No primeiro período compreendido entre a criação do G.A.S. e os dois anos que procedem o 25 de Abril (1971-1976), sob orientação de Guilherme Cândio Martins, ao Gabinete é atribuída a responsabilidade de orientar de forma integrada as fases do processo de urbanização – planejar, programar, conceber, financiar, promover a realização, gerir o complexo habitacional e respetivos equipamentos urbanos - e assim construir uma cidade nova do zero (Rodrigues, 1997, 74). Delineado de modo a tornar-se um aglomerado atrativo, Santo André seria criada tendo como plano piloto o Plano Geral de 1972 elaborado por uma equipa multidisciplinar coordenada por Cândio Martins e o arquiteto Faria da Costa filho (Rodrigues, 1997, 74). Equidistante dos núcleos habitacionais já existentes, fica estabelecido o plano de uma cidade polinucleada com um Centro Principal e 3 centros secundários (Rodrigues, 1997, 75). A construção iniciou-se por um dos centros a sul do Centro Principal que ficou conhecido como o 1º Estabelecimento. Como base de trabalho, o G.A.S. optou por um desenvolvimento linear norte sul e, foi decidido concentrar o 1º estabelecimento a sul da lagoa. Considerado como o núcleo a partir do qual se desenvolve a nova cidade, foi pensado como uma unidade autossuficiente com capacidade para acolher cerca de 25 000 habitantes e completada pelo desenvolvimento de Sines e Santiago do Cacém. Com execução integral assegurada pelo GAS, propunha-se a acolher parte da população que acorria à fase de construção e montagem da Refinaria e do Porto (Martins, 1987, 358). Segundo o Relatório de Gestão do G.A.S. de 1975, em 1973 já se encontrava elaborado o plano de pormenor do 1º Estabelecimento do novo centro Urbano e também os projetos de execução dos principais elementos do mesmo.

Com a revolução do 25 de Abril, o G.A.S. e o megaprojeto de Sines sofrem o seu primeiro embate. Decorrido o ano de 1975 em permanente ambiente de instabilidade social e política, ao qual o G.A.S. não se consegue manter alheio e, esta vulnerabilidade que se sentia não permitiu o desenvolvimento dos trabalhos dentro do ritmo previsto além de que as burocracias não facilitaram, antes prejudicaram, e agravaram as condições de execução dos programas planeados. Dois anos passados, começam a sentir-se os efeitos sociais dos acontecimentos desencadeados pela revolta. Neste 2º período, que marca o crescimento do novo núcleo urbano, é abandonado o conceito de cidade polinucleada estabelecido no Plano de 1972. À altura já Francisco Silva Dias assumia a chefia do Gabinete onde permanece de 1975 até 1978. Quando entra em funções Santo André era ainda um núcleo em construção. Em 1975, no novo Centro Urbano, existia a estrada que ligava a Sines, a lagoa, o pinhal e alguns aglomerados habitacionais dispersos.

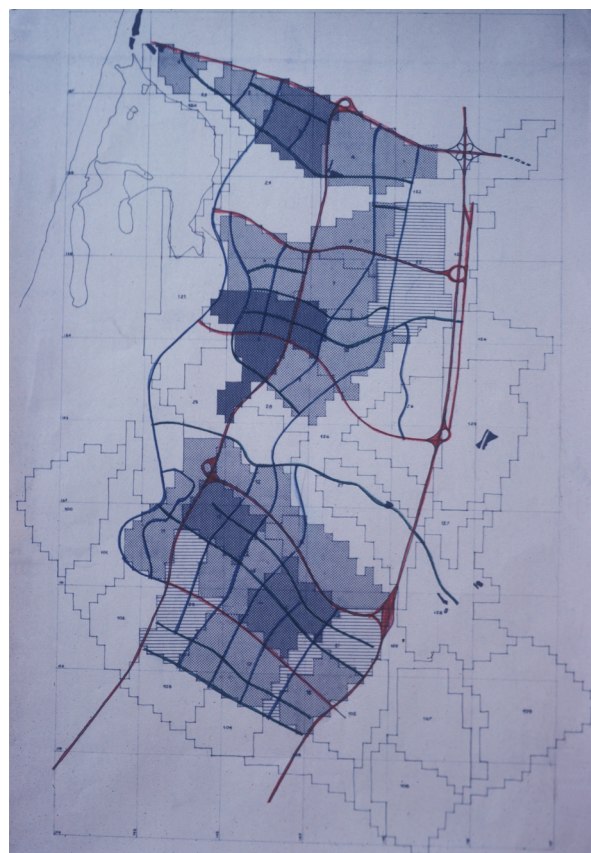
Concluídos os elementos principais das instalações industriais – Refinaria e C.N.P. – e portuárias na segunda metade da década de 70, dá-se uma considerável diminuição na população flutuante, dando início a uma estabilização do crescimento urbano da área.

Estabilidade quanto ao ritmo e intensidade que foi acompanhado por um esforço de recuperação, ou melhor, construção de uma imagem urbana para Santo André. (...) É nesse período de transição que se procedeu a uma avaliação do projecto nas suas componentes industrial e urbano (...). Retomando nas suas linhas gerais a metodologia do planeamento de 1972, neste último estudo foram

³ IUUS - Mathematical planning model for the urban development of the Area of Sines



Seis hipóteses de desenvolvimento urbano de Santo André
 Fonte: Gabinete da Área de Sines



Sétima hipótese
 Fonte: Gabinete da Área de Sines

estabelecidas “3 hipóteses de trabalho” para o desenvolvimento industrial.

(Martins, 1987, 361)

Como primeira hipótese, A, supunha-se que o projeto de Sines se limitaria à indústria de base já instalada com a construção da Refinaria e Petroquímica, o que não justificava um crescimento urbano significativo. A hipótese B, assumia a construção de um terminal mineralero no porto e, por conseqüente a instalação de outras unidades com ele relacionadas – siderurgia, exploração de pirites e uma central térmica. A última hipótese, C, considerava, para além das unidades das hipóteses A e B, todas aquelas que visassem o aproveitamento máximo das infraestruturas de Sines (Martins, 1987, 362). A estas três alternativas de trabalho, seguiu-se uma reavaliação dos objetivos do projeto e das condicionantes ao planeamento urbano incidindo principalmente,

(...) na apreciação da intensidade e da extensão do crescimento possível - metas da população a atingir -, a revisão das normas para a habitação e os equipamentos colectivos e os índices de ocupação do solo, em função da estrutura urbana adoptada, e o aprofundar das condições físicas e ambientais da área.

(Martins, 1987, 363)

São estabelecidas metas a longo prazo para o crescimento, entre 50 000 e 100 000 habitantes. Consequentemente, estabelecem-se seis hipóteses alternativas para o desenvolvimento urbano. Duas concentradas (1 e 2), três hipóteses com uma estrutura linear polinucleada (3, 4 e 5) e uma alternativa de crescimento disperso (6). Avaliadas as alternativas, chega-se à formulação da hipótese 7. Esta resultou na análise comparativa das seis hipóteses, procurando aproveitar as vantagens e minimizar os inconvenientes de cada uma delas. Enquanto que, nas seis primeiras hipóteses se definia o critério de ocupação de toda a área, procedendo-se a uma densificação progressiva de uns períodos para os outros, na hipótese final, opta-se pela ocupação sucessiva de áreas, de uns períodos para os outros, distribuindo-se a população segundo linhas preferenciais de desenvolvimento (Martins, 1987, 363). Em oposição ao Plano de 1972 que propunha uma cidade celular, Santo André passa agora a guiar-se por uma estrutura linear que procurava ligar o existente numa fusão entre a natureza e construído, campo e cidade (Dias, 06/07/2016), estando previstos três períodos de crescimento da cidade, correspondentes às metas de 50 000, 75 000 e 100 000 habitantes. Depois de traçadas as linhas que redefiniam a construção do núcleo era então distribuído o trabalho pelos gabinetes de arquitetura que eram escolhidos tendo em conta a experiência em construção de complexos habitacionais. O objetivo do Gabinete da Área de Sines seria de concluir 5 000 fogos no 1º Estabelecimento até ao ano de 1980.

À altura o essencial seria atribuir um sentido ao aglomerado disperso que já existia. A resposta adotada seria uma solução cartesiana utilizando os eixos viários para ligar os bairros já existentes. A essa solução era então atribuída uma ideia cinematográfica com a disposição dos equipamentos e dos espaços verdes. Em 1979, a Companhia Nacional de Petroquímica publicava na revista Petrovisão que o problema mais grave na área de Sines era a falta de habitação para instalação do pessoal das empresas implantadas no complexo. Esse problema já se fazia sentir desde que a C.N.P. se tinha instalado em Sines em 1976. Nessa altura as disponibilidades de instalação ainda permitiram obter alojamentos de vários tipos, em residenciais, casas independentes e acampamentos. À data de 1979, a publicação refere que a C.N.P. já devia ter à sua disposição o número suficiente de habitações de modo a alojar o pessoal que trabalhava em Sines. Contudo, o G.A.S. dispunha de um número reduzido de fogos para distribuir por todos os interessados (Jacobetty, 1979, 12). O novo Centro Urbano construído em extensão e com edifícios de poucos andares, era visto como uma conceção cara e desligada das necessidades dos moradores pela falta de equipamentos para a população (Jacobetty, 1979, 13).

Face às contrariedades que o empreendimento de Sines atravessou desde o seu lançamento, tanto no plano nacional como internacional, em 1982 são caracterizados quatro cenários de desenvolvimento para a área de Sines. Estes cenários traçados com base em fatores como emprego, ordenamento do território, a poluição e a integração política de desenvolvimento da região do Alentejo, definiriam a maneira como

o complexo seria gerido a partir daí. As hipóteses colocadas seriam: I estagnação, caso internamente não fossem criadas condições de desenvolvimento e apoio à Área de Sines; II manutenção do espírito de Sines; III alteração do funcionamento do Complexo, passando a ser predominantemente de pequena e média indústria; IV atração de empresas de nível internacional dentro e fora da CEE com projetos de natureza estruturante (Rodrigues, 1997, 92). Nessa altura vive-se na expectativa de novos empreendimentos, como é o caso da vinda da FORD que obrigava à reestruturação do G.A.S. e das metas a que o Gabinete se propunha.

Conhecidas as limitações da expansão dos centros urbanos de Sines e Santiago do Cacém, será na cidade nova de Santo André que se situará a maior parte do crescimento. Dos actuais 4.500 fogos construídos e em construção, ter-se-ão de progredir rapidamente para os 10.500 que a primeira fase comportará. (...) A par do parque habitacional terão de ser promovidas estruturas e equipamento correlacionados: saúde, educação, desporto, culto, lazer... e serviços como transporte, banca, assistência pessoal e institucional, comunicação, etc. O comércio poderá induzir a criação de novas actividades particularmente na produção de alimentos, confecções e mobiliário.

(Almeida, 1982, 4)

Neste período já residia no novo Centro Urbano uma população numerosa estabelecendo-se como 2º centro urbano da área ultrapassando Santiago do Cacém. Uma população constituída por trabalhadores do grande complexo e 60% de retornados vindos das ex-colónias (Rodrigues, 1997, 97).

Em 1986, a Cidade Nova de Santo André possuía 3 650 habitações (80% do G.A.S.), habitadas seriam 3 200 (88%). Á altura a população residente seria de aproximadamente 10 500 habitantes.

Segundo o Relatório do Conselho de Gestão de 1987, nesse ano Santo André dispunha já de 3 700 fogos e uma população de cerca de 11 000 habitantes. O G.A.S. havia construído 2 950 desses fogos, 214 estabelecimentos comerciais, 6 escolas pré-primárias e primárias, escolas preparatórias e secundárias, 1 Centro de Saúde e diversos edifícios para a instalação de serviços da Administração Central e Autárquica, Institutos Públicos, Guarda Fiscal, Guarda Nacional Republicana, Coletividades Desportivas, entre outros.



Habituação em Santo André no ano de 1979
Fonte: Arquivo Distrital de Setúbal

A habitação constituía um sector com enorme relevância, uma vez que a seguir ao emprego seria um dos fatores mais importantes, para em primeiro lugar atrair e posteriormente fixar populações (Filipe, 1976, 230). Assim, ao mesmo tempo que se iniciava a construção da rede viária de ligação do novo centro urbano com Sines e Santiago, foram construídos os dois primeiros bairros de habitação temporária para responder às necessidades habitacionais dos trabalhadores que participavam na construção da cidade.

Foram, estes o Bairro Azul (25 habitações coletivas) e da Lagartixa (250 fogos) (Rodrigues, 1997). O Bairro Azul, projeto do arquiteto Faria da Costa filho, viria a ser o centro cívico da nova cidade. Segundo Francisco Silva Dias, “o Gabinete fornecia paredes, tecto e chão” (Dias, 06/07/2016) e qualquer que fosse o equipamento necessário instalava-se no Bairro Azul. O Bairro da Lagartixa, com conclusão prevista para o ano de 1977, seria projeto da autoria do arquiteto Luís Gravata Filipe. No início da construção, os Bairros começaram por ser batizados consoante o número de fogos – 678, 288, 350, 98, ... – ou com o nome da empresa construtora. Mais tarde foram recebendo alcunhas,

como se a cada bairro se quisesse atribuir uma identidade em falta. Os nomes nasciam das empresas que os construíram (Petrogal, Empec), ou da cor com que os pintaram (Azul, Panteras ‘cor-de-rosa’) ou da sua estranha forma física (Serrotes).

(Ribeiro, 2014)

Distinguidas como zona Oriental e Ocidental, consoante a sua posição em relação ao eixo viário principal, a construção iniciou-se de maneira desigual. Na zona Ocidental começou-se com a construção dos bairros da Atalaia (250 fogos) e Pôr do Sol (380 fogos). A Oriente foram construídos os bairros do Horizonte (90 fogos), da Petrogal (100 fogos) (Rodrigues, 1997, 101). Em comum estes bairros tinham a característica de serem de baixa densidade de construção com a maioria a desenvolver-se em bandas paralelas de 4 a 5 pisos. Quando Francisco Silva Dias entra na gestão do Complexo seriam estes os bairros, juntamente com o bairro Azul e da Lagartixa, que já estavam construídos e seriam estes que entrariam nas contas de redesenhar e repensar o desenho do novo núcleo urbano.

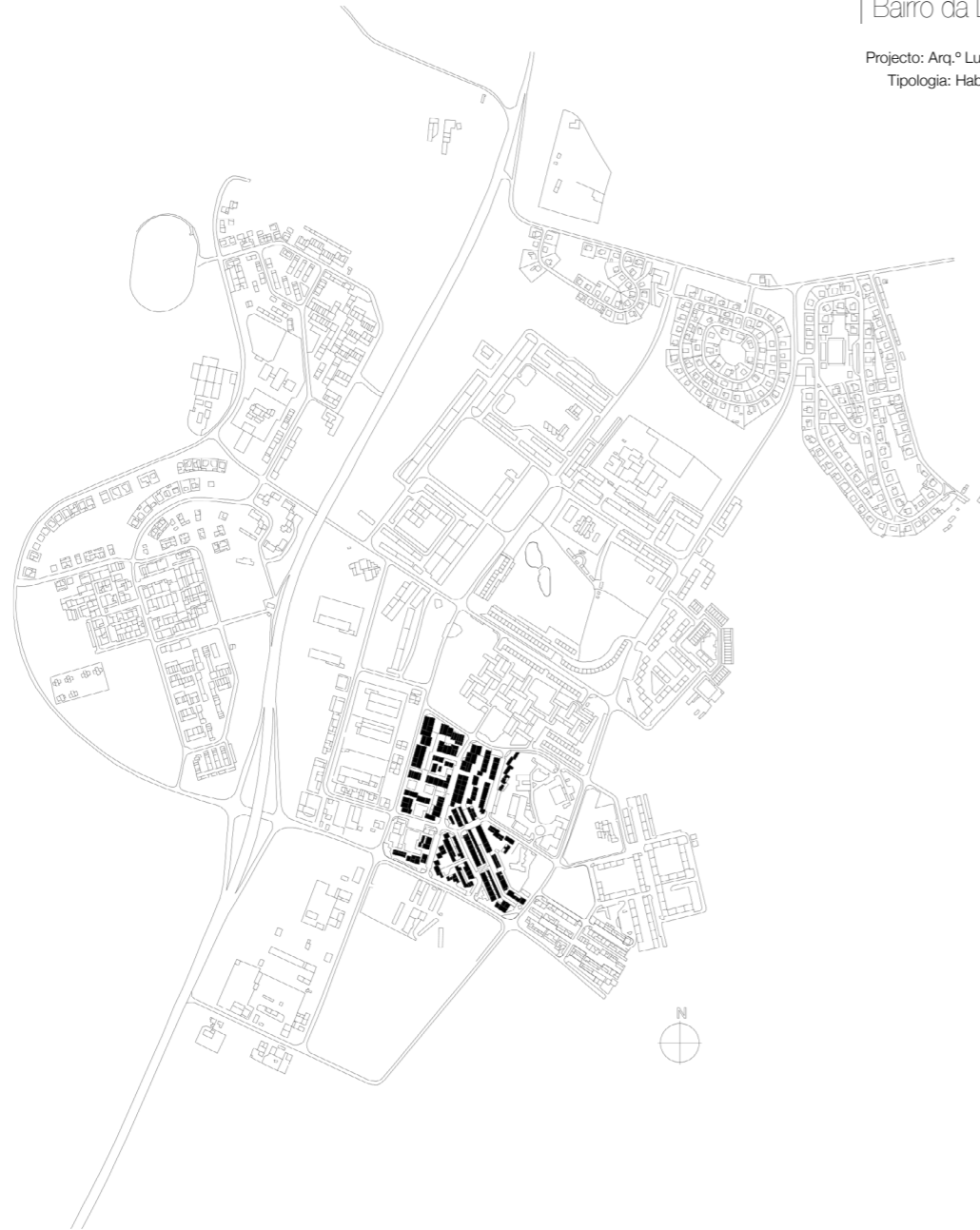
A construção prossegue com a densificação da zona Oriental do 1º Estabelecimento. São implantados os bairros do Porto Velho ou Caixotes (222 fogos) projeto do arquiteto Braula Reis; Panteras (298 fogos) de autor não identificado; Picapau (672 fogos) de autoria do arquiteto Paiva Lopes; Serrotes (357 fogos) do arquiteto Ruy d’Athouguia⁴ e projeto urbano do paisagista Gonçalo Ribeiro Telles⁵; e Pinhal (400 fogos) do arquiteto Tomás Taveira (Rodrigues, 1997). Na zona Ocidental são terminados os bairros da Atalaia e Pôr-do-Sol e é construído o bairro das Torres (96 fogos) do arquiteto Bento d’Almeida. À semelhança dos bairros já construídos, também estes adotam a implantação em bandas paralelas de 4 – Panteras, Picapau, Serrotes e Pinhal - e 5 pisos – Caixotes. No bairro da autoria de Ruy d’Athouguia são ainda implantadas moradias unifamiliares. No caso do bairro das Torres, como o nome indica, é feita a opção de construir em altura com edifícios de 6 pisos.

Para além de todos os nomes da área da arquitetura que fizeram parte da conceção da nova cidade de Santo André, também houve participações de personalidades da área das artes plásticas. Eduardo Nery é convidado para participar na conceção dos alçados exteriores do bairro das Panteras. Na criação dos espaços urbanos para Santo André, o G.A.S. auxilia-se da equipa de designers do atelier Risco. Neste estudo participam designers como Daciano da Costa e Fernando Conduto. O objetivo seria organizar os elementos de comunicação visual desde a cor, luz, padrão e texturas que se manifestavam tanto em pavimentos como nas edificações e o estudo de objetos e símbolos de percursos e lugares até à sinalização e mobiliário urbano. Desta forma procuravam caracterizar a paisagem urbana fazendo desta um suporte material e identitário da cidade. Após a elaboração deste estudo para a nova cidade, coube ao escultor Artur Rosa a conceção do mobiliário urbano para Santo André.

⁴ (N. Macau, 1917) licenciou-se em Arquitetura (1948) pela Escola Superior de Belas Artes do Porto. Do seu trabalho destacam-se obras como o Bairro das Estacas (1949-55), em parceria com Formosinho Sanches e Maurício de Vasconcelos, e o Edifício Sede da Fundação Calouste Gulbenkian (1960-69), com Alberto Pessoa, Pedro Cid. Morre com 89 anos, a 21 de Julho de 2006.

⁵ (N. Lisboa, 1922) licenciado em Engenharia Agrónoma e Arquitetura Paisagista pelo Instituto Superior de Agronomia da Universidade Técnica de Lisboa. Subsecretário de Estado do Ambiente nos I, II e III Governos Provisórios, 1974-75, e Ministro de Estado e da Qualidade de Vida de 1981 a 1983.

| Bairro da Lagartixa |
250 Fogos
Projecto: Arq.º Luís Gravata Filipe
Tipologia: Habitação Evolutiva



Planta de Localização Bairro da Lagartixa
Desenho da autora

Localizado na zona poente de Santo André, o bairro da Lagartixa, foi o primeiro conjunto habitacional a ser construído na nova cidade. Tendo em conta as condicionantes existentes à altura da sua construção, 1972, e, sendo o primeiro conjunto habitacional do 1º Estabelecimento, nele foi desenvolvido o conceito de “Habitação Evolutiva”. Projeto do arquiteto Luís Gravata Filipe, elabora no Gabinete da Área de Sines, engloba 250 fogos e algumas unidades comerciais (s.i., 1982). Não se conhecendo à altura fatores como a caracterização da população que viria a afluir a Santo André e a capacidade económica da mesma, a adoção do conceito de “Habitação Evolutiva” tinha como objetivo,

Proporcionar aos futuros habitantes a possibilidade de disporem de uma casa de acordo com as suas necessidades -consideradas em evolução - em matéria de áreas, conforto, serviços, espaços livres, possibilidades de cultivo, etc. Enfim, uma casa adaptável à evolução natural da família.; - Proporcionar aos moradores a possibilidade de investir mão-de-obra e economias na construção da casa, sem necessidade de recorrer a serviços de empresas forçosamente mais dispendiosos.

(s.i., 1982, 23)

Com este projeto, o G.A.S. pretendia criar um tipo de habitação barata, de construção simples e com capacidade de corresponder às crescentes necessidades de um agregado familiar em evolução. Existindo 5 tipos de casa, estas desenvolvem-se a partir de um núcleo inicial, ao qual podem ser adicionados 1 ou 2 módulos consoante as necessidades de crescimento do agregado familiar e as suas disponibilidades económicas. Na sua forma inicial (habitação tipo) tem capacidade para alojar um casal com um filho pequeno. Por adição sucessiva de unidades, comportando quartos, zonas de estudo-trabalho, instalações sanitárias e pátios, atinge-se a fase de desenvolvimento máximo do fogo que, pode albergar uma família de 8 pessoas. Existia ainda a hipótese de adição de um segundo piso. O desenho da planta escolhido procurava permitir a facilidade de crescimento da unidade, boa insolação e ventilação do fogo visando sempre a simplicidade construtiva (Filipe, 1976, 231).

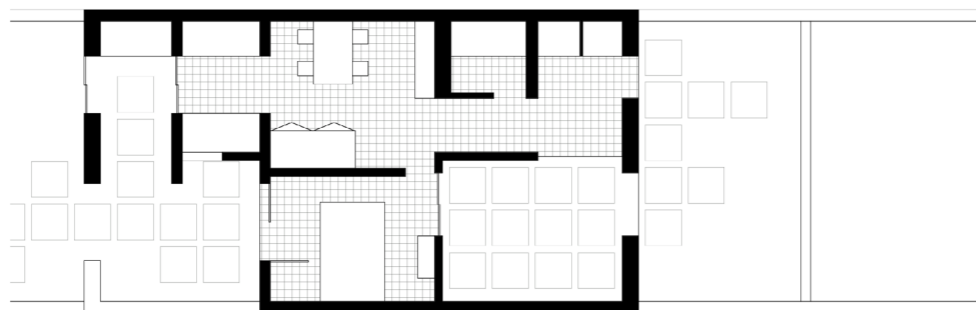
Em Novembro de 1982, o Cidade Aberta publicava,

Sendo o mais antigo Bairro construído em Santo André, foi também o primeiro a ser habitado: o início da sua ocupação verificou-se em 1974, mas, no entanto, foi no ano de 1976 aquele em que maior número de famílias aí se vieram instalar. Atendendo às características evolutivas da habitação, os fogos construídos são de pequena dimensão (90 T1, 110 T2 e 150 T3), neles se distribuindo as 235 famílias que o habitam, com os níveis de renda mais baixos verificados em toda a cidade.

(s.i., 1982, 24)



Planta de Implantação Bairro da Lagartixa
Redesenho da autora sobre planta do Arquivo Distrital de Setúbal



Planta Tipo - Bairro da Lagartixa
Redesenho da autora

| Bairro Azul |
25 Habitações Coletivas
Projeto: Arq.ºs Faria da Costa e Herminio Ferreira
Tipologia: Habitação Coletiva



Planta de Localização Bairro Azul
Desenho da autora

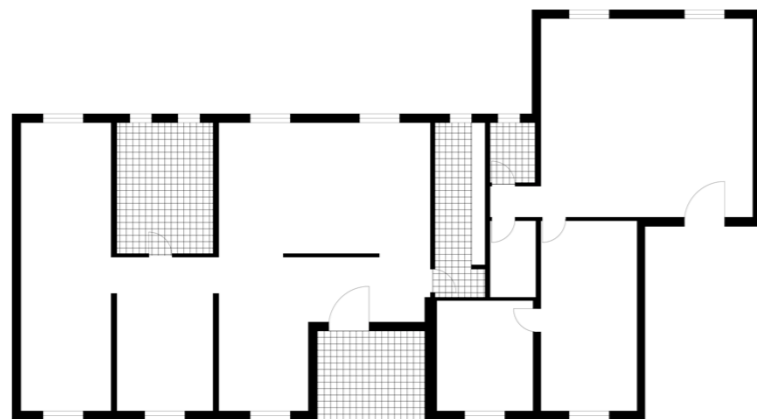


Localizado na zona nascente do novo centro urbano, o bairro Azul, totalmente assegurado pelo G.A.S., destinava-se a alojar os operários envolvidos na construção dos vários empreendimentos na Área de Sines. Projeto dos arquitetos Faria da Costa filho e Hermínio Ferreira,

(...) uma vez concluídos os trabalhos, ou melhor à medida que o volume de trabalho for decrescendo, subsiste um património imobiliário, (...) que vem permitir, uma vez reconvertido, resolver alguns dos problemas habitacionais que um volume grande de imigração para a Área de Sines certamente levanta.

(Filipe, 1976, 232)

Como princípio geral para a organização dos alojamentos coletivos, foi adotada a repetição de uma unidade base com capacidade para cerca de 80 operários. Estas unidades eram depois associadas em conjuntos de quatro unidades em torno de um pátio com cerca de 20 por 20 metros. Cada unidade habitacional desenvolve-se em dois pisos em que, no primeiro teríamos os dormitórios e blocos sanitários e, no segundo piso as zonas de estar, ao qual estariam associadas zonas de preparação de refeições. Funcionando de forma independente em relação às camaratas, o acesso aos espaços do piso superior, seria feito através de uma escada exterior no pátio, havendo a possibilidade de interligação entre as várias unidades neste piso (Filipe, 1976, 232). Com o avançar dos projetos de construção em Sines e em Santo André, o bairro Azul, torna-se o centro cívico da cidade, albergando ainda hoje associações e coletivos de várias naturezas.



| Bairro dos Serrotes |

348 Fogos

Projeto: Arq.º Ruy d'Athouguia

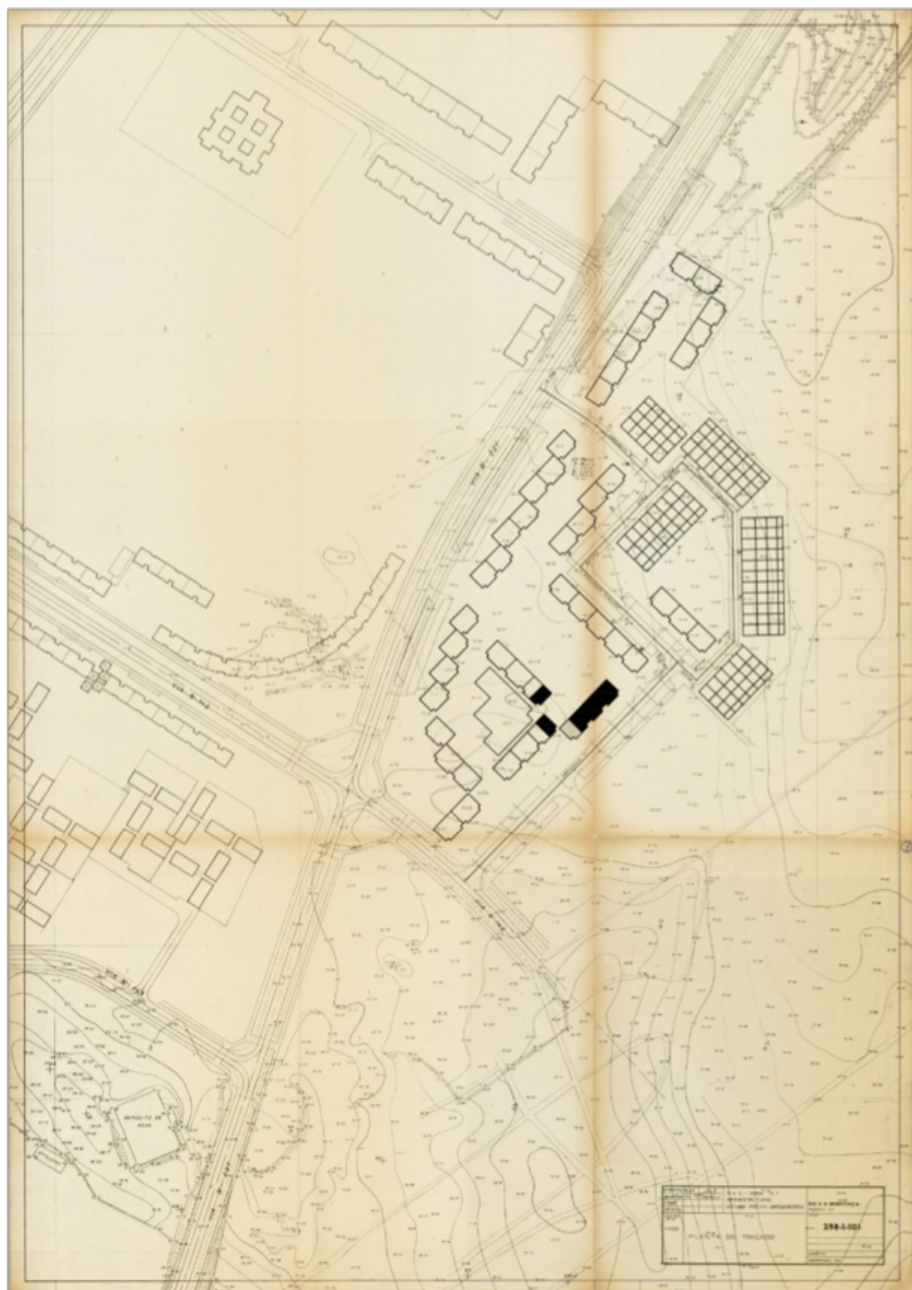
Paisagismo: Arq.º Gonçalo Ribeiro Telles

Tipologia: Bandas de 4 pisos e moradias unifamiliares



Planta de Localização Bairro dos Serrotes
Desenho da autora





Planta de Implantação - Bairro dos Serrotes
Redesenho da autora sobre planta do Arquivo Municipal de Lisboa

Em 1978, a Companhia Nacional de Petroquímica (C.N.P.), sob forma da revista Petrovisão, anunciava a construção do “Primeiro projecto habitacional da CNP em Santo André” (Jacobetty, 1978, 12). Nesse ano, o Serviço de Projetos e Obras pertencente ao recém-criado Departamento de Infraestruturas Sociais da C.N.P., apresentava aos trabalhadores o seu primeiro projeto habitacional, o Projeto 64, a ser desenvolvido, quase desde raiz, pela empresa. Por sugestão do Gabinete da Área de Sines, os responsáveis, estudaram a possibilidade de materializar um projeto que tinha sido encomendado pelo próprio G.A.S. ao Arquitecto Ruy d’Athouguia e que contou com a colaboração de Gonçalo Ribeiro Telles.

Responsabilizando-se pelas infraestruturas citadinas do novo centro urbano, o G.A.S., cede à Companhia um terreno na zona nascente do 1º Estabelecimento de Santo André. Da responsabilidade da empresa, seriam todos os projetos urbanísticos, arquitetónicos e de engenharia, incluindo pormenores de ligação às redes de electricidade, água e esgotos, bem como, todos os encargos com as obras a realizar na zona destinada ao Projeto 64 (Jacobetty, 1978, 12).

Prevía-se a construção de 348 fogos e, destes, 38, seriam vivendas do tipo T3. Os blocos habitacionais distribuir-se-iam em, 34 fogos do tipo T1, 102 do tipo T2 e, 102 do tipo T3. No caso das vivendas, todas de 2 pisos, as soluções encontradas e, que aproveitavam melhor a topografia do terreno, permitiam colocar a zona de estar no piso da entrada, remetendo a zona de dormir para o piso superior. Os blocos habitacionais de quatro pisos, possibilitavam a implementação de lojas no piso da entrada, consoante os caminhos de circulação de peões, ou ainda, adaptar o rés-do-chão e assim criar um fogo adicional de menor dimensão. A solução encontrada para a zona de estar comum das residências, com sala de jantar incluída, que pode estar em contacto direto, ou não, com a zona de preparação de refeições, oferecia aos seus moradores uma “oportunidade excelente de aproveitamento da área” (Jacobetty, 1978, p. 14) do fogo. Destaca-se ainda, “as óptimas varandas, prolongamento natural e exterior das zonas de estar.” (Jacobetty, 1978, 14).

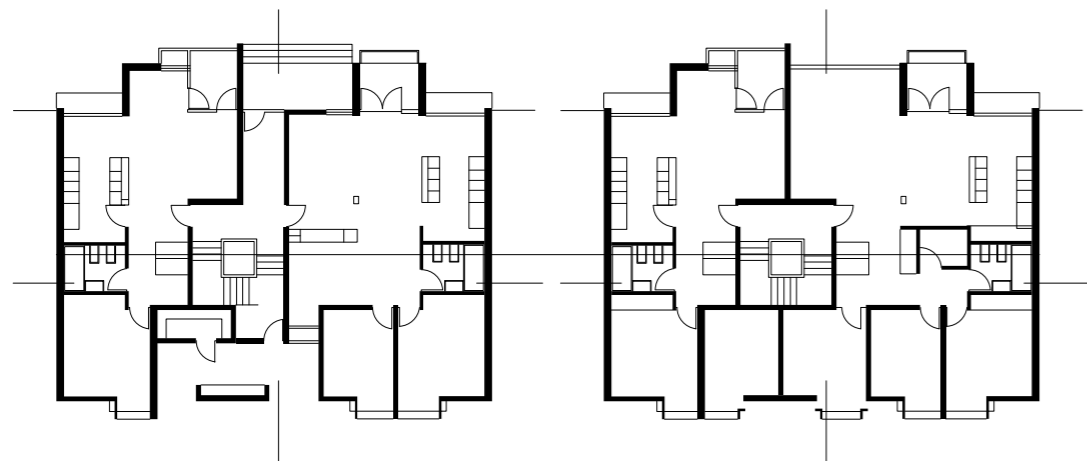
Urbanisticamente, previa-se a implantação do estacionamento de viaturas, em ambos os casos a descoberto, perto das habitações - blocos habitacionais - ou dentro do jardim - vivendas. No sentido de tornar o ambiente exterior o mais agradável e atrativo possível, foram ainda programados parques infantis e zonas verdes decorativas no interior do conjunto.

No artigo da revista Petrovisão, o autor finaliza,

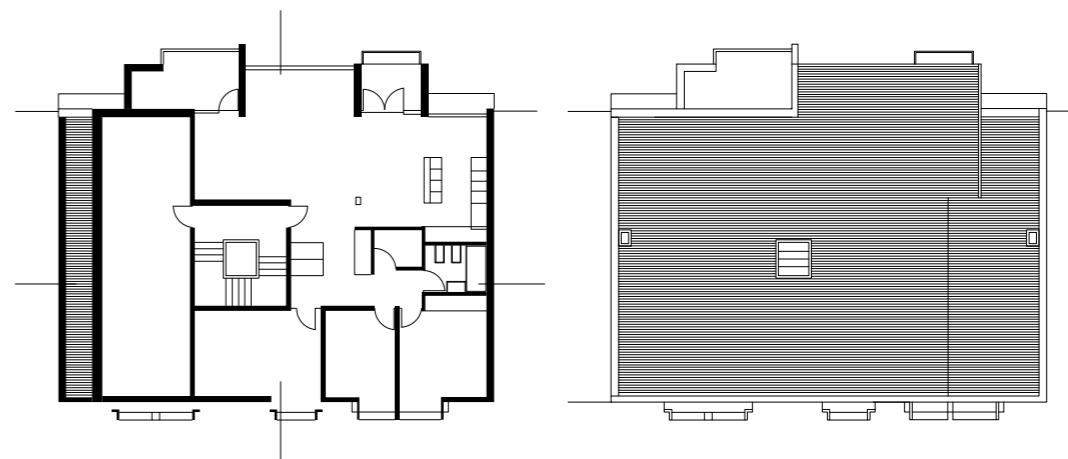
Embora as soluções apresentadas por este projecto não sejam de molde a considera-lo perfeito, porquanto algumas dimensões podiam ter sido encaradas com mais largueza, está fora de dúvida que, sob todos os aspectos, estas soluções habitacionais (para não falar já nas outras facetas do projecto global), ficam a perder de vista, para melhor, das soluções adoptadas pelo GAS, nas habitações que, por agora, nos têm vindo a ser mostradas na área de Santo-André (...).

O que mais atrai, todavia, em todo este projecto é a possibilidade de realização simultânea e completa de todas as suas fases, permitindo, assim, para os primeiros habitantes destes fogos, o início de uma vivência global. (...) Não será isto de facto o que todos nós pretendemos?

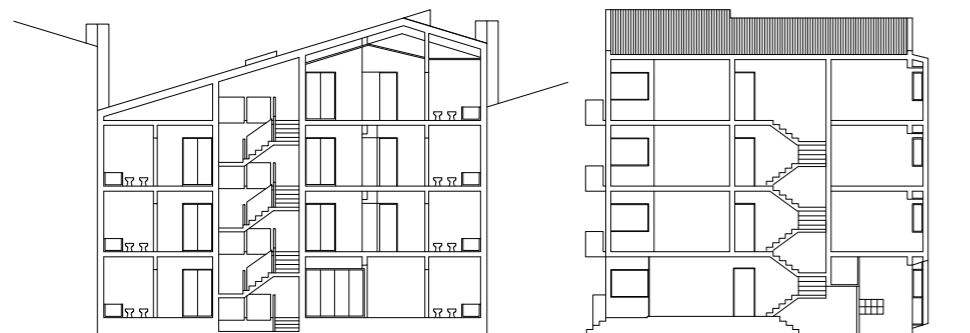
(Jacobetty, 1978, 14)



Plantas 1º, 2º e 3º pisos - Bairro dos Serrotes
Redesenho da autora



Plantas 4º piso e cobertura - Bairro dos Serrotes
Redesenho da autora

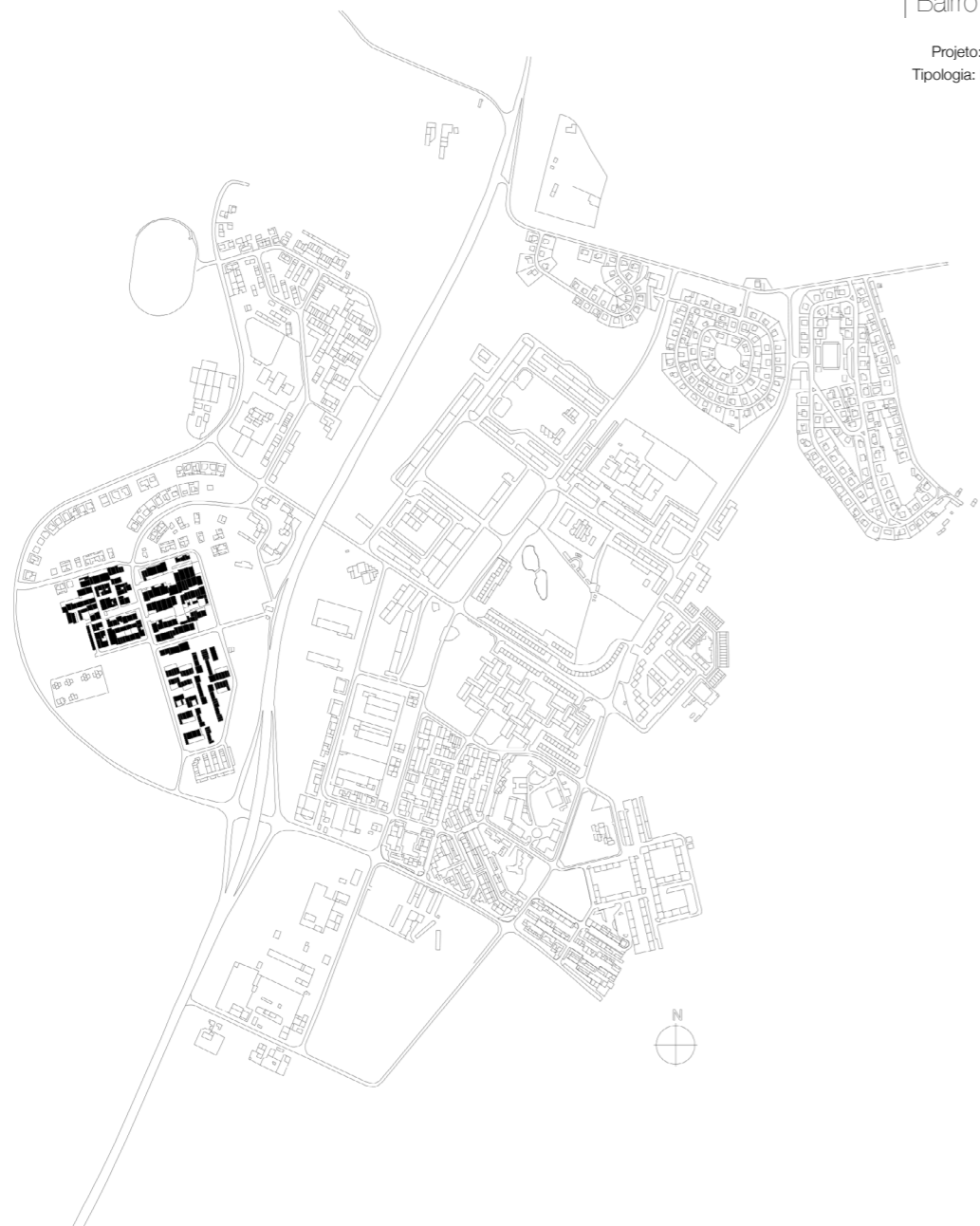


| Bairro da Atalaia |

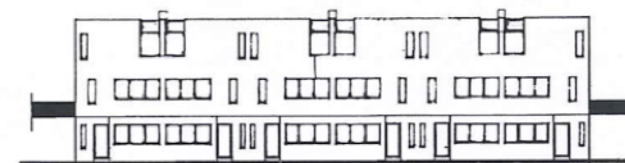
250 Fogos

Projeto: Arq.º Silva Pereira

Tipologia: Bandas de 3 pisos



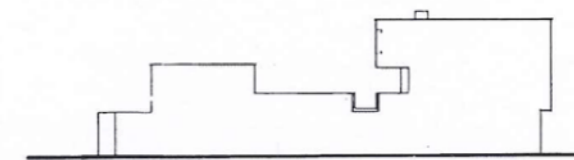
Planta de Localização Bairro da Atalaia
Desenho da autora



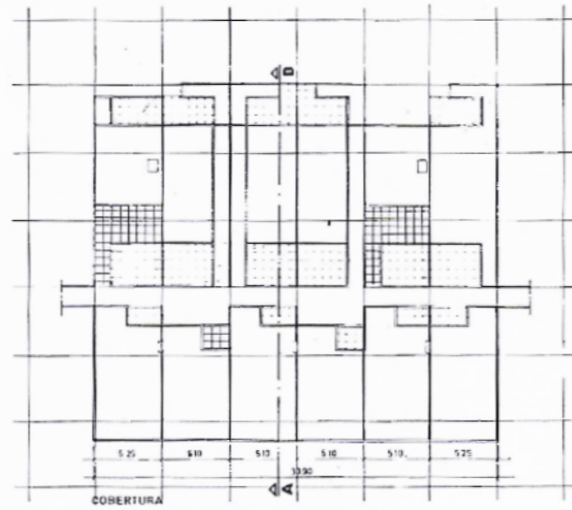
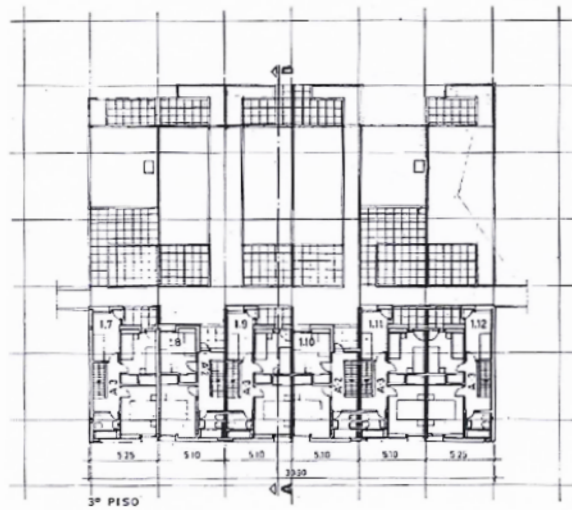
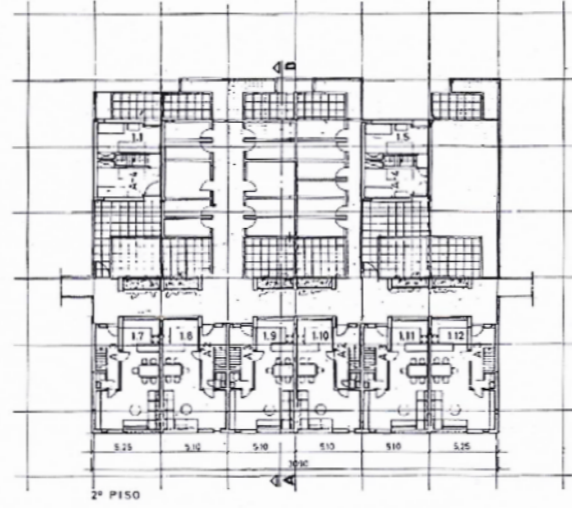
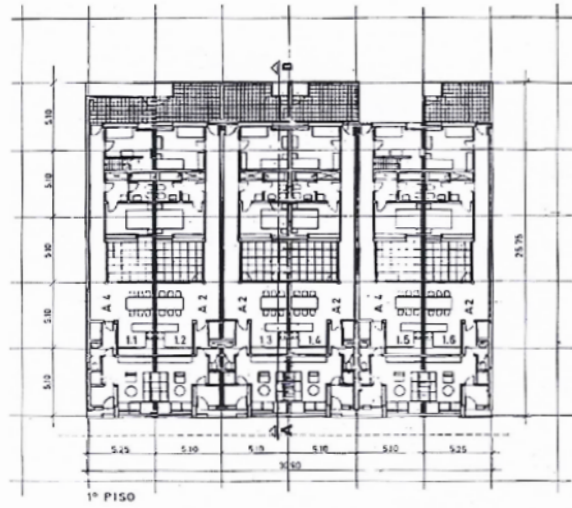
ALÇ. PRINCIPAL



ALÇ. POSTERIOR



ALÇ. LAT. ESQUERDO



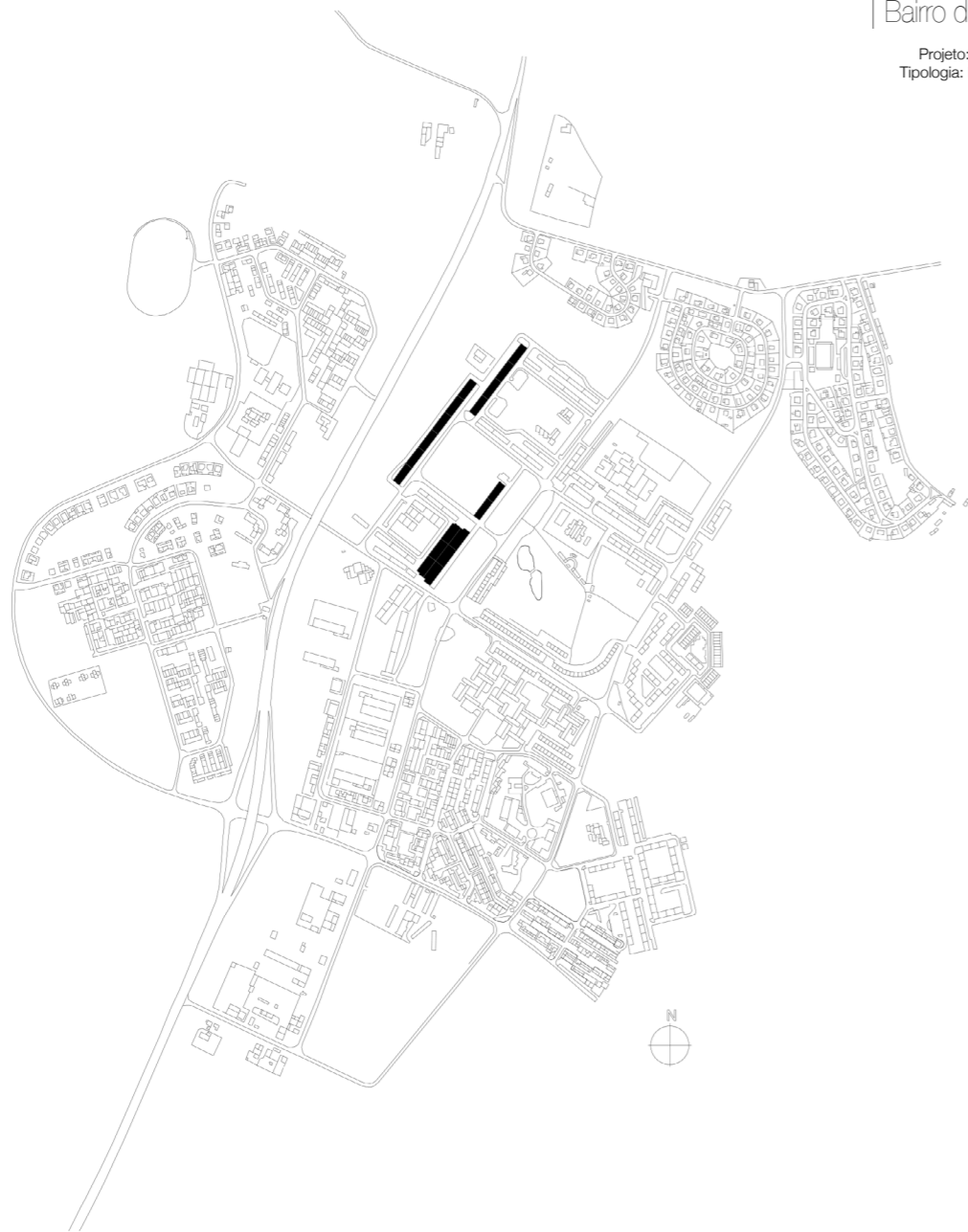
| Bairro das Panteras |
298 Fogos
Projeto: autor não identificado
Tipologia: Bandas de 4 pisos



Planta de Localização Bairro das Panteras
Desenho da autora



| Bairro do Picapau |
250 Fogos
Projeto: Arq.º Paiva Lopes
Tipologia: Bandas de 4 pisos



Planta de Localização Bairro do Picapau
Desenho da autora



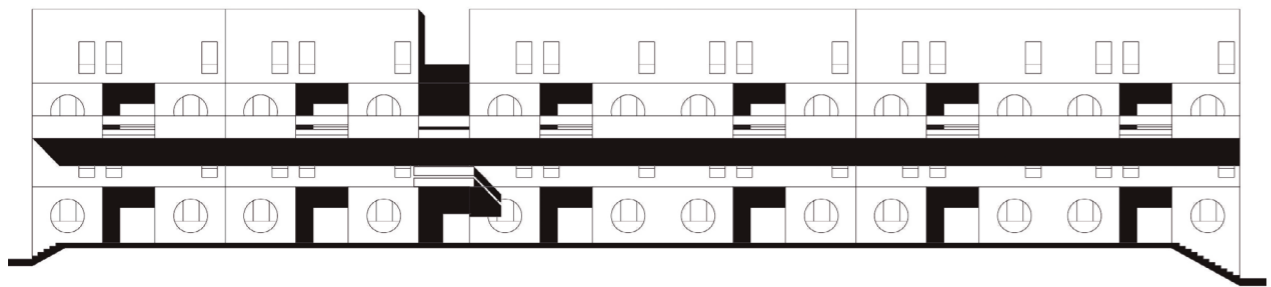


| Bairro do Pinhal |
400 Fogos
Projeto: Arq.º Tomás Taveira
Tipologia: Bandas de 4 pisos



Planta de Localização Bairro do Pinhal
Desenho da autora



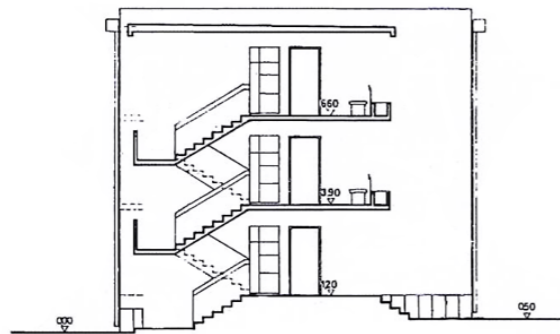


| Bairro do Porto Velho ou Caixotes |
222 Fogos
Projeto: Arq.º Braula Reis
Tipologia: Bandas de 4 e 5 pisos



Planta de Localização Bairro do Porto Velho
Desenho da autora





| Bairro do Pôr do Sol |
380 Fogos
Projeto: autor não identificado
Tipologia: Bandas de 3 pisos



Planta de Localização Bairro do Pôr do Sol
Desenho da autora



| Bairro das Torres |
96 Fogos
Projeto: Arq.º Bento d'Almeida
Tipologia: Torres de 6 pisos



Planta de Localização Bairro das Torres
Desenho da autora



Ao longo da sua conceção e desenvolvimento, foram quatro as publicações que dedicaram artigos à nova cidade e, já neste século, dois outros artigos são lançados de forma a lembrar o trabalho realizado em Santo André. A finalidade deste capítulo é perceber a relevância que a Cidade Nova de Santo André teve na arquitetura portuguesa e, de que forma era retratada e vista pelo público.

A primeira referência à cidade é feita numa dupla edição da revista Binário, números 209-210. Em 1976, a publicação dedica um número inteiro ao empreendimento de Sines e ao que dele advém. Num primeiro artigo, intitulado “Centro Urbano de Sto. André – 1º Estabelecimento”, o Arquiteto Francisco Silva Dias, personagem de relevo no G.A.S., dedica-se à justificação de construir de raiz.

(...) o terceiro sector (habitação) admitiu 3 hipóteses de localização (...). Em Sines, (...) partindo de uma situação de subequipamento a construção do porto e de todas as infraestruturas de ligação à zona industrial e ao interior irão constituir obstáculo a qualquer expansão urbana, suficientemente equilibrada em termos de habitação e equipamento. Santiago (...), não poderia, dadas as suas características topográficas, sofrer o impacto de um crescimento rápido e maciço sem prejuízo das suas acuais infraestruturas. A hipótese mista (...) foi abandonada (...) por fazer correr o risco de um desenvolvimento concorrencial entre os dois núcleos. Optou-se finalmente pela construção da nova cidade de Santo André que em relação às hipóteses anteriores apresenta vantagem de vir a localizar-se numa zona de elevado valor paisagístico, sem condicionamentos impostos por problemas de expropriação de solo urbano e por permitir inserir-se num sistema eficaz de infraestruturas criado de raiz, embora apresentando igualmente importantes que serão analisados em seguida.

(Dias, 1976, 10)

Ainda neste artigo, o arquiteto responsável pelo G.A.S. de 1975 a 1978, refere logo alguns dos principais problemas na conceção da nova cidade como a carência de habitação para a Área de Sines e a possível rejeição por parte dos novos habitantes. A previsão de crescimento Área de Sines para o ano de 1979 seria correspondente, “mesmo na hipótese pessimista” (Dias, 1976, 363) a uma capacidade de 5 600 a 6 000 fogos no 1º Estabelecimento. Contudo,

O desenvolvimento do parque habitacional que deveria acompanhar ou anteceder o aumento do número de postos de trabalho. Até aqui o processo de alojamento tem sido satisfeito por: habitação devoluta na Área de Sines-Santo André; construção levada a efeito pela iniciativa privada; construção levada a efeito pelo GAS (...). Neste momento estima-se uma carência imediata em, pelo menos, 710 fogos.

(Dias, 1976, 11)

Num outro artigo na mesma publicação, os arquitetos José Silva Pereira, Carlos Santos Gomes e João Correia, desenvolvem acerca dos “Princípios Utilizados no Estudo do Centro Principal”.

(...) 1. Embora não se pretenda uma centralização muito grande das funções (...), procurou-se organizar especialmente essas unidades funcionais de molde a não prejudicar o seu rendimento, ao mesmo tempo que se evitavam roturas e segregações no corpo urbano. (...) a habitação terá um papel de relevo nesta área central, associada às actividades terciárias do sector privado. Não se põe de parte a hipótese de também inserir a Administração pública e o Ensino, de todos os níveis, em áreas habitacionais. O comércio grossista, embora não esteja incluído neste conjunto tem com ela (...) fortes ligações funcionais e espaciais, pelo que se localizará numa situação de continuidade. (...) Todo o Centro Principal usufruirá de um elevado índice de acessibilidade, não só relativamente

ao conjunto da área urbana, mas também à região. Os ensinos secundário, preparatório e primário disfrutarão de boa acessibilidade local, na medida em que se destinam a servir a população residente nessa área da cidade. O ensino médio e superior, as instituições culturais de nível mais elevado, assim como as funções de lazer beneficiarão de situações de privilégio em relação ao ambiente físico envolvente, (...) em detrimento de uma melhor acessibilidade. (...) 2. O interior das unidades é ocupado por equipamentos que podem ir do desenvolvimento sistemático do comércio a retalho até à utilização de equipamentos diretamente associados à habitação (parques infantis, comércio alimentar diário, etc.), em áreas predominantemente residenciais. Os equipamentos que, pela sua natureza e funções, exigem uma área de ocupação elevada (centros de saúde, escolas, etc.) constituem, por si, unidades que se distribuem segundo as linhas de maior desenvolvimento. No seu conjunto, estas unidades constituem uma malha, que se adivinha já bastante densa, enquadradas pelas linhas de força que, embora opcionais, foram atentamente elaboradas e, de certo modo, são envolventes, (...), de uma grande reserva de espaços verdes que oferecem a pausa necessária a este conceito global urbano.

(Pereira, Gomes e Correia, 1976, 16)

Ainda nesta dupla edição da Binário, o arquiteto Luís Gravata Filipe expõe em artigo o projeto realizado pelos arquitetos Faria da Costa e Hermínio Ferreira. Em causa estaria o Bairro Azul, projeto habitacional que servia de alojamento aos operários que trabalhavam na construção de Sines e Santo André. Organizado em blocos de 2 pisos com camaratas no rés-do-chão e zonas de estar e preparação de refeições no primeiro piso, seriam produzidos pelo G.A.S. e,

(...) uma vez concluídos os trabalhos, ou melhor à medida que o volume de trabalho for decrescendo, subsiste um património imobiliário, (...) que vem permitir, uma vez reconvertido, resolver alguns dos problemas habitacionais que um volume grande de imigração para a Área de Sines certamente levanta.

(Filipe, 1976, 25)

Em 1978, o Diário de Notícias edita o suplemento Complexo de Sines – Um projecto em execução. No artigo intitulado “Santo André – A cidade que se levanta do nada”, o jornal procurava dar a conhecer aos seus leitores os que se passava no Complexo e, este artigo debruçava-se sobre a nova cidade. Depois de uma abordagem à escolha de construir uma cidade do zero é anunciada a construção de 5 000 fogos até ao ano de 1980.

O primeiro estabelecimento habitacional, em curso, prevê a existência de 5 mil casas prontas até ao fim de 1980, para as quais se estima uma população total de 20 mil almas. (...) à medida que vão ficando prontas a habitar, passam para os Serviços de Património do Gabinete da Área de Sines que as vai distribuindo pelas diversas empresas e complexos radicados em Sines (...).

(s.i., 1978, 54)

Segundo o artigo, previa-se ainda:

(...) o planeamento dos espaços verdes de tal forma que os habitantes se apercebam de que o “contínuo vegetal” que percorre a malha urbana é o do que vai fazer, gradualmente a transição com o espaço rural envolvente. Isto é: respeitando-se o “contínuo natural” desde o espaço exterior até às formas de ajardinamento mais trabalhadas do interior urbano, levando a natureza viva para dentro da cidade.

(s.i., 1978, 54)

Ainda em 1978, na primeira edição da revista da Companhia Nacional de Petroquímica, intitulada Petrovisão, é abordada a nova cidade e, onde anunciavam a construção de 1 100 novos fogos até ao final de 1979, sendo que, apenas 450 se implantariam em Santo André.

A implantação de um complexo Petroquímico com a envergadura de Sines, implica naturalmente, a criação de novos empregos permanentes no local, o que, por sua vez, provoca, na região, um grande impacto de crescimento urbano. Torna-se, portanto, necessário promover um ou mais planeamentos urbanos, programados em função das reais necessidades básicas das zonas novas a criar, ou a evoluir dos centros já existentes. (...) A base do princípio programado assenta na necessidade de criação de aglomerados habitacionais para 2000 a 2500 fogos destinados a acolher cerca de 7000 pessoas, num período estimado em dois anos. (...). Nestas perspectivas estabeleceram-se contactos com as autoridades camarárias e o GAS (Gabinete da Área de Sines) tendo em vista a obtenção de terrenos susceptíveis de serem aproveitados para construção. Surgem, assim, alguns resultados animadores que nos possibilitam construir, a curto prazo, cerca de 1.100 fogos distribuídos por Sines (650 fogos) e Santo André (450 fogos). Isto significa que, aproximadamente, 1.100 famílias, poderão ser alojadas, até fins de 1979, em habitações definitivas, construídas sob controlo da CNP, e com projectos por nós programados e aprovados.

(s.i., 1978, 6)

Imediatamente no número seguinte, o n.º 2 – 2º trimestre de 1978 -, a revista Petrovisão, vai novamente publicar sobre Santo André. O artigo chama-se “Primeiro projecto habitacional da CNP em Santo André” e é sobre o Bairro dos Serrotes da autoria do arquiteto Ruy d’Athougua com a colaboração do arquiteto paisagista Gonçalo Ribeiro Telles.

Quase um ano depois, em Novembro de 1979, novamente a revista Petrovisão dedica o artigo “Sines: que urbanismo?” ao problema habitacional que se vivia em Santo André.

A crise habitacional está directamente ligada aos custos de produção, donde identifico os seguintes custos parcelares - terreno, projecto, infraestruturas, edificações e encargos financeiros diversos. (...) A incidência da mão de obra no custo total leva a que só empresas muito bem estruturadas e organizadas sejam capazes de levar a efeito um empreendimento habitacional, cumprindo prazos e orçamentos. (...) O recurso a novas técnicas surge como resposta adequada à presente problemática. Referencio, em especial, os concursos - concepção que, apelando à imaginação de técnicos e profissionais de construção civil, associem, na elaboração de um empreendimento, os diversos intervenientes, com a vantagem de controlar e conhecer os custos unitários.

(Sousa, 1979, 14)

Ainda pela revista Petrovisão e, no mesmo ano, na edição nº 9, de Dezembro, é Joaquim Jacobetty a denunciar o problema habitacional em Sines, em “Habitação em Sines. Um Problema Preocupante”.

O problema mais grave, e, naturalmente, o que mais preocupa os responsáveis das empresas cujas unidades industriais se encontram implantadas na plataforma de Sines, é o da falta de habitação, naquela área, para a instalação do seu pessoal. (...). Neste momento, a CNP já deveria ter à sua disposição o número de casas suficientes para alojar o pessoal que trabalha em Sines.

(Jacobetty, 1979, 2)

Referenciando uma entrevista dada pelo Eng.º Carlos Beaumont, à altura presidente do Conselho de Gestão do Gabinete da Área de Sines, classifica a nova cidade como inviável.

A problemática da habitação em Sines e, particularmente, a controversa questão do desenvolvimento urbano da projectada cidade de Santo André, foram equacionadas em recente entrevista concedida ao ‘Diário de Notícias’ pelo presidente do Conselho de Gestão do Gabinete da Área de Sines, Eng.º Carlos Beaumont (...) reconhecendo que ‘a execução não correspondeu aos planos e, muito menos às crescentes necessidades da população local’, considera a situação ‘muito grande e de quase rotura’ (...) acrescenta: ‘

Santo André é um aglomerado disperso de habitações apenas, sem qualquer conforto ou atractivos. A cidade está a ser construída em extensão, com edifícios de poucos andares. Esta é uma concepção cara e desligada dos anseios dos moradores. Há evidentes faltas de equipamento (liceu, igrejas, hospital, mercado, diversões, polícia, bombeiros, etc.). a cidade - a menos que se introduzam rapidamente enormes modificações conceptuais e de planeamento - afigura-se economicamente inviável, pois a parcela dos custos totais que, no estado actual, caberia a cada munícipe seria, certamente, insustentável.’

(Jacobetty, 1979, 3)

Em 1982, a folha informativa de Santo André, Cidade Aberta, começa a ser publicada. Na primeira publicação, n.º 0, Luís Vassalo Rosa apela aos habitantes de Santo André, “Ajude-nos a fazer de Sto. André a sua cidade”.

(...). Está-se a construir uma cidade, uma Cidade Nova de Sto. André; (...). A Cidade está aqui para os que acreditaram ontem e hoje vivem nela. Ajude-nos a fazer de Sto. André a sua Cidade, cada um dentro do seu saber. Uma cidade é o cimento de muito saberes. Quando cheguei já havia estradas, e casas, e obras; falava-se duma cidade que ia nascer. Hoje as crianças desta Cidade Nova falaram-me dela por nomes próprios, de uma maneira pura e directa, sem memórias de ruínas do passado. Nos seus olhos, à distância do futuro, será a Cidade mais linda de Portugal, como a minha vila o é não importa onde. AJUDE-NOS A FAZER DE STO. ANDRÉ A SUA CIDADE

(Rosa, 1982, 38)

Na segunda edição, n.º 1, de Novembro de 1982, na capa anuncia-se a opção da FORD de implantar uma fábrica em Sines e as condições de vinda desta companhia para Sines.

Como largamente tem sido noticiado, a FORD MOTOR COMPANY anunciou a sua intenção de instalar uma unidade de montagem de automóveis (...). (...) do programa de instalação consta a construção de quatro fábricas, relacionadas com várias fases de execução do produto (...), assim como de um armazém geral. A preparação dos 125 ha de terreno que o GAS fornecerá já infra-estruturado à semelhança do praticado para outras fábricas, está prevista para o princípio de 1983, iniciando-se a construção (...) que permita o funcionamento em pleno com todo o equipamento já em 1986.

(s.i., 1982, 23)

No artigo “Alguns aspectos da opção da FORD”, João Nunes de Almeida revela os efeitos e implicações da vinda da FORD para Sines.

Sobre os efeitos económicos imediatos, há a relevar os produzidos pela atracção demográfica, que tanto a unidade principal como as indústrias subsidiárias e de componentes exercerão. Para além dos 5.000 empregos, serão de considerar valores compreendidos entre 6 a 10 mil novos postos de trabalho, esperando-se que se venha a verificar na Área de Sines a maior expansão demográfica relativa em Portugal na presente década. Isto é: até 1986 haverá um acréscimo de 25.000 pessoas e a afluência prosseguirá até ao final dos anos oitenta. Consequência lógica será o necessário crescimento do parque habitacional. Conhecidas as limitações da expansão dos centros urbanos de Sines e Santiago do Cacém, será na cidade nova de Santo André que se situará a maior parte do crescimento. Dos actuais 4.500 fogos construídos e em construção, ter-se-ão de progredir rapidamente para os 10.500 que a primeira fase comportará. (...) A par do parque habitacional terão de ser promovidas estruturas e equipamento correlacionados: saúde, educação, desporto, culto, lazer... e serviços como transporte, banca, assistência pessoal e institucional, comunicação, etc. O comércio poderá induzir a criação de novas actividades particularmente na produção de alimentos, confecções e mobiliário.

(Almeida, 1982, 4)

Ainda neste número, são publicados os artigos “Parque Central: uma realidade para breve” e “O Bairro da Lagartixa”. No primeiro, é anunciado o projecto de arranjo do parque central de Santo André com projeto das arquitetas paisagistas Manuela Raposo Magalhães, Maria da Graça Saraiva e Maria João Botelho, um espaço que se esperava “promover uma utilização intensa do Parque ao longo do dia, pelas diversas camadas etárias da população” (s.i., 1982). No segundo artigo, é abordado o desenvolvimento do “primeiro conjunto habitacional a ser construído em Santo André” (s.i., 1982, 4).

No terceiro número, n.º 2, no artigo “Jornais dizem que não... FORD diz que sim”, é novamente abordada a questão da vinda da FORD para Sines.

Contrariamente ao que foi noticiado recentemente por alguns órgãos de comunicação social, a FORD mantém o seu interesse na instalação de uma fábrica de automóveis em Sines, (...). O atraso na decisão, inicialmente prevista para o final do ano passado, deve-se a um novo estudo de reavaliação da rentabilidade económico-financeira do projecto, o qual determinará para o segundo semestre deste ano uma decisão definitiva da FORD de investir em Sines cerca de mil milhões de dólares.

(s.i., 1983, 1)

No artigo “O problema habitacional em Sto. André”, Henrique Correia fundamenta as razões pelas quais existia um diferencial tão grande entre a oferta e procura de habitações em Santo André.

(...) por um lado a dificuldade das empresas a instalar, preverem com a devia antecedência as suas necessidades neste campo, e por outro e não menos importante aos atrasos sucessivos a que tem sido sujeita a conclusão das empreitadas, - caso do Bairro do Pôr do Sol, em que a empresa construtora faliu originando um atraso significativo, - e mais recentemente os bairros conhecidos pelo nome de “Pantera Cor de Rosa” e “Pica Pau Amarelo”.

(Correia, 1983, 7)

É ainda publicada uma entrevista ao pintor Eduardo Nery, autor de projetos de arranjos das fachadas dos bairros das Panteras, Pôr do Sol e Porto Velho.

Já neste século, em 2007, no n.º 79 da revista Arquitectura e Vida, no artigo “A Componente Urbana de Sines”, os arquitetos Guilherme Cântico Martins e Francisco Silva Dias fundamentam os conceitos que deram origem à Cidade Nova de Santo André.

Em Março de 2014, é lançado em edição online do jornal Público o artigo “Santo André – A cidade que continua por fazer”. Neste artigo, Raquel Ribeiro, revisita o lançamento do projeto urbano de Santo André com entrevistas aos mentores do processo como Guilherme Cântico Martins e aos primeiros habitantes da cidade que dão o seu testemunho de como foi ver Santo André nascer no meio do nada.

‘A gente não tinha nada, nada. Não havia estradas, passeios, a electricidade de toda a cidade era fornecida por um gerador. Havia uma papelaria, uma mercearia e um talho. Quase não havia comida: só saibre’ (...) Não havia gasolina e, durante anos, a população tinha de ir até Santiago ou Sines para se abastecer (...) ‘isto era quase inabitável: era uma grande angústia viver aqui’, conta Primo.

(Ribeiro, 2014)

4

A partir da segunda metade do século XX, mais precisamente na década de 70, o governo português assume a aposta no sector industrial como motor de desenvolvimento da economia, que até então se encontrava estagnada e sem capacidade para competir com os mercados internacionais. Integrada no III Plano de Fomento (1970-73), é tomada a decisão de criar uma área concentrada de indústrias de base que procurava contribuir para o crescimento do sector industrial, mas, também, para o desenvolvimento regional. Definida uma estratégia que assentava no conceito de porto de águas profundas, é escolhida a zona de Sines, pela sua localização na costa portuguesa e, condições naturais vantajosas em relação aos estuários do Sado e Tejo. Entende-se que, pela complexidade dos objetivos que se procurava atingir, foi necessária a criação de um organismo dotado de autonomia administrativa e financeira, especialmente criado com o desígnio de promover o desenvolvimento urbano-industrial da área de Sines. Assim, nasce o Gabinete do Plano de Desenvolvimento da Área de Sines, mais conhecido como Gabinete da Área de Sines (G.A.S.). Desde então e até à sua extinção, o Gabinete da Área de Sines fica responsável de orientar as fases do processo de urbanização – planejar, programar, conceber, financiar, promover a realização, gerir o complexo habitacional e respetivos equipamentos urbanos.

Em 1972, o G.A.S. apresenta o Plano Geral da Área de Sines onde é estabelecido o Complexo de Sines numa área de cerca de 49 000 hectares de terreno e cerca de 30 km de costa englobando áreas portuárias, industriais, urbanas e florestais. De forma a responder à concentração populacional resultante das atividades a serem instaladas no Complexo, são consideradas duas alternativas para o desenvolvimento urbano: o desenvolvimento dos núcleos urbanos existentes, Sines e Santiago do Cacém, ou, a criação de uma cidade totalmente nova. Procurando alcançar um “gérmen de cidade”, destaca-se a escolha do Gabinete em construir numa área que, não tinha referência nenhuma, nem um ribeirinho, nem um moinho, nada. O novo núcleo urbano de Santo André viria assim a localizar-se a numa área de pinhal a 16 km a norte da cidade de Sines, numa zona plana com excelentes condições para a construção e bafejado por ventos maioritariamente vindos de norte a protege-lo da poluição vinda das zonas industriais.

Ainda na década de 70, chegavam os primeiros habitantes aquela que foi a única cidade construída de raiz em Portugal no século XX. Entenda-se que, anteriormente ao lançamento do Complexo, nos anos 60, o crescimento exponencial das periferias de Lisboa e Porto, deu origem ao nascimento de novas urbanizações na periferia e a bairros de lata e clandestinos. Várias iniciativas públicas de planeamento fazem nascer os primeiros grandes programas habitacionais de Lisboa – Olivais Norte e Olivais Sul. Destacam-se ainda iniciativas no panorama internacional, como a construção de 22 novas cidades em Inglaterra sob alçada do New Town Act.

Considera-se que, com o objetivo de criar um núcleo urbano que se apresentasse como uma alternativa atrativa, cómoda e segura para atrair quem se deslocava para Sines, seria indispensável prestar atenção ao elemento humano para posteriormente fixar a população. Para Santo André, propunha-se a concretização de um programa inicial incluindo habitação, serviços variados e a criação de instalações de comércio e para indústria ligeira. Entende-se que, urbanisticamente, desde a criação do G.A.S. até ao ano de 1983, podem ser observados três períodos distintos na orientação de Santo André, nestes três períodos, foram responsáveis os arquitectos Guilherme Câncio Martins, Francisco Silva Dias e Luís Vassalo Rosa (Martins e Dias, 2007, 68).

Equidistante dos núcleos habitacionais já existentes, fica estabelecido o plano de uma cidade polinucleada com um Centro Principal e 3 centros secundário iniciando-se a construção por um dos centros secundários, o 1º Estabelecimento, uma unidade autossuficiente com capacidade para 25 000 habitantes, totalmente assegurada pelo G.A.S., que pretendia acolher parte da população que acorria à fase de construção e montagem da Refinaria e do Porto. Decorrido o ano de 1975 em permanente ambiente de instabilidade social e política, consequência da

revolução no ano anterior, ao qual o G.A.S. e o projeto de Sines não se conseguem manter alheios, o desenvolvimento dos trabalhos não segue dentro do ritmo previsto além de que as burocracias prejudicaram, e agravaram as condições de execução dos programas planeados. Em 1975, Santo André era ainda um núcleo em construção, existia a estrada que ligava a Sines, a lagoa, o pinhal e alguns aglomerados habitacionais dispersos.

Terminados os principais elementos das instalações industriais e portuárias, na segunda metade da década de 70, entende-se que há uma desaceleração e estabilização do crescimento urbano da área. Consequentemente, neste período, é feita uma avaliação do projeto de desenvolvimento industrial da qual, urbanisticamente, resultam metas a longo prazo para o crescimento urbano, entre 50 000 e 100 000 habitantes. Estabelecem-se seis alternativas para o desenvolvimento urbano que, depois de avaliadas, dão origem a uma sétima hipótese, que procurava a ocupação sucessiva de áreas, de uns períodos para os outros, distribuindo a população segundo linhas preferenciais de desenvolvimento. Em oposição ao plano inicial de 1972 de uma cidade polinucleada, Santo André passa agora a orientar-se por uma estrutura linear que procurava ligar o existente uma fusão entre campo e cidade, natureza e construído, estando previstos três períodos de crescimento, correspondentes às metas de 50 000, 75 000 e 100 000 habitantes.

Considera-se que, a habitação constituía um sector com enorme relevância, uma vez que a seguir ao emprego seria um dos fatores mais importantes para fixar populações. Assim foram construídos os dois primeiros bairros de habitação temporária para responder às necessidades habitacionais dos trabalhadores que participavam na construção da cidade, o Bairro Azul e o Bairro da Lagartixa. Identificadas como zona Oriental e Ocidental, a construção iniciou-se de maneira desigual. Na zona Ocidental começou-se com a construção dos bairros da Atalaia e Pôr do Sol e, a Oriente foi construído o bairro do Horizonte. A construção prossegue com a densificação da zona Oriental do 1º Estabelecimento. São implantados os bairros do Porto Velho ou Caixotes, Panteras, Picapau, Serrotes e Pinhal. Na zona Ocidental são terminados os bairros da Atalaia e Pôr-do-Sol e é construído o bairro das Torres. Construído em extensão e com edifícios de poucos andares, o parque habitacional e, consequentemente Santo André, era visto como uma conceção cara e desligada das necessidades dos moradores pela falta de equipamentos para a população. Tanto a nova cidade como o organismo que a desenvolvera eram vistos ambos como desajustados da realidade nacional e das necessidades das populações. Isto veio a ditar o fim da utopia que se desenvolvera em Sines com a extinção do G.A.S. e o abrandamento do Complexo megalómano. Neste período já residia no novo Centro Urbano uma população numerosa estabelecendo-se como 2º centro urbano da área contando com uma população constituída por trabalhadores do grande complexo e, onde se destacam, os retornados vindos das ex-colónias constituindo 60% da população de Santo André.

Como construção única em Portugal no século XX, os objetivos para a nova Cidade de Santo André foi aproximar a habitação do emprego, fixar uma população significativa numa área urbana e também fomentar a criação de emprego nesse local. Implicitamente, o G.A.S. procurou fundar um polo de centralidade, com serviços, emprego e habitação concentrados nesta região do Alentejo, que dinamizasse a economia do local e no fundo o desenvolvimento do país. Funcionando como um órgão independente e financeiramente autónomo até 1975, entende-se que, a partir de então, o G.A.S. vem sendo progressivamente esvaziado de poderes e perdendo a sua independência para a Secretaria de Estado do Ministério das Finanças, Planeamento e Coordenação Económica. Em 1989, o Gabinete da Área de Sines é oficialmente extinto.

Ao longo do seu lançamento e desenvolvimento, foram seis as publicações que dedicaram artigos ao novo núcleo sendo, quatro dessas contemporâneas à construção de Santo André e, outras duas, já neste século. Destaca-se que, apesar da megalomania do empreendimento, a primeira menção só acontece cinco anos passados do seu lançamento, pela revista Binário. Nos mais trinta anos que separam a primeira da última publicação, 1976 a 2014, na totalidade são catorze os artigos em que é mencionada a nova cidade e, apenas, em quatro são feitas menções a projetos realizados em Santo André. Destacam-se ainda as constantes menções às incertezas que o projeto vivia e os problemas habitacionais que abalavam o megaempreendimento. Pouco publicada e conhecida entre as gerações mais novas na área da arquitetura, tendo em conta o seu peso na nossa história, o empreendimento único e os arquitetos que o conduziram tinham como objetivo primário

a criação de um germen de cidade com capacidade de oferecer uma jornada habitação-trabalho cómoda e agradável. No fundo, Santo André foi a oportunidade de ensaiar soluções urbanísticas e, de atingir um ideal de cidade preocupada em manter uma qualidade espacial e ambiental capaz de atrair e fixar novas populações. Considera-se que, tanto a extinção do Gabinete da Área de Sines como, o espírito de quem a concebeu, foram fatores determinantes para que Santo André não tenha sido tão publicitado e, hoje em dia, seja pouco conhecida.

(...) isto talvez seja geracional das pessoas que fizeram Santo André. Neste momento o vedetismo tomou conta da arquitetura. Hoje interessa mais publicar um artigo numa revista ou ganhar um prémio do que fazer arquitetura. Não havia muito esse espírito, nós estávamos ali para construir uma cidade e não para recolher louros. O facto de não dizerem muito mal de Santo André já não era muito mau.

(Dias, 2016)

5

ALMEIDA, João Nunes De - Alguns aspectos da opção da FORD. **Cidade Aberta - Folha informativa de Santo André**. Santo André. 1 (1982) 4.

CAEIRO, Joaquim Croca - Os Planos de Fomento Nacional no contexto do desenvolvimento económico nacional no pós guerra. Em **Intervenção Social**. p. 193–219.

CORREIA, Henrique - O problema habitacional em Sto. André. **Cidade Aberta - Folha informativa de Santo André**. 2 (1983) 7.

COSTA, Isabel - Editorial. **Cidade Aberta - Folha informativa de Santo André**. Santo André. 0 (1982) 0.

CRUZ, Carlos et al. - Olivais Norte. Em FIÚZA, FILIPA; CARDIM, JOÃO (Eds.) - **Optimistic Suburbia? The Students' Perspective 2**. p. 49–57.

Decreto-Lei nº 270/71 de 19 de Junho da Presidência do Conselho. . Diário da República: I série, nº 143 (71-

DIAS, David et al. - Olivais Sul. Em **Optimistic Suburbia? The Students' Perspective 2**. p. 59–67.

DIAS, Francisco Silva - Centro Urbano de Sto. André - 1º Estabelecimento. **Binário 209-210**. 1976) 10–11.

FILIPE, Luís Gravata - Habitações Colectivas - Projecto 2. 2. 016. **Binário**. 209–210 (1976).

FRANÇA, José Augusto - **A Reconstrução de Lisboa e a Arquitectura Pombalina**. 3ª ed. [S.l.] : Instituto de Cultura e Língua Portuguesa - Ministério da Educação e Ciência, 1977

FRANÇA, José Augusto - **Lisboa: Urbanismo e Arquitectura**. 1ª ed. [S.l.] : Instituto de Cultura e Língua Portuguesa - Ministério da Educação e Ciência, 1980

GRANDE, Nuno - **O Verdadeiro Mapa do Universo: Uma leitura diacrónica da cidade portuguesa**. 1ª ed. [S.l.] : Departamento de Arquitectura da FCTUC, 2002

HARLOW; STEVENAGE; BRACKNELL - **Paradise lost Britain's new towns illustrate the value of cheap land and good infrastructure** [Em linha], atual. 2013. [Consult. 4 ago. 2016]. Disponível em WWW:<URL:http://www.economist.com/news/britain/21582559-britains-new-towns-illustrate-value-cheap-land-and-good-infrastructure-paradise-lost>.

HENRIQUES, Paulo - Portugal, 1910-1940: da República ao Estado Novo. Em **Portugal Moderno, 1910-1940**

JACOBETTY, Joaquim - Primeiro projecto habitacional da CNP em Santo André. **Petrovisão**. 2 (1978) 12–14.

JACOBETTY, Joaquim - Habitação em Sines: Um Problema Preocupante. **Petrovisão**. 1979) 2–5.

MARQUES, A. H.de Oliveira - **Breve História de Portugal**. 5ª ed.

MARTINS, Guilherme Câncio - Santo André, o planeamento de uma cidade sem história. **Povos e Culturas - A cidade em Portugal: Onde se vive**. Lisboa. 2/3:1987) 353–366.

MARTINS, Guilherme Câncio; DIAS, Francisco Silva - A Componente Urbana de Sines. **Arquitectura e Vida**. 79 (2007).

MENDES, Cristina Galhardo - **Percursos de Integração, Identidade e Pertenças Estudo das populações oriundas das ex-colónias em Vila Nova de Santo André, Santiago do Cacém**. [S.l.] : Universidade Aberta, 2012

MENDES, Pedro Ferreira - Olivais Norte, A Carta de Atenas em Portugal. **Arquitectura e Construção**, 35. [s.d.]) 92–97.

NUNES, João Pedro Silva - O programa Habitações de Renda Económica e a constituição da metrópole de Lisboa (1959-1969). **Análise Social**. 2013) 82–100.

O Movimento das Forças Armadas prosseguirá na sua acção libertadora - **Diário de Lisboa**. 18439 (1974) 6.

PEREIRA, José Silva; GOMES, Carlos Santos; CORREIA, João - Princípios Utilizados no Estudo do Centro Principal. **Binário 209-210**. 1976).

RIBEIRO, Raquel - **A cidade que continua por fazer** [Em linha], atual. 2014. Disponível em WWW:<URL:https://www.publico.pt/portugal/noticia/a-cidade-que-40-anos-depois-continua-por-fazer-1666422>.

ROCHA, Inês - **Portugal na ONU. Do império de Salazar ao país «centrado no seu umbigo»** [Em linha], atual. 2015. [Consult. 4 ago. 2016]. Disponível em WWW:<URL:http://rr.sapo.pt/noticia/37517/portugal_na_onu_do_imperio_de_salazar_ao_pais_centrado_no_seu_um-bigo>.

RODRIGUES, Maria João Eloy Prata Cardoso - **O preconceito no conteúdo da cidade: A Cidade Nova de Santo André no Projecto Estruturante de Sines**. [S.l.] : Universidade Técnica de Lisboa - Faculdade de Arquitectura, 1997

ROSA, Luís Vassalo - Ajude-nos a fazer de Sto. André a sua cidade. **Cidade Aberta - Folha informativa de Santo André**. Santo André. 0 (1982) 32.

ROSSI, Aldo - **A arquitectura da Cidade**

S.I. - O arrancar de um complexo. Levar por diante a gestação do empreendimento com honra e estoicismo redimensionando-o à escala da realidade presente. **Diário de Notícias - Suplemento**. 1978) 4–5.

S.I. - Santo André - A cidade nova que se levanta do nada. **Diário de Notícias - Suplemento**. 1978) 53–54.

S.I. - Mil e cem fogos até finais de 1979. **Petrovisão**. 1 (1978).

S.I. - O Bairro da Lagartixa. **Cidade Aberta - Folha informativa de Santo André**. Santo André. 1 (1982) 23–24.

S.I. - FORD em Sines - O desafio está lançado. **Cidade Aberta - Folha informativa de Santo André**. Santo André. 1 (1982) 3.

S.I. - Parque Central: uma realidade para breve. **Cidade Aberta - Folha informativa de Santo André**. Santo André. 1 (1982) 10.

S.I. - Jornais dizem que não... FORD diz que sim. **Cidade Aberta - Folha informativa de Santo André**. 2 (1983) 0.

SALGUEIRO, Teresa Barata - **A Cidade em Portugal - Uma Geografia Urbana**

SILVA, A. E.Duarte - O litígio entre Portugal e a ONU (1960-1974). **Análise Social, vol. xxx (130)**. 1995) 5–50.

SOUSA, Gilberto De - Sines: que urbanismo? **Petrovisão**. 8 (1979) 13–15.

6

DIAS, Francisco Silva. Entrevista a Francisco Silva Dias elaborada no âmbito do desenvolvimento da dissertação com o tema, A Cidade Nova de Santo André, que trata o trabalho desenvolvido pelo arquiteto em Santo André enquanto colaborador do Gabinete da Área de Sines. Realizada por Maria Carreira, no dia 6 de Julho de 2016 em casa do arquiteto em Lisboa.

1. Porquê construir uma cidade nova e não desenvolver os núcleos já existentes?

Há três períodos na vida do empreendimento de Sines a que correspondem à responsabilidade de três arquitetos diferentes, o primeiro foi o Arq. Cândio Martins, que foi o pioneiro digamos assim, teve um mérito muito importante da decisão se fazer a cidade, depois do 25 de Abril fui eu que foi mais repensar o problema e depois foi o Arq. Vassalo Rosa que foi digamos gestor da cidade numa fase já quase construído e de funcionamento. A decisão de construir a nova cidade, o novo Centro Urbano foi uma questão de ordem política mas que teve um fundamento lógico aliás a primeira tarefa quando foi a revisão do plano depois do 25 de Abril foi precisamente fazer um quadro de múltiplas entradas com várias hipóteses como porque não se desenvolve Sines, não se desenvolve Santiago, porque não desenvolver todos os polos, as pequenas aldeias que já existiam e tudo isso em função de uma noção que nós tínhamos que era onde se desenvolve mais facilmente o gérmen de cidade. Foi nos dado um sitio que não tinha referência nenhuma, nem um ribeirinho, nem um moinho, nada, e façam aqui uma cidade. Qual era naquelas hipóteses aquela que tinha mais possibilidades de desenvolver um gérmen de cidade. Desenvolvendo Sines ou Santiago, que já eram cidades, tinham um perigo que era uma explosão ou um incremento muito importante numa cidade estabilizada podia transformar Sines ou Santiago numa Amadora ou num Cacém. Por outro lado, havia uma questão que se prendia com a disponibilidade do terreno. Se se optasse por desenvolver Sines ou Santiago os terrenos que eram de propriedade privada davam origem a uma maior especulação privada e isso podia afastar precisamente do gérmen de cidade que se procurava. Uma cidade nova apresentava grande vantagem porque os terrenos seriam todos do Estado e podia haver um equilíbrio entre o equipamento e a habitação e não seria preciso andar a expropriar nem a comprar terrenos para fazer os equipamentos. Havia uma vantagem muito grande entre ser uma nova cidade e o desenvolvimento dos outros polos existentes. Aí podia ser mais facilmente desenvolvido um sentido comunitário, mas ao mesmo tempo o sentido comunitário, mas a dispersão podia dificultar a utilização plena dos equipamentos. Depois da revolução pôs-se muito em causa se se devia continuar ou não a fazer Santo André e foi decidido que se continuava com a cidade já dentro de outros moldes que aquilo era um bocado megalómano, era Santo André e depois uma outra cidade mais a Norte.

2. Como caracteriza o processo de projetar a nova cidade de Santo André?

Costumo dizer que sou um arquiteto com muita sorte porque enfim não tenho uma obra muito vasta, mas todos os trabalhos em que participei foram casos singulares, foi o Gabinete técnico da Habitação, o Inquérito da Arquitetura Regional, Santo André e foram sempre desafios muito interessantes. A principio foi aterrador, porque desde o séc. XVIII que não se fazia uma cidade nova em Portugal e depois havia todas as angústias como porque não se desenvolve Sines, porque não se desenvolve Santiago. Foi um grande desafio. Depois também houve o facto de ser um território que não dizia nada, não havia história, era um pinhal. Na primeira fase tinham se construído umas casas, mas sem a ideia de cidade de modo que a primeira tarefa foi organizar aquele território. Nisso tivemos a sorte de ter um livro de cabeceira que é a Imagem da Cidade do Kevin Lynch e foi a nossa fonte teórica. Foi o nosso substrato teórico que nos deu alguma experiência. Fez-se um esquema quase romano para marcar o sitio e a partir daí distribuiu-se as atividades para que houvesse uma visão cinematográfica de alguém que percorresse aquele território. Também o estudo das novas cidades inglesas especialmente Milton Keynes e pessoalmente eu tinha a experiência do

Inquérito da Arquitetura Regional que também ajudou muito a entender o que é um aglomerado. Depois a nossa tarefa não foi só fazer Santo André, incluía o planeamento total. Foi uma tarefa aliciante porque colocou o arquiteto fora do âmbito tradicional da arquitetura que é fazer edifícios e ali era pegar num complexo com uma programação muito complexa porque quando se planeia a Refinaria existem subprodutos que saem da refinaria, há muitas implicações quando se planeia estas indústrias, mas mesmo assim, todas estas questões se punham mas quando era preciso definir onde ficavam as coisas o lápis ia sempre parar à nossa mão. Foi uma tarefa aliciante e sobretudo gratificante porque mostrou o quão importante é a nossa formação metodológica. Os primeiros habitantes eram retornados vindos do Ultramar e apesar de ser uma população traumatizada contribuiu bastante para o desenvolvimento do espírito comunitário.

As primeiras casas a ser feitas são projeto do Arq. Faria da Costa filho, o projeto do Bairro Azul, umas casas pequenas e que não tinham um programa definido, o Gabinete fornecia paredes, tecto e chão e lá instalava-se o que fosse preciso. Conforme era preciso algum equipamento ia para o Bairro Azul.

3. Como caracteriza/descreve a cidade como um continuum urbano para o caso de Santo André?

Quando nós começamos em Santo André pode-se dizer que havia uma rua, a lagoa e depois havia umas casas já construídas. O nosso primeiro objetivo seria dar sentido ao que já existia e a princípio foi uma resposta cartesiana como os romanos já tinham feito. Havia o centro e a necessidade de ir buscar umas casas que já estavam feitas. A nossa ideia foi fazer quase como uma suástica que se estendia e ia buscar os bairros tentando liga-los por percursos que tinham de ser animados, cinematográficos como dizia o Kevin Lynch. Ainda hoje se nota isto na cidade. O equipamento era disposto como uma cena cinematográfica. O sentido de continuum reside em ir buscar o que já existia e tentar que não seja uma cidade celular. A partir daí foram distribuídos trabalhos a diferentes arquitetos que depois seguiam estes programas.

4. Como eram recrutados os arquitetos? E os artistas que tiveram participações na nova cidade? O que lhes era pedido?

A seguir ao 25 de Abril houve uma crise extraordinária na área e uns arquitetos foram para o SAAL, outros foram trabalhar para as câmaras e os gabinetes ficaram numa crise tremenda, muitos fecharam. No Gabinete recebemos uma sugestão do Ministério das Obras Públicas para que tentássemos dar trabalho aos ateliers senão ia tudo para o desemprego e foi nos entregue uma lista de ateliers. Depois não podemos dizer que houve um concurso, houve algumas conversas com os gabinetes e alguns ficaram com os trabalhos, quem podia salvar mais empregos ou os que tinham mais experiência em habitação. No caso dos artistas como Eduardo Nery, eram os gabinetes de arquitetura que os recrutavam e encomendavam a obra.

5. Como era a relação entre o G.A.S. e as empresas? As empresas tinham algo a dizer sobre a escolha dos arquitetos e o processo projetual?

Quando eu entrei no Gabinete os construtores diziam que não precisavam de plano e apenas precisavam do número de fogos a construir e Santo André esteve na eminência de ser constituída por 50 blocos de oito pisos e de 24 por 15 metros. Foi um certo orgulho termos conseguido fazer uma cidade que não fosse toda igual. A população que foi para Sines, tirando os retornados, era uma população muito traumatizada. Vinham de outros sítios, trabalhavam no complexo e era uma população desenraizada. Iam trabalhar os cinco dias da semana e depois iam embora. Neste momento, pelo que me apercebo, parece-me que já existe um certo sentimento de patriotismo do lugar. Por mais que incutíssemos o discurso de cidade, as pessoas queriam era saber onde era a casa deles e se cabia lá dentro a mobília que traziam. As casas eram relativamente agradáveis e não houve uma reação adversa. Os arquitetos eram escolhidos pelo Gabinete e as empresas não

tinham dizer na escolha. Houve uns prédios construídos por iniciativa privada, o Bairro das Torres, projetado pelo Arq. Bento d'Almeida o filho.

6. O que muda entre Santo André e outros casos de cidades novas na Europa?

Pessoalmente tinha uma grande experiência em habitação por ter participado no GTH, tinha participado nos Olivais Norte e Sul. A realidade francesa não tem nada a ver com os Olivais em que tínhamos as cidades satélites todas iguais. Havia uma nostalgia, uma raiva em França que não se associa aqui aos Olivais.

A nossa ideia para Santo André de uma cidade linear com uma fusão muito grande entre a natureza e a construção. Sempre esta relação entre uma rua muito intensa, uma rua de peões e ladeadas por jardim de forma a permitir um conceito mediterrânico de uma pessoa no Verão andar pela sombra e no Inverno pelo sol. Foi rejeitada a ideia no espírito dos Olivais em que temos as torres no meio do jardim. No caso de Santo André o jardim está contido entre duas linhas. Milton Keynes vem um pouco numa ideia bucólica em que se ouve o barulho dos pássaros e a natureza, uma ideia mais calma enquanto que em Santo André procurávamos mais uma fusão entre o campo e a cidade. A nossa ideia seria fazer uma cidade tranquila, sem stress e depois o Arq. Vassalo Rosa, numa ideia um pouco diferente, introduz uma cidade mais urbana, com maiores densidades, com mais bagunça. A ação do Arq. Vassalo Rosa foi dar mais cidadania à cidade, fundou o jornal, tratou da toponímia, tinha uma relação mais chegada à população que, entretanto, já se tinha estabilizado.

7. Sendo caso único em Portugal, qual pensa ser a razão para Santo André não ser mais conhecido?

Não sei, sinceramente não sei, mas sabe isto talvez seja geracional das pessoas que fizeram Santo André. Neste momento o vedetismo tomou conta da arquitetura. Hoje interessa mais publicar um artigo numa revista ou ganhar um prémio do que fazer arquitetura. Não havia muito esse espírito, nós estávamos ali para construir uma cidade e não para recolher louros. O facto de não dizerem muito mal de Santo André já não era muito mau. Para isso penso que também contribuiu o facto de o Gabinete ter sido extinto.

TAVARES, Domingos. Entrevista a Domingos Tavares elaborada no âmbito do desenvolvimento da dissertação com o tema, A Cidade Nova de Santo André, que trata o trabalho desenvolvido pelo arquiteto em Santo André com a elaboração de um projeto habitacional nunca construído. Realizada por Maria Carreira, no dia 14 de Julho de 2016 em casa do arquiteto no Porto.

1. Como surgiu o convite/proposta para trabalhar em Santo André?

Portanto foi um convite na sequência de um concurso. Nessa altura o Fundo Fomento da Habitação tinha organizado um concurso de projetos-tipo de programas de habitação no qual participei. Quando o mesmo coordenador desse concurso, o arq.º Luís Vassalo Rosa, foi mobilizado para o Gabinete da Área de Sines para tratar da gestão urbana do processo de Santo André ele aproveitou a existência desse concurso e mobilizou 5 equipas que tinham participado nesse concurso para participar na expansão urbana da cidade de Santo André.

2. Como caracteriza o processo de projetar a nova cidade de Santo André?

O esquema era interessante e a própria situação era bastante interessante. O que aconteceu foi que o plano da cidade de Santo André, à responsabilidade do arq.º Silva Dias, tinha desenvolvido na sua parte a montagem de infraestruturas e depois numa primeira fase de construção de projetos de vária ordem que, revelava uma característica que era relativamente comum dos grandes planos dessa época. Uma predominância quase absoluta das grandes vias de comunicação, avenidas que na prática eram ruas muito largas, prevendo fluxos muito significativos em espaços muitos abertos, numa área altamente significativa havia um critério de ocupação que deixava uma parcela significativa de terreno não ocupado. A ideia desta nova equipa era criar mais densidade, portanto em vez de ir ocupar alargamentos em espaços periféricos, optou por encontrar um processo de construção para encher os vazios naquilo que já era o núcleo construído. No fundo eram critérios de correção e ocupação da densidade urbana. Isto é bastante interessante porque implicava estar a intervir no coração de uma cidade a preencher os seus vazios. Eu lembro-me que um dos meus projetos era em frente a uma escola secundária, na avenida Santiago. Tinha de criar uma faixa de construção contínua em frente a essa escola que, deixava de estar em contacto direto com a avenida para ser intercetada por um conjunto que lhe oferecia um distanciamento com a avenida. Portanto era construir no vazio e este era o aspeto mais interessante que assenta neste pressuposto. Havia um certo conceito de arquitetura herdado do movimento internacional de grande espaço vazios e o critério neste caso seria o de encontrar um desenho de cidade que fosse muitíssimo mais denso e muito mais ocupado.

3. Como era a relação entre o G.A.S. com as equipas de trabalho?

Em principio concordávamos com esta teoria de preenchimento de vazios e criar outra escala de proximidades entre as construções e, nesta questão base não havia nenhuma divergência de principio. Depois o gabinete tinha confiança nas equipas que tinha escolhido, portanto nós fazíamos propostas, apresentámos os nossos anteprojetos e o gabinete aceitou fazendo algumas observações. Éramos cinco equipas, quatro do Porto - eu, o Alexandre Alves Costa, o Alcino Soutinho e o Adalberto Dias - e havia uma equipa de Lisboa. As soluções eram completamente distintas entre nós. O GAS esperava que as respostas fossem as que tinham sido preparadas para o concurso e, portanto, ao selecionar equipas que tinham participado num concurso, esperava que desenvolvêssemos o que tinha sido apresentado no anteriormente. Essa foi a primeira dificuldade que tive porque quando se trabalha num concurso há um conjunto de princípios, ainda por cima era para produzir em abstrato, não era produzir arquitetura para uma situação concreta. Era propor um esquema de organização habitacional que constituísse uma matéria recuperável de uma forma sistemática para se fazer projetos de arquitetura em qualquer lugar. Não são projetos tipo, eram tipos de atuação num contexto de habitação social. Ora bem, chegámos a Santo André e há uma situação concreta, é preciso responder no terreno a uma situação concreta e a um problema concreto e, portanto, a minha solução não tinha rigorosamente nada a ver

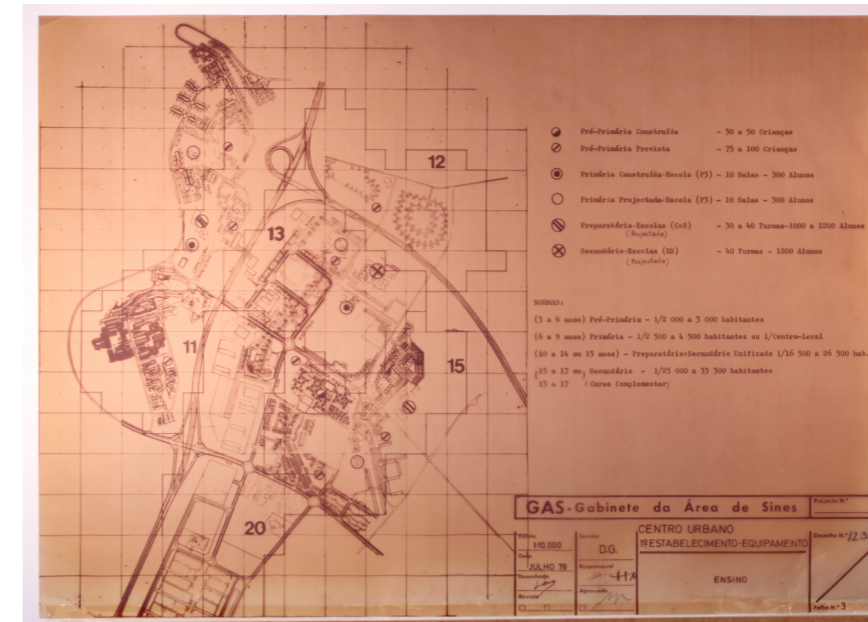
com a resposta do concurso, era outra coisa e isso levantou uma problemática. Notamos que havia uma espécie de presunção de modo de agir em termos de desenho arquitetónico que punha em evidência uma espécie de distanciamento cultural. O GAS tinha adotado um sistema que tinha a ver com um critério de uniformização de imagem através da contratação de um pintor, que já tinha trabalhado na 1ª fase e, que depois seria responsável pela pintura de todos os conjuntos. Eduardo Nery seria uma espécie de consultor para garantir o critério uniforme de uma imagem de cidade e, o que ele se propunha fazer era pintar. Nenhum dos nossos projetos se realizou, nós entregamos os projetos todos prontos a arrancar quando o GAS foi desmantelado e acabou tudo aí, não chegando a iniciar-se a construção.

4. Sendo caso único em Portugal, qual pensa ser a razão para Santo André não ser mais conhecido?

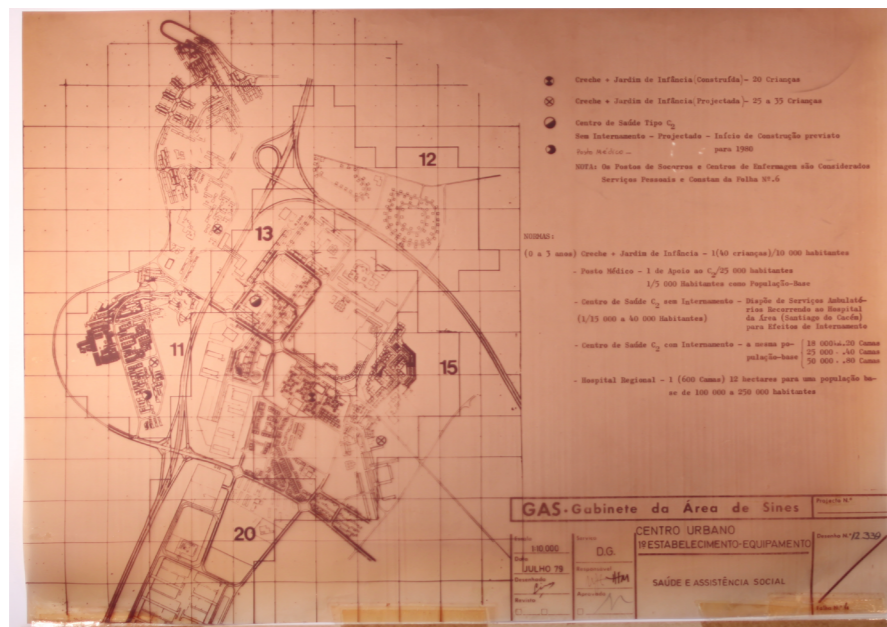
Em principio porque a cidade nova de Santo André que existia e que nós conhecemos na aproximação para realizar estes projetos, não tinha uma imagem muito poderosa e, havia uma sensação de desconformidade entre a expectativa e a realidade. Foi imaginada e começou a ser construída para uma ideia de progresso e de resultados que, naquela altura estava absolutamente em crise. O projeto de Sines iniciou-se em 1971 com a crise do preço do petróleo e o grande golpe seria haver grandes petroleiros que traziam grandes quantidades de petróleo bruto e, sendo a refinação feita na Europa nós seríamos um grande centro de distribuição de petróleos. Portanto, havia uma expectativa enorme do ponto de visto da economia que foi engendrada parar tirar proveito dos novos preços da energia. Em 1974 houve a revolução, os capitais fugiram do país e, portanto, não havia dinheiro para investir. Sines não foi o grande projeto que pretendia ser, instalaram-se algumas indústrias que começaram a falir, a população lá se foi encaixando em Sines, em Santiago do Cacém e, alguma em Santo André que estava muito longe de corresponder à expectativa de gerar uma grande cidade nova. Isto aconteceu exatamente na altura em que se instalou o FMI e o gabinete fechou e o projeto acabou. A cidade não conseguiu ganhar evidência, não aconteceu, teoricamente a cidade não aconteceu.



Alojamento do Pessoal da Construção - Setembro de 1974
 Fonte: Arquivo Distrital de Setúbal



Centro Urbano - 1º Estabelecimento - Equipamentos de Ensino - Julho de 1979
 Fonte: Arquivo Distrital de Setúbal



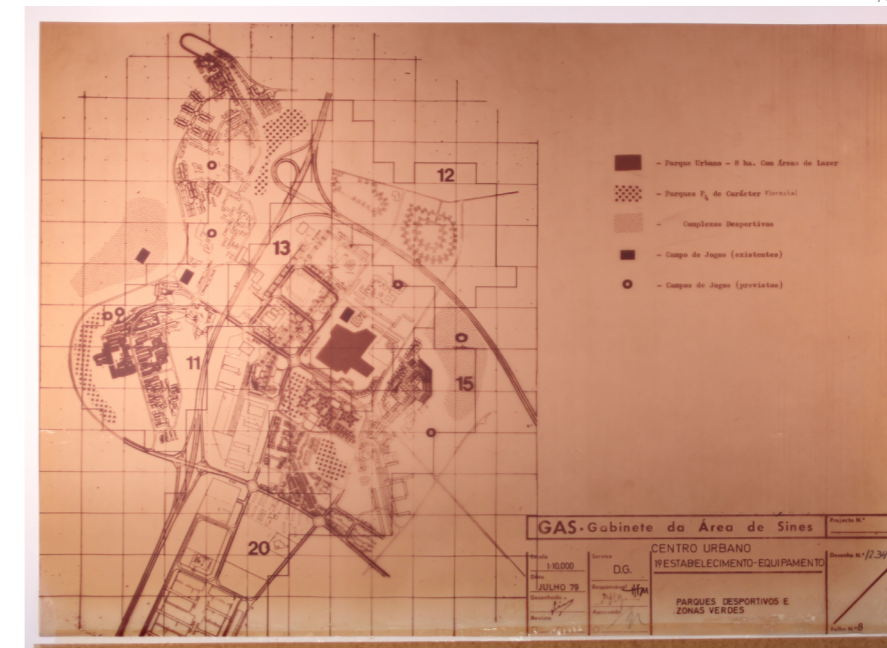
Centro Urbano - 1º Estabelecimento - Equipamentos de Saúde e Assistência Social - Julho de 1979
 Fonte: Arquivo Distrital de Setúbal



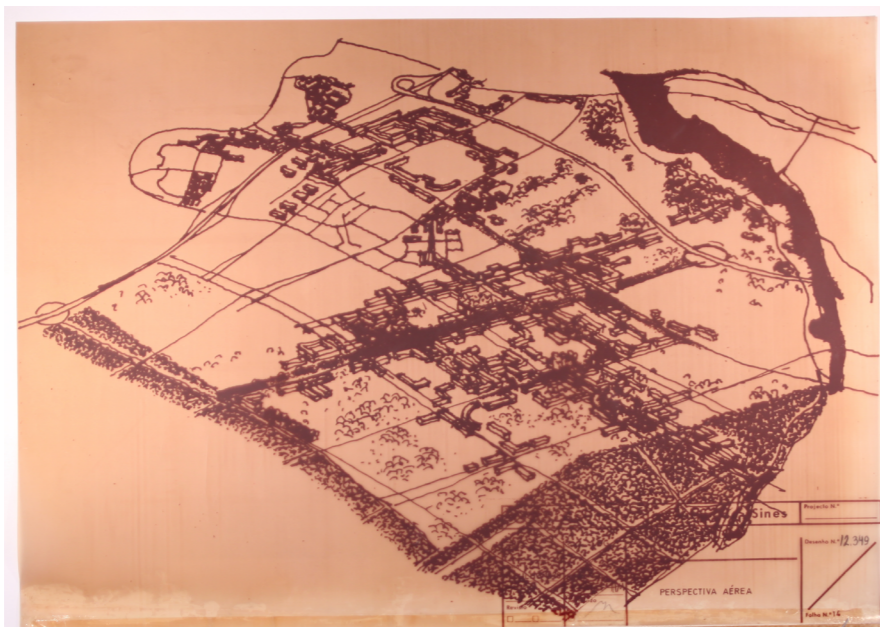
Centro Urbano - 1º Estabelecimento - Equipamentos de Serviços Públicos e Administração - Julho de 1979
 Fonte: Arquivo Distrital de Setúbal



Centro Urbano - 1º Estabelecimento - Equipamentos de Culto, Cultura e Lazer - Julho de 1979
 Fonte: Arquivo Distrital de Setúbal



Centro Urbano - 1º Estabelecimento - Parques Desportivos e Zonas Verdes- Julho de 1979
 Fonte: Arquivo Distrital de Setúbal



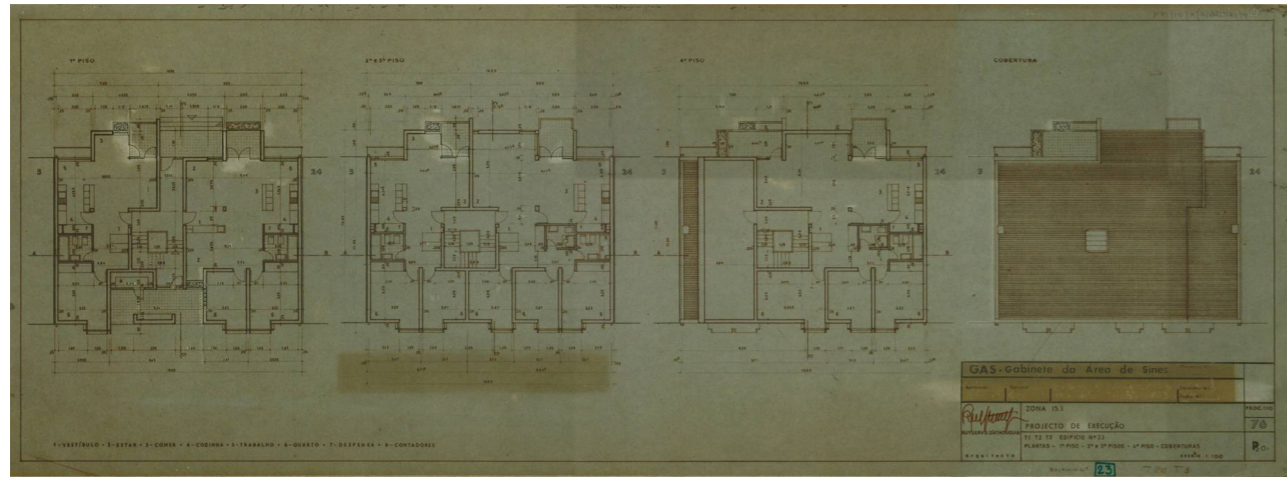
Perspectiva Aérea - Julho de 1979
 Fonte: Arquivo Distrital de Setúbal



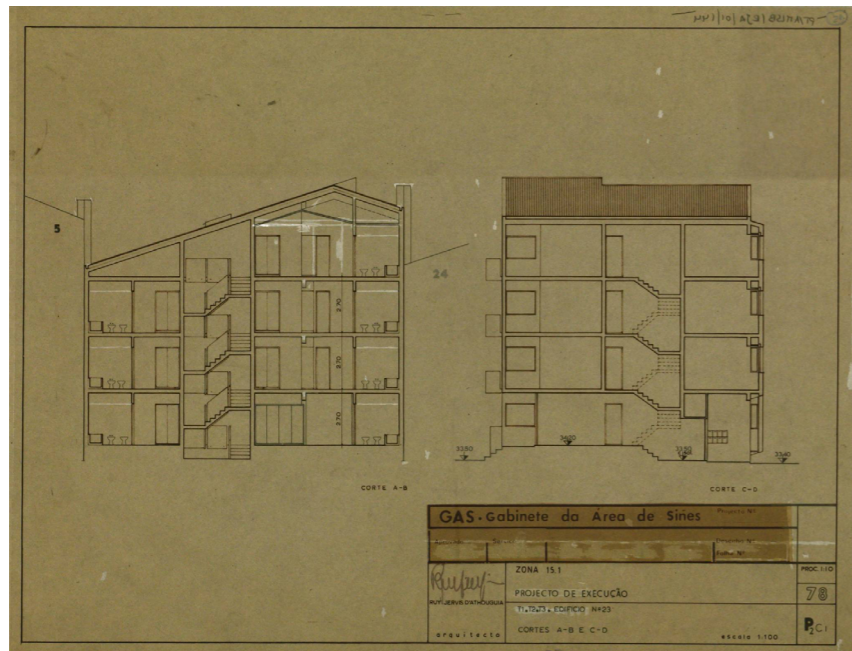
Zona de Actuação directa do Departamento de Projectos do Centro Urbano- Julho de 1981
 Fonte: Arquivo Distrital de Setúbal



Bairro dos Serrotes - Planta do Traçado - sem data
 Fonte: Arquivo SIPA



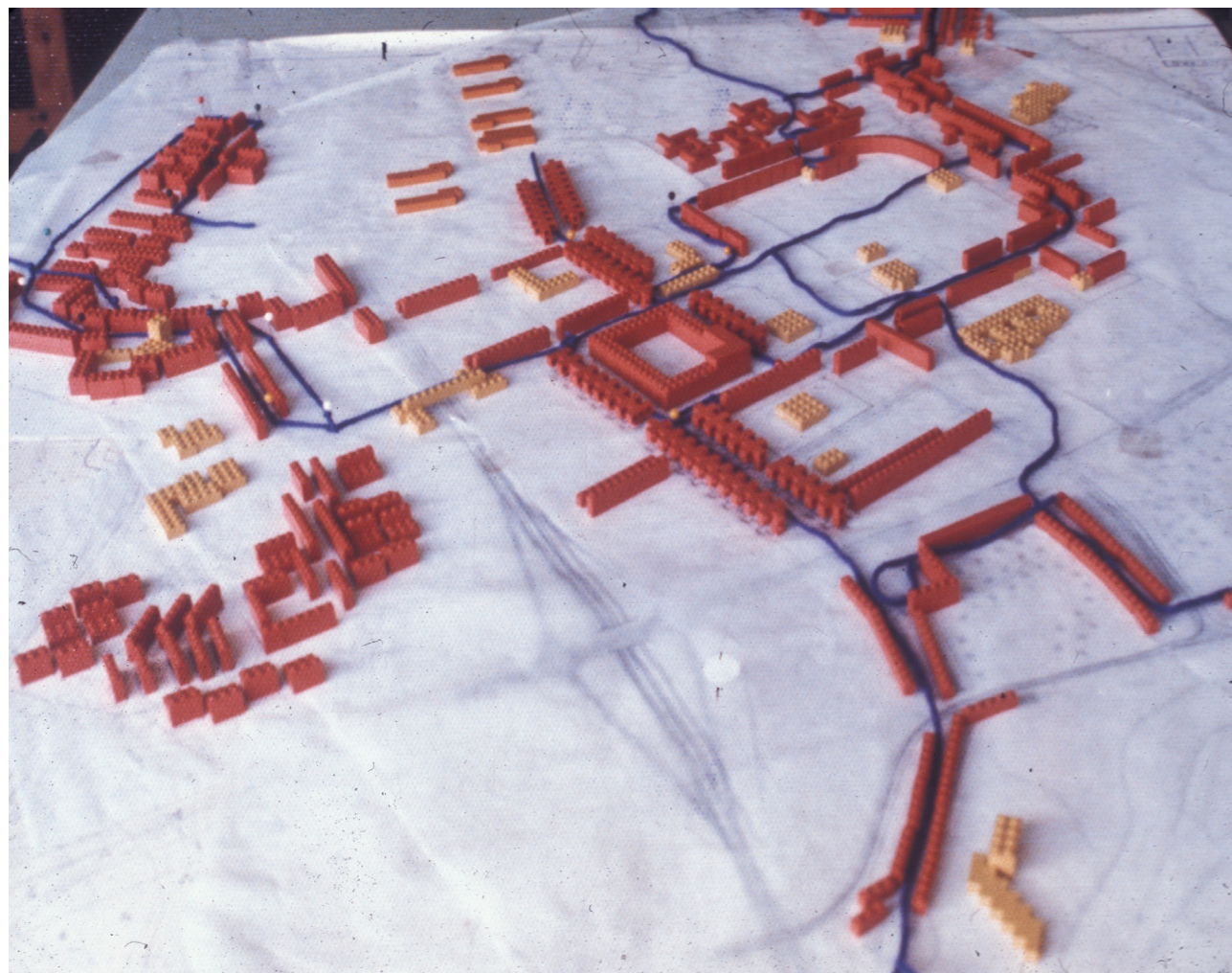
Bairro dos Serrotes - Projecto de Execução - Plantas - 1º Piso - 2º e 3º Pisos - 4º Piso - Coberturas - sem data
 Fonte: Arquivo SIPA



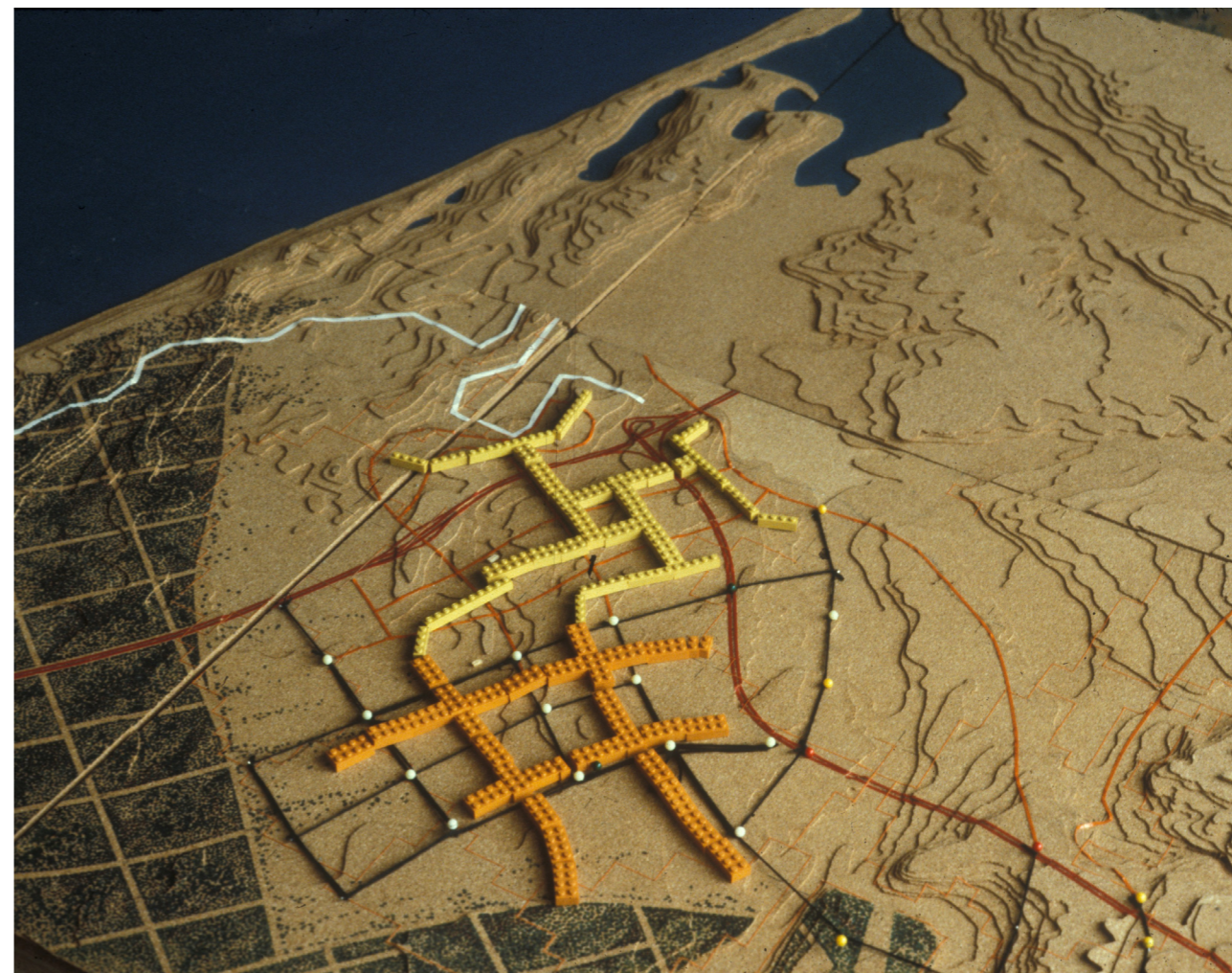
Bairro dos Serrotes - Projecto de Execução - Cortes A-B e C-D - sem data
 Fonte: Arquivo SIPA



Bairro dos Serrotes -Estudo Prévio - Alçado Zona de estar - Alçado Quartos - sem data
 Fonte: Arquivo SIPA



Maquete Lego - sem data
Fonte: Arquivo Distrital de Setúbal



Maquete de Conjunto - sem data
Fonte: Arquivo Distrital de Setúbal

Artigo apresentado na V Conferência da Rede Lusófona de Morfologia Urbana – PNUM 2016, no dia 16 de Julho de 2016, em Guimarães.

A Cidade Nova de Santo André - Uma Utopia Urbana na primavera Marcelista

Resumo

Entre as décadas de 60 e 70 do século XX, acreditando que a industrialização seria o motor para o desenvolvimento da economia nacional, o governo do Estado Novo lança os Planos de Fomento com o objetivo de valorizar e apostar na indústria em Portugal. Em 1971, já sob a orientação de Marcello Caetano e orientado pelo III Plano de Fomento, é lançado o empreendimento de Sines - um porto de aspiração mundial e um complexo de indústrias de base planeado para receber siderurgias, refinarias e indústria automóvel. Para além disso, desenhava-se também uma rede viária e uma cidade de raiz, Santo André.

A construção de uma cidade nova era a oportunidade de ensaiar soluções urbanísticas mais depuradas e seria a resposta às necessidades habitacionais que o empreendimento de Sines exigia. Como acontecimento isolado foi “o maior projecto nacional do séc. XX, só comparável ao empreendimento da guerra colonial” (Eloy, 1997, p. 102). Ainda na década de 70 começaram a chegar os primeiros habitantes a uma cidade pensada para 100 mil habitantes, mas que nunca ultrapassou os 16 mil (Ribeiro, 2014).

Esta comunicação apresenta uma leitura sobre a fundação, génese e evolução da Cidade Nova de Santo André, filha do projeto industrial e portuário de Sines procurando estabelecer uma relação entre o construído ao largo da Lagoa de Santo André.

O ensaio insere-se no projeto “Habitações para o maior número: Lisboa, Luanda, Macau [PTDC/ATP-AQI/3707/2012], apoiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia dentro na linha temática “Modos de Habitar, Sociedade e Cultura Arquitetónica”.

Palavras-chave: Cidade Nova, ex-novo, Santo André, Sines.

1. O Complexo de Sines e o surgimento da cidade nova de Santo André

Na primeira metade do século XIX, Portugal era dos países menos desenvolvidos da Europa. A partir da segunda metade do século, a política económica, até ao momento estagnada, assume a aposta no sector industrial. Segundo o Decreto-Lei nº 270/71 de 19 de Junho, o novo modelo de desenvolvimento, procurava satisfazer “as necessidades prementes da nossa economia e criar as necessárias condições de competitividade nos mercados internacionais” (1971) A concentração, em zona adequada, do empreendimento industrial procurava contribuir para o desenvolvimento acelerado do sector industrial nacional, mas, também, como objetivo final, para o crescimento da região em causa e do País. Como tal, procurando estabelecer equilíbrio e harmonia no progresso de todas as regiões, surgia a oportunidade de criar um novo polo capaz de atenuar a forte atracção exercida, em especial, pelas cidades de Porto e Lisboa. A concentração de grandes unidades industriais, exigia a criação de um porto oceânico com capacidade de receber e servir os grandes navios petrolíferos, mineiros, graneleiros e cargueiros. A construção desta infraestrutura exige condições naturais que possibilitem a utilização ao máximo das instalações quer, na “recepção de matérias primas e exportação dos produtos fabricados e outros materiais” (Decreto-Lei nº 270/71 de 19 de Junho da Presidência do Conselho, 1971). O estuário do Tejo e Sado não conseguiam responder às condições exigidas e, analisados os fatores atender, o governo opta pela escolha de Sines para a implantação desta nova área de concentração industrial.

A criação de uma área industrial concentrada, como novo polo de crescimento e instrumento de ordenamento do território, pressupunha a criação em paralelo de um centro urbano “exigido pela concentração populacional resultante das actividades, com a instalação e o funcionamento dos respectivos equipamentos sociais” (Decreto-Lei nº 270/71 de 19 de Junho da Presidência do Conselho, 1971). Face a esta necessidade, foi também considerada a hipótese de desenvolver as cidades de Sines e Santiago do Cacém porém, segundo o arquiteto Francisco Silva Dias, na hipótese de desenvolver os núcleos que já existiam e já estabilizados, havia o receio de que uma explosão demográfica fosse transformá-los “numa Amadora ou num Cacém” e isso podia dificultar a criação do gérmen de cidade que o Gabinete procurava (Rodrigues, 1997, 108). Construir do zero tinha a vantagem que o terrenos já pertenciam ao Estado afastando a hipótese de uma maior especulação imobiliária. Para além que, com uma cidade nova podia haver um maior equilíbrio entre o equipamento e a habitação. Como tal, o G.A.S. optou pela terceira alternativa, “preparar uma cidade cem por cento nova, tal como Juscelino fizera com Brasília” (s.i., 1978, p. 53). O grande projeto nacional de criação do polo de desenvolvimento de Sines, contemplava assim, o subprojecto de criação de uma cidade nova nas proximidades da Lagoa de Santo André e equidistante dos núcleos urbanos de Sines e Santiago do Cacém. Desinserido de um plano para a criação de cidades novas no país, tinha como objetivo, acolher um total de 100 000 habitantes num curto espaço de tempo (Ribeiro, 2014).

A concretização dos objetivos que se procurava atingir impunha uma gama muito variada de atuações. Para além do planeamento global permanente, projetar, executar e pôr em funcionamento as infraestruturas e os serviços de apoio necessários às atividades, tornava-se necessário, promover a realização dos diversos empreendimentos e assegurar a exploração do empreendimento através do regime mais vantajoso para cada caso em particular (Decreto-Lei nº 270/71 de 19 de Junho da Presidência do Conselho, 1971). Segundo Guilherme Câncio Martins, “para se fazer Sines e o pólo urbano de Santo André, era necessário que ali houvesse uma política industrial continuada, persistente e com capacidade de execução” (Ribeiro, 2014). Pelas múltiplas tarefas exigidas e a necessidade da sua execução em curtos prazos é confiada “a direcção e a promoção de tais tarefas a um organismo especialmente criado para o efeito (...) dotado de personalidade jurídica e autonomia administrativa e financeira” (Decreto-Lei nº 270/71 de 19 de Junho da Presidência do Conselho, 1971).

Em 1971, o Presidente da República Américo Thomaz, promulga o Decreto-Lei n.º 270/71 em que é criado o Gabinete do Plano de Desenvolvimento da Área de Sines, abreviadamente designado por Gabinete da Área de Sines (G. A. S.), com o objetivo de promover o

desenvolvimento urbano-industrial da área de Sines.

2. Cidade Nova de Santo André – Génese a evolução

Em 1972, o G.A.S. apresenta o Plano Geral da Área de Sines. Esquematizava-se assim o que ficaria a ser conhecido como o *Complexo de Sines* numa área de 49 000 hectares envolvendo áreas portuárias, industriais, urbanas e florestais em cerca de 30 km de costa (s.i., 1978). Em cima da mesa estariam três alternativas para solucionar o problema urbanístico colocado pelo afluxo populacional que o *Complexo* levantava, expandir a vila de Sines; desenvolver Santiago do Cacém; ou criar do zero uma nova cidade.

Escolhida a alternativa de construir do zero, foi escolhida uma área de pinhal situada a 16 km a norte da vila de Sines num local plano com excelentes condições para a construção e bafejado por ventos vindos de norte a protegê-la de qualquer poluição vinda das áreas industriais (s.i., 1978).

Propunha-se a realização de um programa inicial que incluía habitação, serviços e a criação de instalações para o comércio e para a indústria ligeira, além do início de um complexo recreativo que preenchesse os tempos livres e fosse motivo de atracção e índice de uma certa qualidade de viver (Filipe, 1976). Foram ainda previstos três complexos de indústria ligeira complementares e subsidiários do complexo principal. O primeiro, com 200 ha, integrado no novo Centro Urbano de Santo André, o segundo, com cerca de 25 ha, adjacente ao núcleo de Santiago do Cacém e o terceiro, com cerca de 75 ha, em conexão com as atividades portuárias (Rodrigues, 1997, 87) (**Figura 1**).

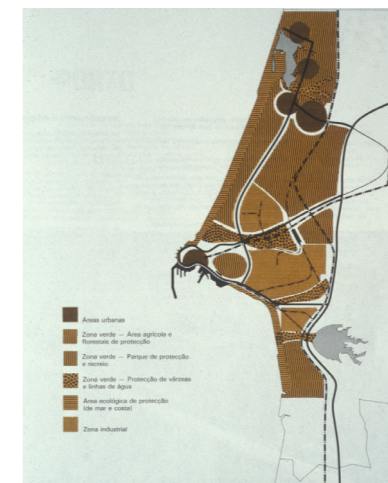


Figura 1. Esquema PDM para a Área de Sines
Fonte: Gabinete da Área de Sines

Foram necessárias uma série de linhas mestras como: a criação de um sistema viário que permitisse a igual acessibilidade a todos os pontos da zona urbana, capaz de proporcionar uma jornada habitação-trabalho rápida e cómoda, e do sistema de estradas nacionais e caminhos de ferro; uma estrutura de redes de encaminhamento de peões (percursos-sombra sob alpendres, percursos cobertos tipo arcadas, percursos em parque) que permita aos habitantes circular em condições de segurança e conforto; distribuição da população e da construção pelos diversos sectores do novo centro urbano; e a preocupação pela preservação do ambiente natural envolvente com

a criação de uma paisagem urbana atrativa (Rodrigues, 1997, 90).

Urbanisticamente podem-se considerar três períodos distintos nos anos que separam a criação do G.A.S. até ao ano de 1983. Períodos estes marcados pelo arquiteto que se encontrava à frente do Gabinete. No primeiro período compreendido entre a criação do G.A.S. e os dois anos que procedem o 25 de Abril (1971-1976), sob orientação de Guilherme Câncio Martins, ao Gabinete é atribuída a responsabilidade de orientar de forma integrada as fases do processo de urbanização – planejar, programar, conceber, financiar, promover a realização, gerir o complexo habitacional e respetivos equipamentos urbanos - e assim construir uma cidade nova do zero (Rodrigues, 1997). Delineado de modo a tornar-se um aglomerado atrativo, Santo André seria criada tendo como plano piloto o Plano Geral de 1972 elaborado por uma equipa coordenada por Câncio Martins (Rodrigues, 1997). Equidistante dos núcleos habitacionais já existentes, fica estabelecido o plano de uma cidade polinucleada com um Centro Principal e 3 centros secundários (Rodrigues, 1997)

A nova cidade dividir-se-ia segundo três núcleos entre si separados pelos braços da Lagoa que lhe cede o nome (Rodrigues, 1997). A construção inicia-se em 1972 por um dos centros a sul do Centro Principal que ficou conhecido como o 1º Estabelecimento. Para este centro o previsto seria albergar 5 000 fogos e uma extensa rede de equipamentos urbanos (Ribeiro, 2014).

Com a revolução do 25 de Abril, o G.A.S. e o mega projeto do complexo de Sines sofrem o seu primeiro embate. Dois anos passados da Revolução que faz cair o regime português, começam a sentir-se os efeitos sociais dos acontecimentos desencadeados pela revolta. Neste 2º período, que marca o crescimento do novo núcleo urbano, é abandonado o conceito de cidade polinucleada estabelecido no Plano de 1972. Á altura já Francisco Silva Dias assumia a chefia do Gabinete onde permanece de 1975 até 1978. Em 1975 existia a estrada que ligava a Sines, a lagoa, o pinhal e alguns aglomerados habitacionais dispersos. O essencial seria atribuir um sentido ao que já existia. A resposta adotada seria uma como os romanos já haviam utilizado, uma solução cartesiana utilizando os eixos viários para ligar os bairros já existentes (Figura 2).

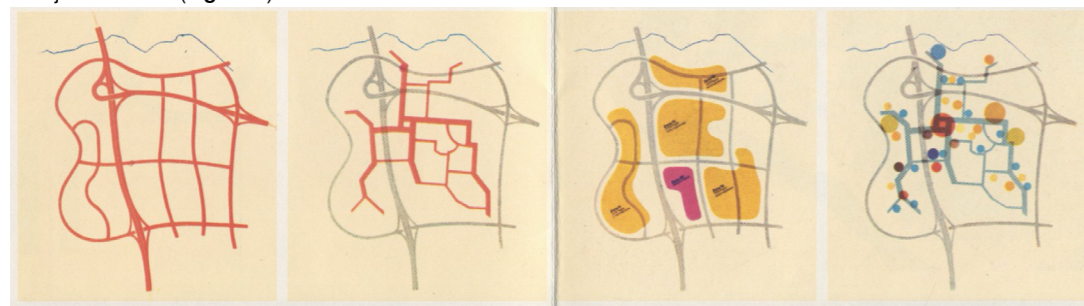


Figura 2. Esquema do novo modelo adoptado para Santo André
Fonte: Gabinete da Área de Sines

Concluídos os elementos principais das instalações industriais – Refinaria e C.N.P. – e portuárias na segunda metade da década de 70, dá-se uma considerável diminuição na população flutuante, dando início a uma estabilização do crescimento urbano da área.

Estabilidade quanto ao ritmo e intensidade que foi acompanhado por um esforço de recuperação, ou melhor, construção de uma imagem urbana para Santo André. (...) É nesse período de transição que se procedeu a uma avaliação do projecto nas suas componentes industrial e urbano (...). Retomando nas suas linhas gerais a metodologia do planeamento de 1972, neste último estudo foram estabelecidas "3 hipóteses de trabalho" para o desenvolvimento industrial.
(Martins, 1987)

Como primeira hipótese, A, supunha-se que o projeto de Sines se limitaria à indústria de base já instalada com a construção da Refinaria e Petroquímica, o que não justificava um crescimento urbano significativo. A hipótese B, assumia a construção de um terminal minerais-

ro no porto e, por consequente a instalação de outras unidades com ele relacionadas – siderurgia, exploração de pirites e uma central térmica. A última hipótese, C, considerava, para além das unidades das hipóteses A e B, todas aquelas que visassem o aproveitamento máximo das infraestruturas de Sines (Martins, 1987). A estas três alternativas de trabalho, seguiu-se uma reavaliação dos objetivos do projeto e das condicionantes ao planeamento urbano incidindo principalmente,

(...) na apreciação da intensidade e da extensão do crescimento possível - metas da população a atingir -, a revisão das normas para a habitação e os equipamentos colectivos e os índices de ocupação do solo, em função da estrutura urbana adoptada, e o aprofundar das condições físicas e ambientais da área.
(Martins, 1987)

Urbanisticamente, são estabelecidas metas a longo prazo para o crescimento, entre 50 000 e 100 000 habitantes. Consequentemente, estabelecem-se seis hipóteses alternativas para o desenvolvimento urbano. Duas concentradas (1 e 2), três hipóteses com uma estrutura linear polinucleada (3, 4 e 5) e uma alternativa de crescimento disperso (6) (Figura 3).

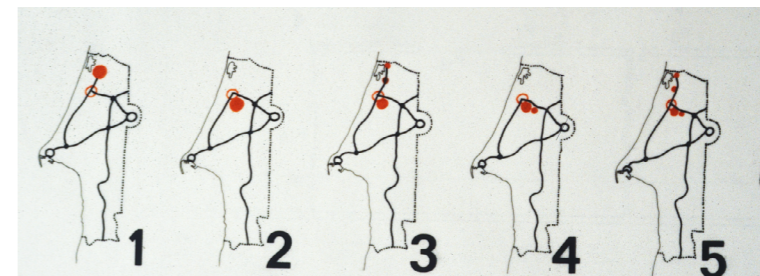


Figura 3. Seis hipóteses para o desenvolvimento urbano
Fonte: Gabinete da Área de Sines

Avaliadas as alternativas, chega-se à formulação da hipótese 7. Esta resultou na análise comparativa das seis hipóteses, procurando aproveitar as vantagens e minimizar os inconvenientes de cada uma delas. Enquanto que, nas seis primeiras hipóteses se definia o critério de ocupação de toda a área, procedendo-se a uma densificação progressiva de uns períodos para os outros, na hipótese final, opta-se pela ocupação sucessiva de áreas, de uns períodos para os outros, distribuindo-se a população segundo linhas preferenciais de desenvolvimento (Martins, 1987, 105) (Figura 4).

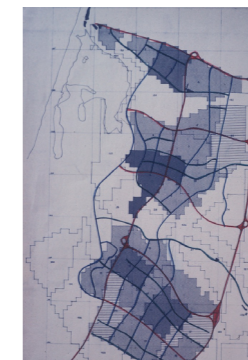


Figura 4. Sétima hipótese de desenvolvimento urbano
Fonte: Gabinete da Área de Sines

Em oposição ao Plano de 1972 que propunha uma cidade celular, Santo André passa agora a guiar-se por uma estrutura linear que procurava ligar o existente numa fusão entre a natureza e construído, campo e cidade, estando previstos três períodos de crescimento da cidade, correspondentes às metas de 50 000, 75 000 e 100 000 habitantes. Depois de traçadas as linhas que redefiniam a construção do núcleo era então distribuído o trabalho pelos gabinetes de arquitetura que eram escolhidos tendo em conta a experiência em construção de complexos habitacionais. O objetivo do Gabinete da Área de Sines seria de concluir 5 000 fogos no 1º Estabelecimento até ao ano de 1980.

A habitação constituía um sector com enorme relevância, uma vez que a seguir ao emprego seria um dos fatores mais importantes, para em primeiro lugar atrair e posteriormente fixar populações (Filipe, 1976). Assim, ao mesmo tempo que se iniciava a construção da rede viária de ligação do novo centro urbano com Sines e Santiago, foram construídos os dois primeiros bairros de habitação temporária para responder às necessidades habitacionais dos trabalhadores que participavam na construção da cidade. Foram estes o Bairro Azul (25 habitações coletivas) e das Flores ou Lagartixa (344 fogos) (Rodrigues, 1997). O Bairro Azul, projeto do arquiteto Faria da Costa filho, viria a ser o centro cívico da nova cidade. Segundo Francisco Silva Dias, “o Gabinete fornecia paredes, tecto e chão” e qualquer que fosse o equipamento necessário instalava-se no Bairro Azul. O Bairro das Flores, com conclusão prevista para o ano de 1977, seria projeto da autoria do arquiteto Gravata Filipe.

Distinguidas como zona Oriental e Ocidental, consoante a sua localização em relação ao eixo viário principal, a construção nestas zonas iniciou-se de maneira desigual. Na zona Ocidental começou-se com a construção dos bairros da Atalaia (250 fogos) e Pôr-do-Sol (380 fogos). A Oriente foram construídos os bairros do Horizonte (90 fogos), da Petrogal (100 fogos) (Rodrigues, 1997). Quando Francisco Silva Dias entra na gestão do Complexo seriam estes os bairros, juntamente com o bairro Azul e das Flores, que já estavam construídos e seriam estes que entrariam nas contas de redesenhar e repensar o desenho do novo núcleo urbano. Em comum estes bairros tinham a característica de serem de baixa densidade de construção com a maioria a desenvolver-se em bandas paralelas de 4 a 5 pisos com ruas de peões interiores (Rodrigues, 1997). A construção prossegue com a densificação da zona Oriental do 1º Estabelecimento. São implantados os bairros do Porto Velho ou Caixotes (222 fogos) projeto do arquiteto Braula Reis; Panteras (298 fogos) de autor não identificado; Picapau (672 fogos) de autoria do arquiteto Paiva Lopes; Serrotes (357 fogos) do arquiteto Ruy Athouguia e projeto de exteriores do arquiteto Gonçalo Ribeiro Telles; e Pinhal (400 fogos) do arquiteto Tomás Taveira (Rodrigues, 1997). Na zona Ocidental são terminados os bairros da Atalaia e Pôr-do-Sol e é construído o bairro das Torres (96 fogos) do arquiteto Bento d’Almeida. À semelhança dos bairros já construídos, também estes adotam a implantação em bandas paralelas de 4 – Panteras, Picapau, Serrotes e Pinhal - e 5 pisos – Caixotes. No bairro da autoria de Ruy Athouguia são ainda implantadas moradias unifamiliares. No caso do bairro das Torres, como o nome indica, é feita a opção de construir em altura com edifícios de 6 pisos.

Para além de todos os nomes da área da arquitetura que fizeram parte da conceção da nova cidade de Santo André, também houve participações de personalidades da área das artes plásticas. Eduardo Nery é convidado para participar na conceção dos alçados exteriores do bairro das Panteras. Na criação dos espaços urbanos para Santo André, o G.A.S. auxilia-se da equipa de designers do atelier Risco. Neste estudo participam designers como Daciano da Costa e Fernando Conduto. O objetivo seria organizar os elementos de comunicação visual desde a cor, luz, padrão e texturas que se manifestavam tanto em pavimentos como nas edificações e o estudo de objetos e símbolos de percursos e lugares até à sinalização e mobiliário urbano. Desta forma procuravam caracterizar a paisagem urbana fazendo desta um suporte material e identitário da cidade. Após a elaboração deste estudo para a nova cidade, coube ao escultor Artur Rosa a conceção do mobiliário urbano para Santo André.

No terceiro período que marca tanto o G.A.S. como o desenvolvimento da nova cidade de Santo André é o arquiteto Luís Vassalo Rosa¹

^[1] Arquiteto e urbanista licenciado pela Faculdade de Belas Artes de Lisboa. Trabalha no Gabinete da Área de Sines, mais propriamente no Departamento de Projeto do Centro Urbano criado em 1981 de 1980 a 1984. (1935-)

que controla o recém criado Departamento de Projeto do Centro Urbano (1980-84) (Rodrigues, 1997, 98). Neste período o objetivo seria de estudar as hipóteses de densificação da malha urbana e é lançado um plano para a densificação dos dois sectores do 1º Estabelecimento. Até ao ano de 1983 o G.A.S. tinha o objetivo de construir mais 1 400 fogos de forma a aumentar a capacidade de resposta ao problema habitacional. Segundo Francisco Silva Dias, a Vassalo Rosa coube a gestão do que já havia sido construído e de alguma forma valorizar e divulgar a nova cidade. Uma relação de maior proximidade ajudaria o arquiteto-gestor a responder às necessidades da população que já residia em Santo André. A divulgação fez-se pela criação do periódico local “Cidade Aberta” onde eram divulgados todos os grandes acontecimentos em Santo André.

Face às contrariedades que o empreendimento de Sines atravessou desde o seu lançamento, tanto no plano nacional como internacional, em 1982 são caracterizados quatro cenários de desenvolvimento para a área de Sines. Estes cenários traçados com base em fatores como emprego, ordenamento do território, a poluição e a integração política de desenvolvimento da região do Alentejo, definiriam a maneira como o complexo seria gerido a partir daí. As hipóteses colocadas seriam: I estagnação, caso internamente não fossem criadas condições de desenvolvimento e apoio à Área de Sines; II manutenção do espírito de Sines; III alteração do funcionamento do Complexo, passando a ser predominantemente de pequena e média indústria; IV atração de empresas de nível internacional dentro e fora da CEE com projetos de natureza estruturante (Rodrigues, 1997, 105). Nessa altura vive-se na expectativa de novos empreendimentos, como é o caso da vinda da FORD que obrigava à reestruturação do G.A.S. e das metas a que o Gabinete se propunha.

Conhecidas as limitações da expansão dos centros urbanos de Sines e Santiago do Cacém, será na cidade nova de Santo André que se situará a maior parte do crescimento. Dos actuais 4.500 fogos construídos e em construção, ter-se-ão de progredir rapidamente para os 10.500 que a primeira fase comportará. (...) A par do parque habitacional terão de ser promovidas estruturas e equipamento correlacionados: saúde, educação, desporto, culto, lazer... e serviços como transporte, banca, assistência pessoal e institucional, comunicação, etc. O comércio poderá induzir a criação de novas actividades particularmente na produção de alimentos, confecções e mobiliário.

(Almeida, 1982, 14)

Neste período já residia no novo Centro Urbano uma população numerosa estabelecendo-se como 2º centro urbano da área ultrapassando Santiago do Cacém. Uma população constituída por trabalhadores do grande complexo e 60% de retornados vindos das ex-colónias (Rodrigues, 1997, 107). Em 1986, a Cidade Nova de Santo André possuía 3 650 habitações (80% do G.A.S.), habitadas seriam 3 200 (88%). Á altura a população residente seria de aproximadamente 10 500 habitantes.

Segundo o Relatório do Conselho de Gestão de 1987, nesse ano Santo André dispunha já de 3 700 fogos e uma população de cerca de 11 000 habitantes. O G.A.S. havia construído 2 950 desses fogos, 214 estabelecimentos comerciais, 6 escolas pré-primárias e primárias, escolas preparatórias e secundárias, 1 Centro de Saúde e diversos edifícios para a instalação de serviços da Administração Central e Autárquica, Institutos Públicos, Guarda Fiscal, Guarda Nacional Republicana, Coletividades Desportivas, entre outros.

Funcionando como um órgão independente e financeiramente autónomo, manter-se-ia nessa independência até ao IV Governo Provisório (1975) até ao momento em que é integrado no Ministério das Finanças, Planeamento e Coordenação Económica (s.i., 1978). A partir desse momento o G.A.S. foi progressivamente sendo esvaziado de poderes ficando então dependente da Secretaria de Estado do Ministério que integra. Em 1987, segundo o Decreto-Lei n.º 117/89 de 14 de Abril, o Gabinete da Área de Sines, “há muito (...) um organismo desajustado da realidade nacional”, é oficialmente extinto.

3. Conclusão

Como construção única em Portugal no século XX, os objetivos para a nova Cidade de Santo André foi aproximar a habitação do empre-

go, fixar uma população significativa numa área urbana e também fomentar a criação de emprego nesse local. Implicitamente, o G.A.S. procurou fundar um polo de centralidade, com serviços, emprego e habitação concentrados nesta região do Alentejo, que dinamizasse a economia do local e no fundo o desenvolvimento do país.

Nos três períodos que o marcam, o novo Centro Urbano, construído em extensão e com edifícios de poucos andares, era visto como uma conceção cara e desligada das necessidades dos moradores pela falta de equipamentos para a população. Tanto a nova cidade como o organismo que a desenvolvera eram vistos ambos como desajustados da realidade nacional e das necessidades das populações. Isto veio a ditar o fim da utopia que se desenvolvera em Sines com a extinção do G.A.S. e o abrandamento do Complexo megalómano.

Pouco publicada e conhecida entre as gerações mais novas na área da arquitetura, o empreendimento único e os arquitetos que o conduziram tinham como objetivo primário a criação de um gérmen de cidade com capacidade de oferecer uma jornada habitação-trabalho cómoda e agradável. No fundo, como oportunidade de ensaiar soluções urbanísticas, atingir um ideal de cidade preocupada com questões de qualidade espaciais e ambientais.

4. Referências Bibliográficas

- ALMEIDA, João Nunes De - Alguns aspectos da opção da FORD. **Cidade Aberta - Folha informativa de Santo André**. Santo André. 1 (1982) 4.
- CAEIRO, Joaquim Croca - Os Planos de Fomento Nacional no contexto do desenvolvimento económico nacional no pós guerra. Em **Intervenção Social**. p. 193–219.
- CORREIA, Henrique - O problema habitacional em Sto. André. **Cidade Aberta - Folha informativa de Santo André**. 2 (1983) 7.
- COSTA, Isabel - Editorial. **Cidade Aberta - Folha informativa de Santo André**. Santo André. 0 (1982) 0.
- CRUZ, Carlos *et al.* - Olivais Norte. Em FIÚZA, FILIPA; CARDIM, JOÃO (Eds.) - **Optimistic Suburbia? The Students' Perspective 2**. p. 49–57.
- Decreto-Lei nº 270/71 de 19 de Junho da Presidência do Conselho. . Diário da República: I série, nº 143 (71-)
- DIAS, David *et al.* - Olivais Sul. Em **Optimistic Suburbia? The Students' Perspective 2**. p. 59–67.
- DIAS, Francisco Silva - Centro Urbano de Sto. André - 1º Estabelecimento. **Binário 209-210**. 1976) 10–11.
- FILIFE, Luís Gravata - Habitações Colectivas - Projecto 2. 2. 016. **Binário**. 209–210 (1976).
- FRANÇA, José Augusto - **A Reconstrução de Lisboa e a Arquitectura Pombalina**. 3ª ed. [S.l.] : Instituto de Cultura e Língua Portuguesa - Ministério da Educação e Ciência, 1977
- FRANÇA, José Augusto - **Lisboa: Urbanismo e Arquitectura**. 1ª ed. [S.l.] : Instituto de Cultura e Língua Portuguesa - Ministério da Educação e Ciência, 1980
- GRANDE, Nuno - **O Verdadeiro Mapa do Universo: Uma leitura diacrónica da cidade portuguesa**. 1ª ed. [S.l.] : Departamento de Arquitectura da FCTUC, 2002
- HARLOW; STEVENAGE; BRACKNELL - **Paradise lost Britain's new towns illustrate the value of cheap land and good infrastructure** [Em linha], atual. 2013. [Consult. 4 ago. 2016]. Disponível em WWW:<URL:http://www.economist.com/news/britain/21582559-britains-new-towns-illustrate-value-cheap-land-and-good-infrastructure-paradise-lost>.
- HENRIQUES, Paulo - Portugal, 1910-1940: da República ao Estado Novo. Em **Portugal Moderno, 1910-1940**
- JACOBETTY, Joaquim - Primeiro projecto habitacional da CNP em Santo André. **Petrovisão**. 2 (1978) 12–14.
- JACOBETTY, Joaquim - Habitação em Sines: Um Problema Preocupante. **Petrovisão**. 1979) 2–5.
- MARQUES, A. H.de Oliveira - **Breve História de Portugal**. 5ª ed.
- MARTINS, Guilherme Câncio - Santo André, o planeamento de uma cidade sem história. **Povos e Culturas - A cidade em Portugal: Onde se vive**. Lisboa. 2/3:1987) 353–366.
- MARTINS, Guilherme Câncio; DIAS, Francisco Silva - A Componente Urbana de Sines. **Arquitectura e Vida**. 79 (2007).
- MENDES, Cristina Galhardo - **Percursos de Integração, Identidade e Pertenças Estudo das populações oriundas das ex-colónias em Vila Nova de Santo André, Santiago do Cacém**. [S.l.] : Universidade Aberta, 2012
- MENDES, Pedro Ferreira - Olivais Norte, A Carta de Atenas em Portugal. **Arquitectura e Construção**, 35. [s.d.]) 92–97.
- NUNES, João Pedro Silva - O programa Habitações de Renda Económica e a constituição da metrópole de Lisboa (1959-1969). **Análise Social**. 2013) 82–100.
- O Movimento das Forças Armadas prosseguirá na sua acção libertadora - **Diário de Lisboa**. 18439 (1974) 6.
- PEREIRA, José Silva; GOMES, Carlos Santos; CORREIA, João - Princípios Utilizados no Estudo do Centro Principal. **Binário 209-210**. 1976).
- RIBEIRO, Raquel - **A cidade que continua por fazer** [Em linha], atual. 2014. Disponível em WWW:<URL:https://www.publico.pt/portugal/noticia/a-cidade-que-40-anos-depois-continua-por-fazer-1666422>.
- ROCHA, Inês - **Portugal na ONU. Do império de Salazar ao país «centrado no seu umbigo»** [Em linha], atual. 2015. [Consult. 4 ago. 2016]. Disponível em WWW:<URL:http://rr.sapo.pt/noticia/37517/portugal_na_onu_do_imperio_de_salazar_ao_pais_centrado_no_seu_

umbigo>.

RODRIGUES, Maria João Eloy Prata Cardoso - **O preconceito no conteúdo da cidade: A Cidade Nova de Santo André no Projecto Estruturante de Sines**. [S.l.] : Universidade Técnica de Lisboa - Faculdade de Arquitectura, 1997

ROSA, Luís Vassalo - Ajude-nos a fazer de Sto. André a sua cidade. **Cidade Aberta - Folha informativa de Santo André**. Santo André. 0 (1982) 32.

ROSSI, Aldo - **A arquitectura da Cidade**

S.I. - O arrancar de um complexo. Levar por diante a gestação do empreendimento com honra e estoicismo redimensionando-o à escala da realidade presente. **Diário de Notícias - Suplemento**. 1978) 4–5.

S.I. - Santo André - A cidade nova que se levanta do nada. **Diário de Notícias - Suplemento**. 1978) 53–54.

S.I. - Mil e cem fogos até finais de 1979. **Petrovisão**. 1 (1978).

S.I. - O Bairro da Lagartixa. **Cidade Aberta - Folha informativa de Santo André**. Santo André. 1 (1982) 23–24.

S.I. - FORD em Sines - O desafio está lançado. **Cidade Aberta - Folha informativa de Santo André**. Santo André. 1 (1982) 3.

S.I. - Parque Central: uma realidade para breve. **Cidade Aberta - Folha informativa de Santo André**. Santo André. 1 (1982) 10.

S.I. - Jornais dizem que não... FORD diz que sim. **Cidade Aberta - Folha informativa de Santo André**. 2 (1983) 0.

SALGUEIRO, Teresa Barata - **A Cidade em Portugal - Uma Geografia Urbana**

SILVA, A. E.Duarte - O litígio entre Portugal e a ONU (1960-1974). **Análise Social, vol. xxx (130)**. 1995) 5–50.

SOUSA, Gilberto De - Sines: que urbanismo? **Petrovisão**. 8 (1979) 13–15.

Projecto Final de Arquitectura
Mestrado Integrado em Arquitectura

Maria Alexandra Canadas Carreira

Trabalho prático submetido como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Arquitectura

Sines - Indústria e Estrutura Portuária
Silo Multifuncional

Tutor:

Doutor, Pedro da Luz Pinto, Professor Auxiliar, ISCTE-IUL

Novembro de 2016

165	01.	Introdução ao trabalho
167	1.	Trabalho de Grupo: <i>Sines: Indústria e Estrutura Portuária</i>
197	2.	Trabalho Individual: <i>Silo Multifuncional</i>
246	3.	Anexos
247	3.1.	Anexo A - Enunciado Projecto Final de Arquitectura
253	3.2.	Anexo B - Cartografia Histórica

Sines, cidade de aspirações mundiais, é a cidade escolhida para as intervenções da Unidade curricular de Projeto Final de Arquitetura 2015/2016, acompanhando o “Concurso Universidades”, com o tema “Sines – Indústria e Estrutura Portuária”, integrado na programação da Trienal de Arquitetura de Lisboa 2016. O programa solicita uma visão estratégica em que o lugar de intervenção *deverá ser encontrado nos espaços de contacto entre a cidade e as diversas áreas do porto. A frente de praia, a lota e o fundeadouro de barcos de pesca, o espaço em torno dos limites da pedreira, a central termoelétrica em frente à praia de São Torpes, são espaços e programas que se encontram entre as estruturas existentes e a linha de costa, com grande potencial de transformação. Estes espaços podem vir a estabelecer outras possibilidades de relação com espaços de investigação e turismo dentro das 12 milhas náuticas disponíveis ao largo da costa e olhares específicos até hoje não considerados.*

Adotando o tema dos limites entre cidade e porto e indústria, o programa de trabalho proposto desliza, no entanto, para a faixa de limite da cidade de Sines para com o sistema infraestrutural e industrial do lado terra. Já em pleno planalto, é proposto aos grupos de trabalho a criação de um eixo programático catalisador da transformação desta faixa de território, que tenha a potencialidade de criar momentos de reorganização dos espaços edificados existentes, conferindo uma nova urbanidade a Sines. É, ainda, dada a liberdade de, *nos extremos a norte e sul, este sistema se aproximar e tocar a frente marítima, unindo-se ao sistema de espaços indicados no programa da Trienal, designadamente nas proximidades da pedreira e da zona portuária adjacente, culminando na marginal de mar de Sines, junto ao antigo café do Clube Naval de Sines.* No programa do “Concurso Universidades”, são propostos alguns usos a desenvolver como sendo, atividades de alojamento turístico e instalações ligados ao ensino e à investigação sobre o mar e sobre as atividades industriais a ele ligadas. Por fim, procurando que o trabalho desenvolvido tenha uma dimensão crítica, cultural e material, o projeto terá como objetivo a criação de uma alternativa de “futuro por que valha a pena trabalhar”.

Numa primeira fase de análise, em grupo, foram estudadas as estruturas industrial e portuária em Sines e, a partir daí surge uma estratégia a ser seguida que, mais tarde, resulta num projeto de intervenção urbana a ser desenvolvido também em grupo. Numa fase mais avançada, com uma estratégia urbana já consolidada, são delineados os diversos programas a ser implantados e, individualmente, cada um destes programas arquitetónicos é desenvolvido, sem nunca esquecer a estratégia urbana anteriormente definida.



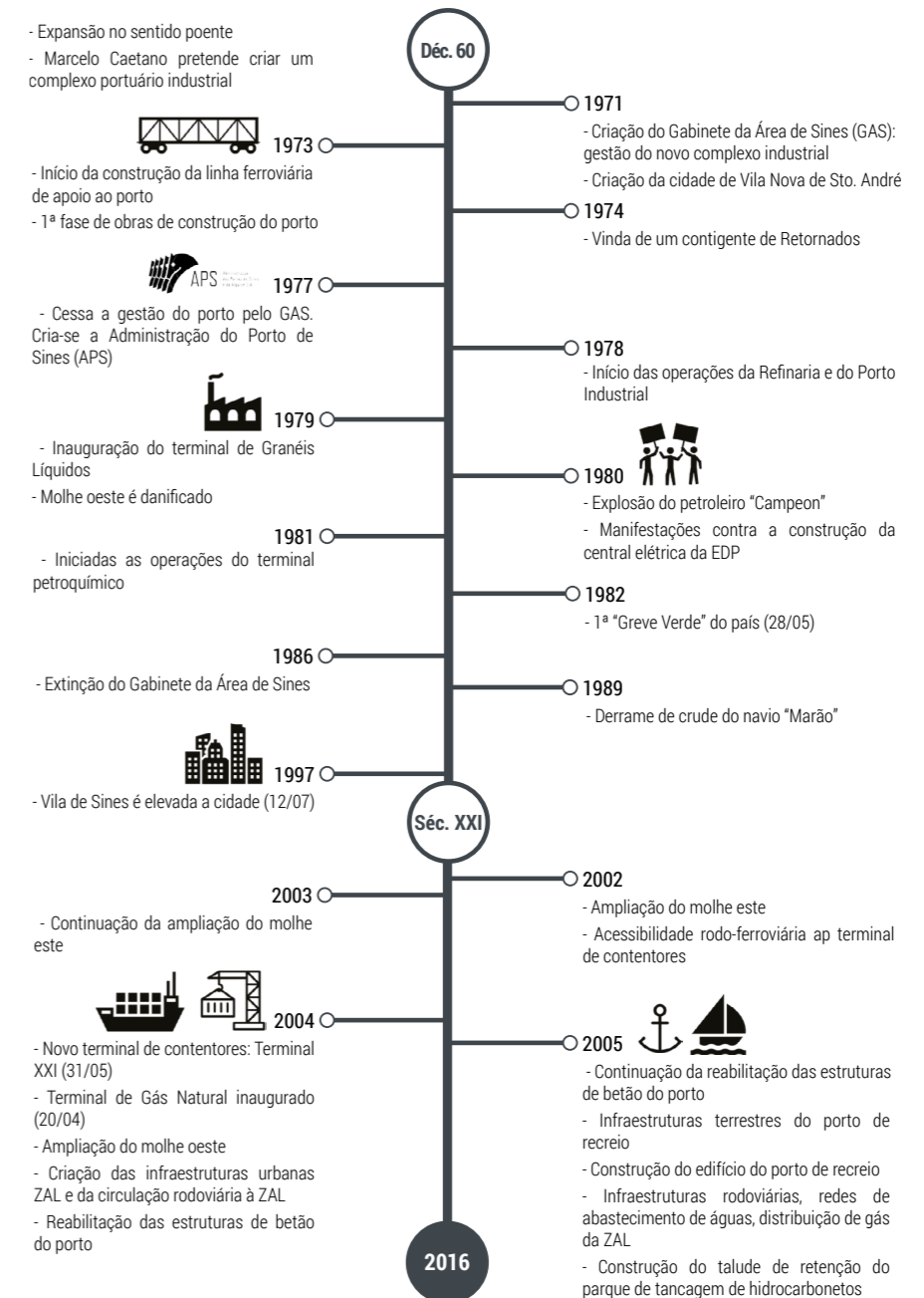
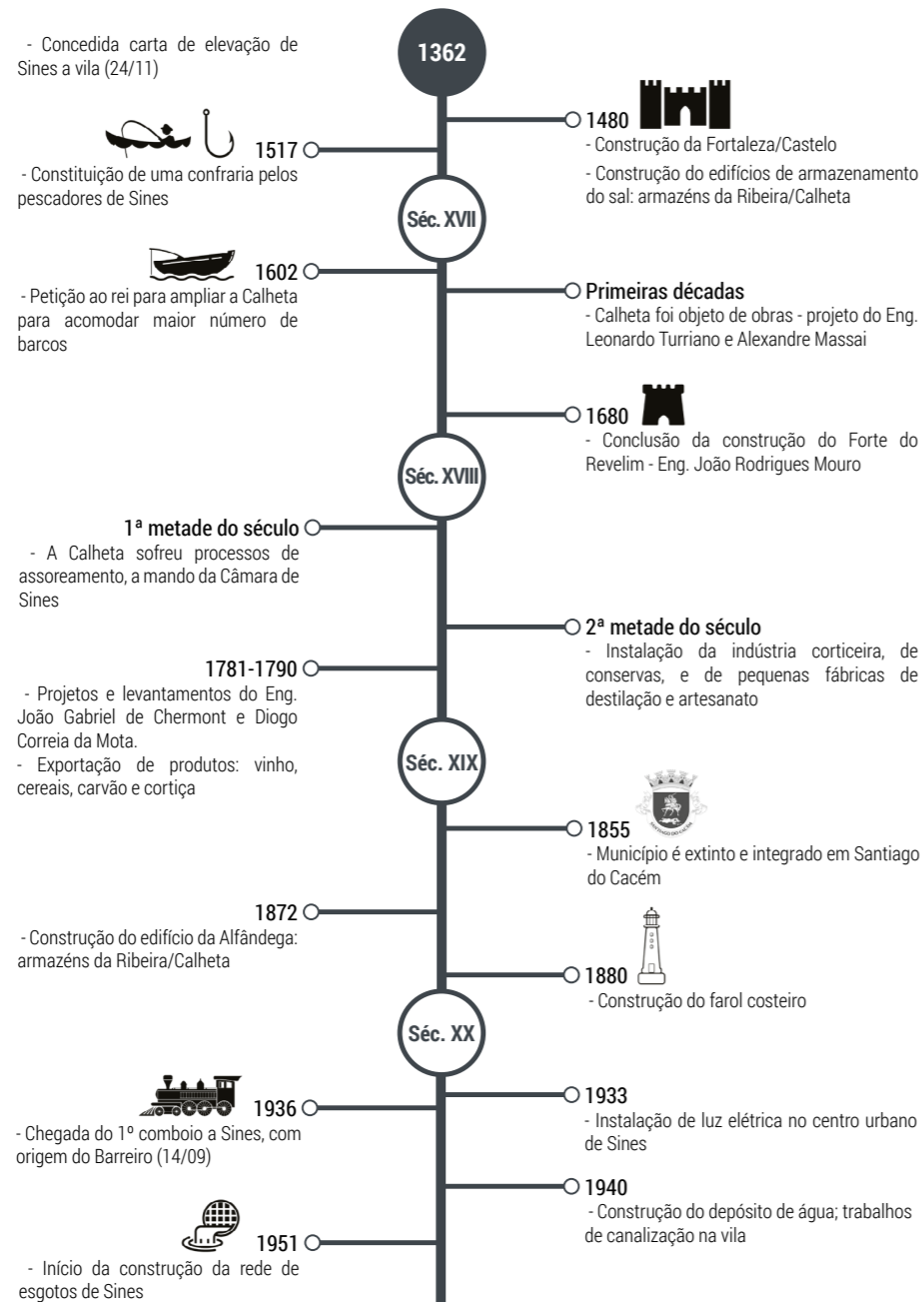
Desde a presença dos romanos, que Sines constitui um dos principais centros portuários. A sua paisagem e topografia natural formaram a baía de Sines, num porto de “bons fundos, propícios ao acolhimentos de embarcações de todos os calados, bem protegida dos ventos do quadrante norte e bordejada por alta escarpa facilitadora da defesa contra os perigos vindos do mar” (Marques, Quaresma & Patrício, s.d., p. 75). Estas características fomentaram o desenvolvimento de comunidades ligadas à faina e ao comércio portuário, que tornaram a pesca e a exportação de cereais, vinho e carvão nas principais atividades económicas de Sines (Câmara Municipal de Sines, s.d.).

Entre o séc. XIII e XIV, após a integração da povoação de Sines na Ordem de Santiago, registou-se o início da expansão do seu comércio marítimo e consequentemente um crescimento urbano significativo. Este desenvolvimento afirmou a independência de Sines relativamente a Santiago do Cacém, e permitiu a elevação da povoação siniense a vila, a 24 de Novembro de 1362, segundo carta régia de D. Pedro I. Face a esta expansão e à exposição propiciada pela situação geográfica da vila, iniciou-se a fortificação da baía de Sines, com a construção do Castelo, na 1ª metade do séc. XV, sendo concluído a 1480. Para além destas alterações registadas nas plantas do séc. XVII, também se observou um planeamento tardo-medieval, cuja malha urbana se expandiu de nascente para poente, tomando como eixo principal a ‘Rua Direita’. Este eixo estrutural, surgiu paralelamente à linha de costa e em direção à Ribeira/Calheta, que constituía um importante espaço na vida marítima de Sines. Deste modo, a expansão urbana da vila apresentava um aspeto fusiforme, caracterizado pelos arruamentos de padrão geométrico e pelos quarteirões longos e estreitos (Marques, Quaresma & Patrício, s.d.).

A atividade marítima estabeleceu-se como uma “(...) categoria numerosa e bem individualizada na sociedade siniense” (Marques, Quaresma & Patrício, s.d., p. 95), que contribuiu de forma essencial para o desenvolvimento de Sines. No entanto, o antigo porto da Calheta, que consistia num abrigo natural rochoso, não correspondia às necessidades incitadas pelo aumento da atividade marítima, albergando apenas 10 a 12 embarcações. Assim, num contexto de campanha de obras de engenharia hidráulica que sucedia na ilha do Pessegueiro, em 1602, foi requerido ao rei, a extensão da Calheta para abrigar cerca de 60 barcos, de várias dimensões, com o intuito de promover melhores condições de segurança para os pescadores e suas embarcações, assim como aumentar o número de armações de pesca. Neste sentido, foram vários os projetos e estudos elaborados para a Calheta, por parte dos Eng. Alexandre Massai e Leonardo Turriano, nas duas primeiras décadas do séc. XVII, e pelos Eng. João Gabriel de Chermont e Diogo Correia da Mota, entre 1780-1790 (Quaresma, 2011). Contudo nenhum projeto foi concretizado, tornando a Calheta num espaço de risco para recolher as embarcações, devido ao constante fenómeno de assoreamento e desassoreamento, provocados pelo vento (Marques, Quaresma & Patrício, s.d.).

Em meados do séc. XIX, Sines apresentava-se à semelhança de outras vilas piscatórias do litoral português, com uma população de cerca de 2600 habitantes, cuja principal ocupação reside na faina marítima e na agricultura. Em 1834, Sines deixou de pertencer à Ordem de Santiago, e posteriormente durante a segunda metade do séc. XIX, a indústria surgiu como atividade económica complementar à pesca, com a instalação da indústria corticeira, conserveira e de pequenas fábricas de destilação.

Estimulada pelo desenvolvimento e expansão da indústria, da atividade marítima e da agricultura, a população siniense registou um aumento no início do séc. XX, contabilizando cerca de 4794 habitantes (Câmara Municipal de Sines, s.d.). Para além da indústria e da pesca, o turismo balnear constituiu uma das bases da economia de Sines ao longo do séc. XX, transformando a vila na “praia de banhos do Alentejo” (Câmara Municipal de Sines, s.d.). Rapidamente, na década de 70, Sines foi palco de uma grande transformação na sua paisagem natural, urbana e humana, com a instalação de um grande complexo portuário-industrial (Câmara Municipal de Sines, s.d.).





1975



1996



1978



2005

A concentração de grandes unidades industriais, impunha a criação de um porto oceânico com capacidade de receber e servir os grandes navios petroleiros, minerais, graneleiros e cargueiros. Internacionalmente Portugal beneficiava com o fecho do Canal do Suez que permaneceu fora de funções até ao ano de 1975. A construção desta infraestrutura exigia condições naturais que possibilitassem a utilização ao máximo das instalações quer, “na recepção de matérias primas e exportação dos produtos fabricados e outros materiais” (Decreto-Lei nº 270/71 de 19 de Junho da Presidência do Conselho, 1971, 913).

A estratégia definida assentava no conceito de “porto de águas profundas”, cujo conteúdo tinha em conta a dinâmica dos sistemas portuário e dos transportes na Europa Ocidental, estratégia que punha em evidência quer a transformação radical da geografia dos fluxos de mercadorias e das actividades portuárias quer as vantagens locais da costa portuguesa. A estas condições só alguns portos na Europa poderiam responder, nomeadamente no que refere às profundidades requeridas, já que na sua quase totalidade se encontravam localizados em estuários.

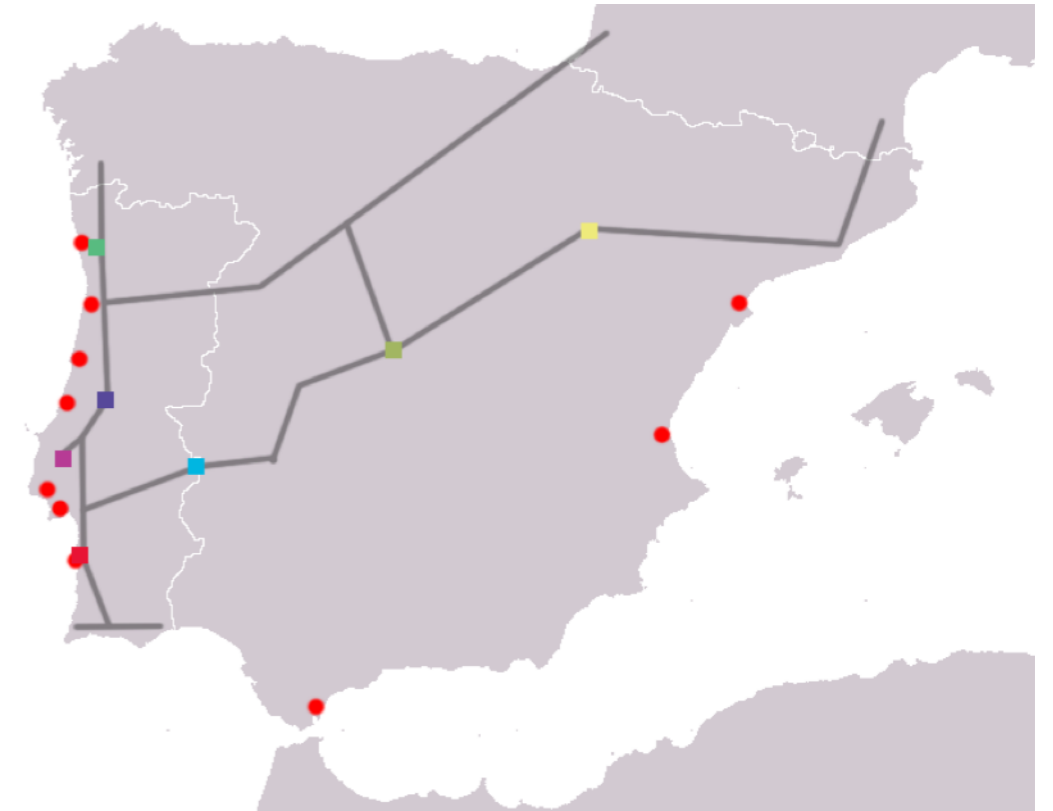
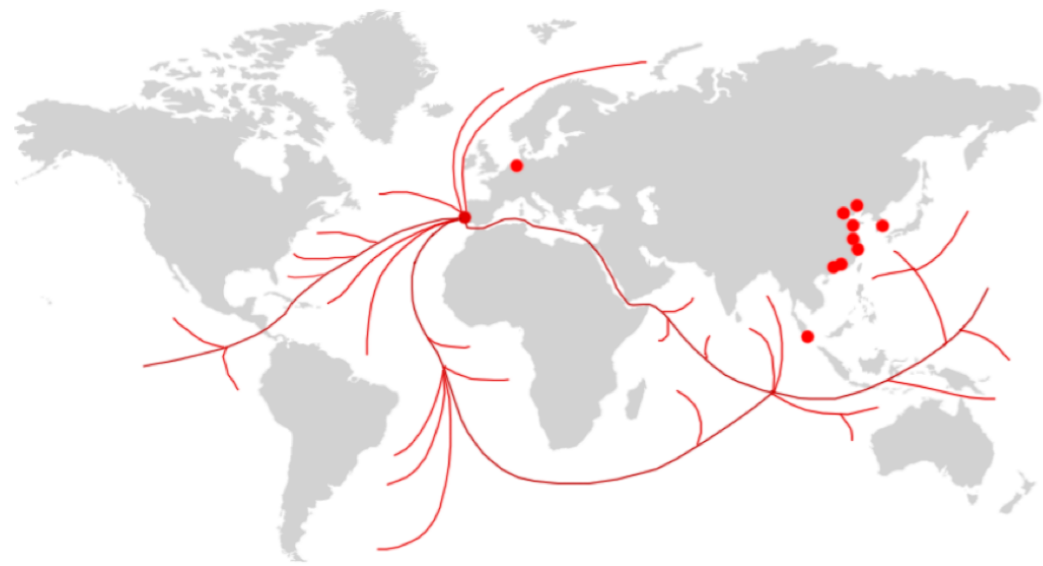
(Martins, 1987)

Caracterizado pelas suas águas profundas, o porto de Sines identifica-se como “porto industrial”, “porto comercial” e ainda “porto de transshipment”. Pois, são as várias condições estabelecidas relativamente ao abastecimento/escoamento de produtos específicos de indústrias localizadas no porto, com terminais associados; de infraestruturas e equipamentos que permitem as operações de transporte entre o cais e o navio; e de condições essenciais que contribuem para operar grandes volumes de carga, assim como assegurar a sua posterior distribuição, que transformam e qualificam o complexo portuário de Sines num dos portos principais internacionais. Depois de ponderadas opções como Alcochete, Setúbal e até Sagres, decidiu-se por Sines, devido às vantajosas condições naturais, à favorável orientação do litoral e à própria localização geográfica do cabo de Sines. As unidades a serem instaladas neste grande complexo seriam: Refinaria, Petroquímica, Siderurgia e, outras unidades de capital intensivo.

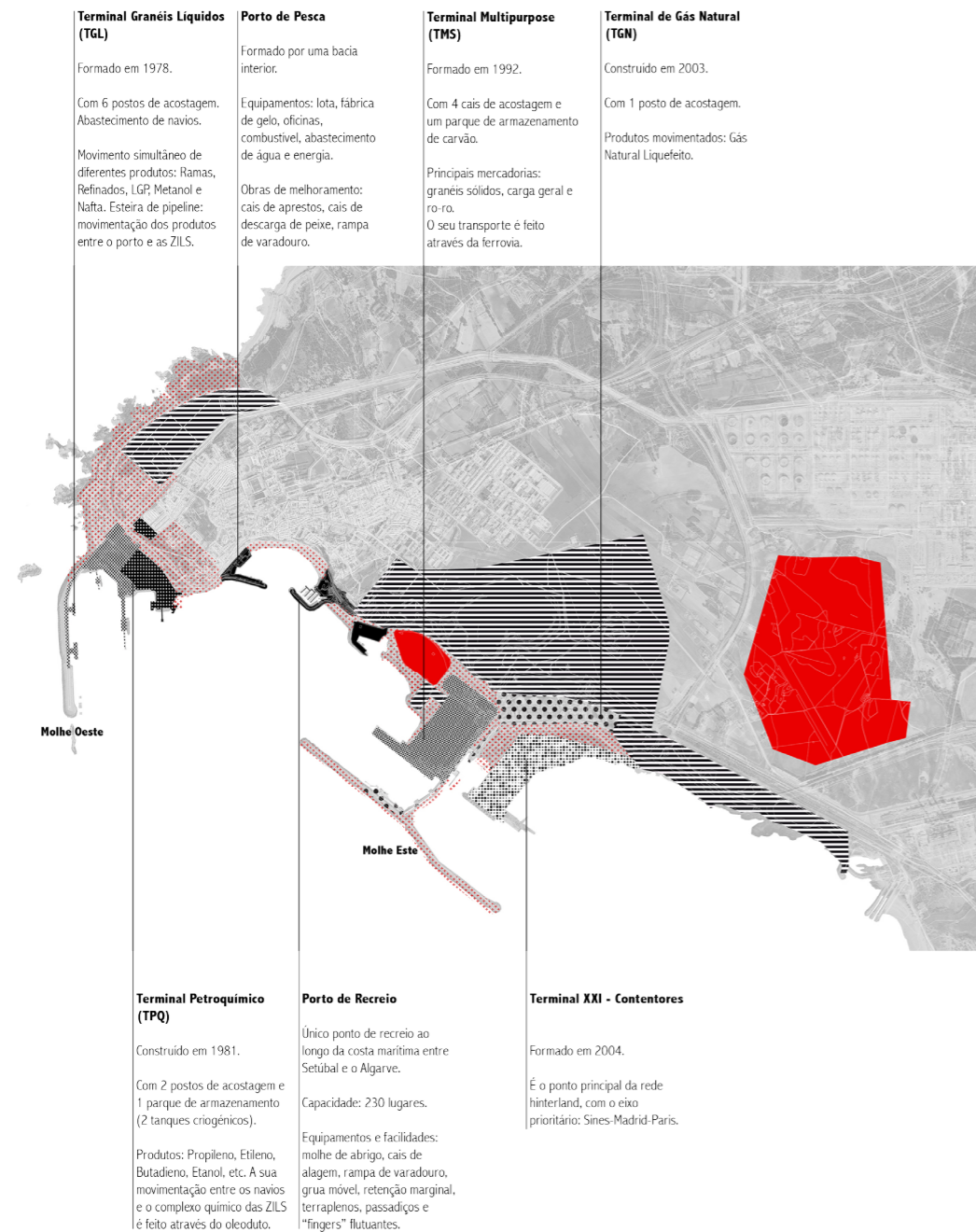
A construção do porto teve início em 1973, cuja morfologia inicial apresentava o molhe Oeste com 2025m de comprimento, três postos de ancoragem, um terminal de produtos refinados, um sector da carga geral e o molhe sul, gerando uma futura base para o terminal minareiro. Esta configuração foi sofrendo inúmeras alterações, não só relativamente aos acessos e equipamentos marítimos, como também a uma expansão e desenvolvimento dos acessos terrestres e respetivas indústrias, como a ZAL e a ZIL.

Com o início da construção no novo complexo portuário e industrial, dá-se um choque a todos os níveis na vida. A implantação do complexo modificou profundamente a paisagem humana do conselho. Nas décadas de 50 e 60 os concelhos de Sines e Santiago do Cacém tinham perdido um quarto da população, devido em grande parte ao fenómeno da emigração para os grandes centros e estrangeiro. Com criação do porto e indústria, a população da área de Sines aumenta 92%. Esse acréscimo deu-se nos centros urbanos, em contraste com o despovoamento rural devido à atração urbana e às expropriações. As transformações originadas pela instalação do complexo industrial começam por se sentir na própria paisagem. De um território com reduzidas marcas de intervenção do homem passou-se para um território reconfigurado por uma intensiva presença industrial.

Atualmente, o complexo portuário é composto pelos portos de Pesca, de Recreio e de Serviços, pelos Terminais de Granéis Líquidos (TGL) e petroquímico (TPQ), situados no molhe Oeste, e pelos Terminais Multipurpose (TMS), de Gás Natural (TGN) e dos Contentores (TXXI), no molhe Este.



- Linha Ferroviária
- Sines
- Lisboa
- Entroncamento
- Badajoz
- Porto
- Madrid
- Zaragoza



Terminal Granéis Líquidos (TGL)

Formado em 1978.
Com 6 postos de acostagem. Abastecimento de navios.
Movimento simultâneo de diferentes produtos: Ramas, Refinados, LPG Metanol e Nafta. Esteira de pipeline: movimentação dos produtos entre o porto e as ZILS.

Porto de Pesca

Formado por uma bacia interior.
Equipamentos: lota, fábrica de gelo, oficinas, combustível, abastecimento de água e energia.
Obras de melhoramento: cais de aprestos, cais de descarga de peixe, rampa de varadouro.

Terminal Multipurpose (TMS)

Formado em 1992.
Com 4 cais de acostagem e um parque de armazenamento de carvão.
Principais mercadorias: graneis sólidos, carga geral e ro-ro.
O seu transporte é feito através da ferrovia.

Terminal de Gás Natural (TGN)

Construído em 2003.
Com 1 posto de acostagem.
Produtos movimentados: Gás Natural Liquefeito.

Terminal Petroquímico (TPQ)

Construído em 1981.
Com 2 postos de acostagem e 1 parque de armazenamento (2 tanques criogénicos).
Produtos: Propileno, Etileno, Butadieno, Etanol, etc. A sua movimentação entre os navios e o complexo químico das ZILS é feito através do oleoduto.

Porto de Recreio

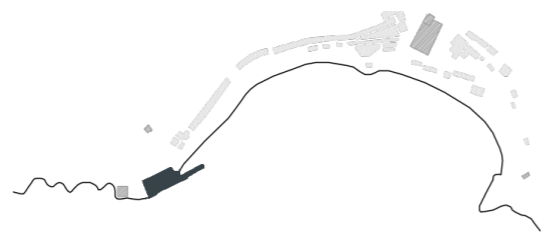
Único ponto de recreio ao longo da costa marítima entre Setúbal e o Algarve.
Capacidade: 230 lugares.
Equipamentos e facilidades: molhe de abrigo, cais de alagem, rampa de varadouro, grua móvel, retenção marginal, terraplenos, passadiços e "fingers" flutuantes.

Terminal XXI - Contentores

Formado em 2004.
É o ponto principal da rede hinterland, com o eixo prioritário: Sines-Madrid-Paris.

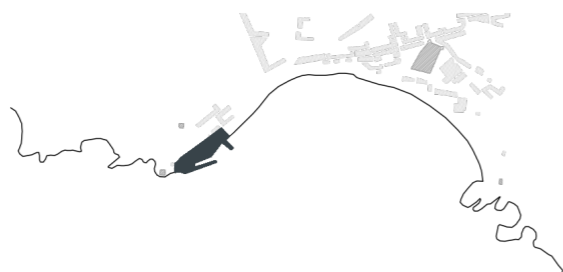
1900

Calheta | Porto de pesca



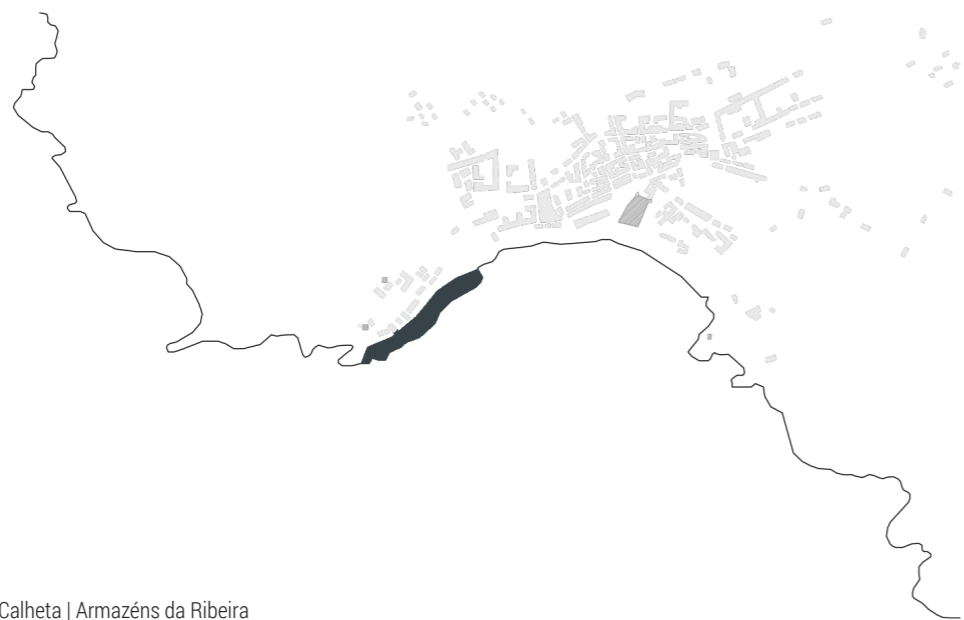
1925

Ampliação da Calheta e postos de acostagem



1960

Extensão da área marginal da Calheta | Armazéns da Ribeira

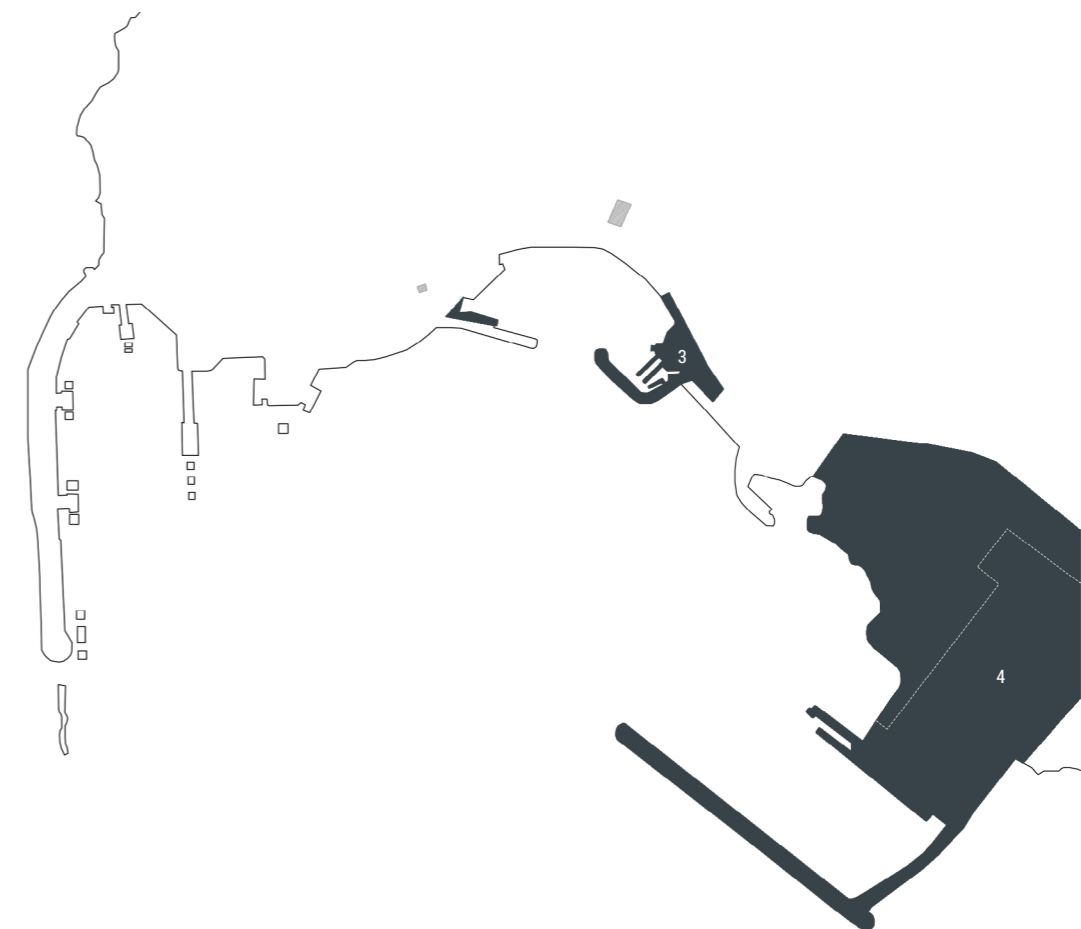


1980

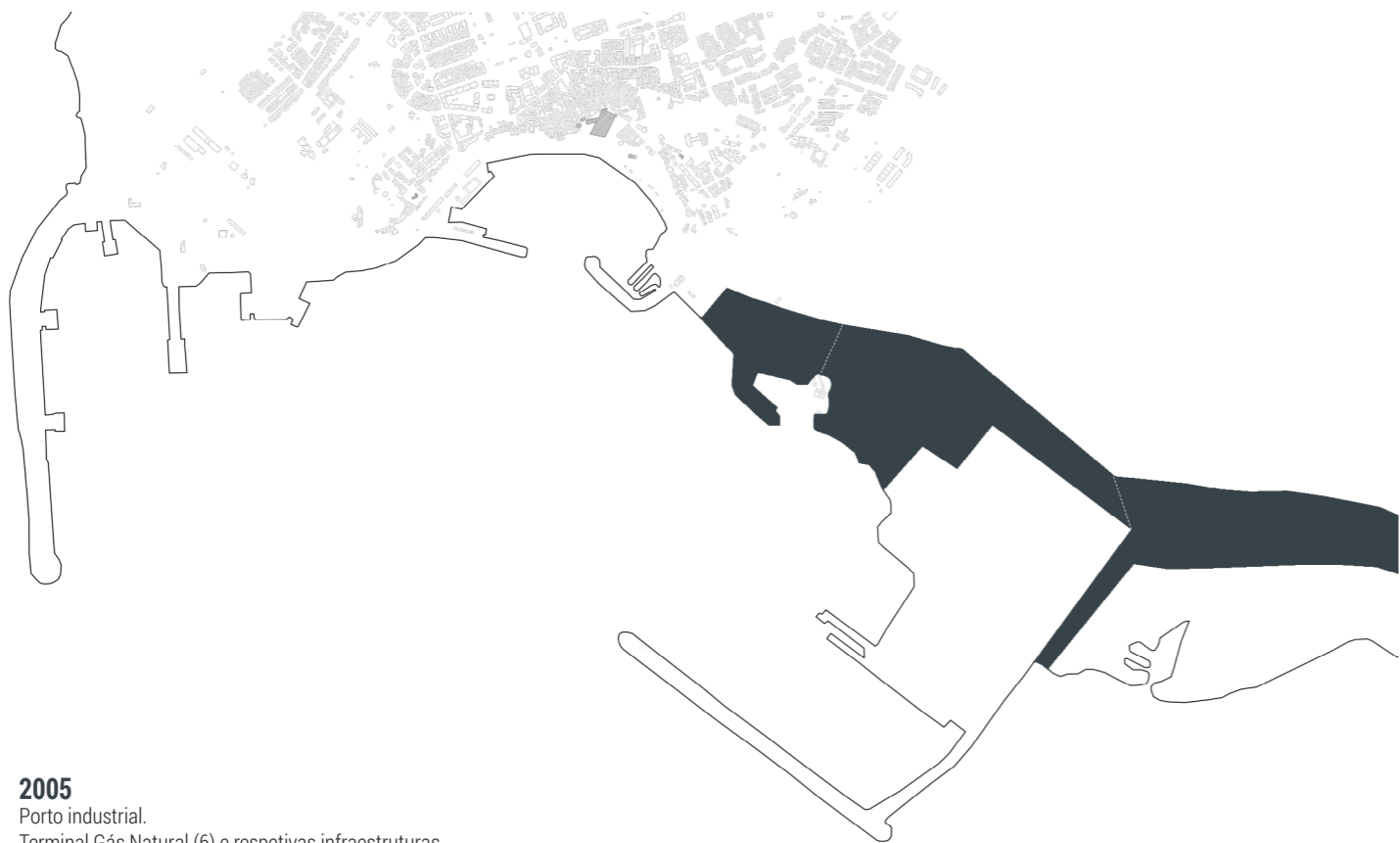
Porto industrial.
Molhe Oeste. Extensão do porto.
Terminal de Granéis Líquidos (1) e Petroquímico (2)



1987
Porto industrial.
Desenvolvimento das infraestruturas terrestres para a criação da ZAL

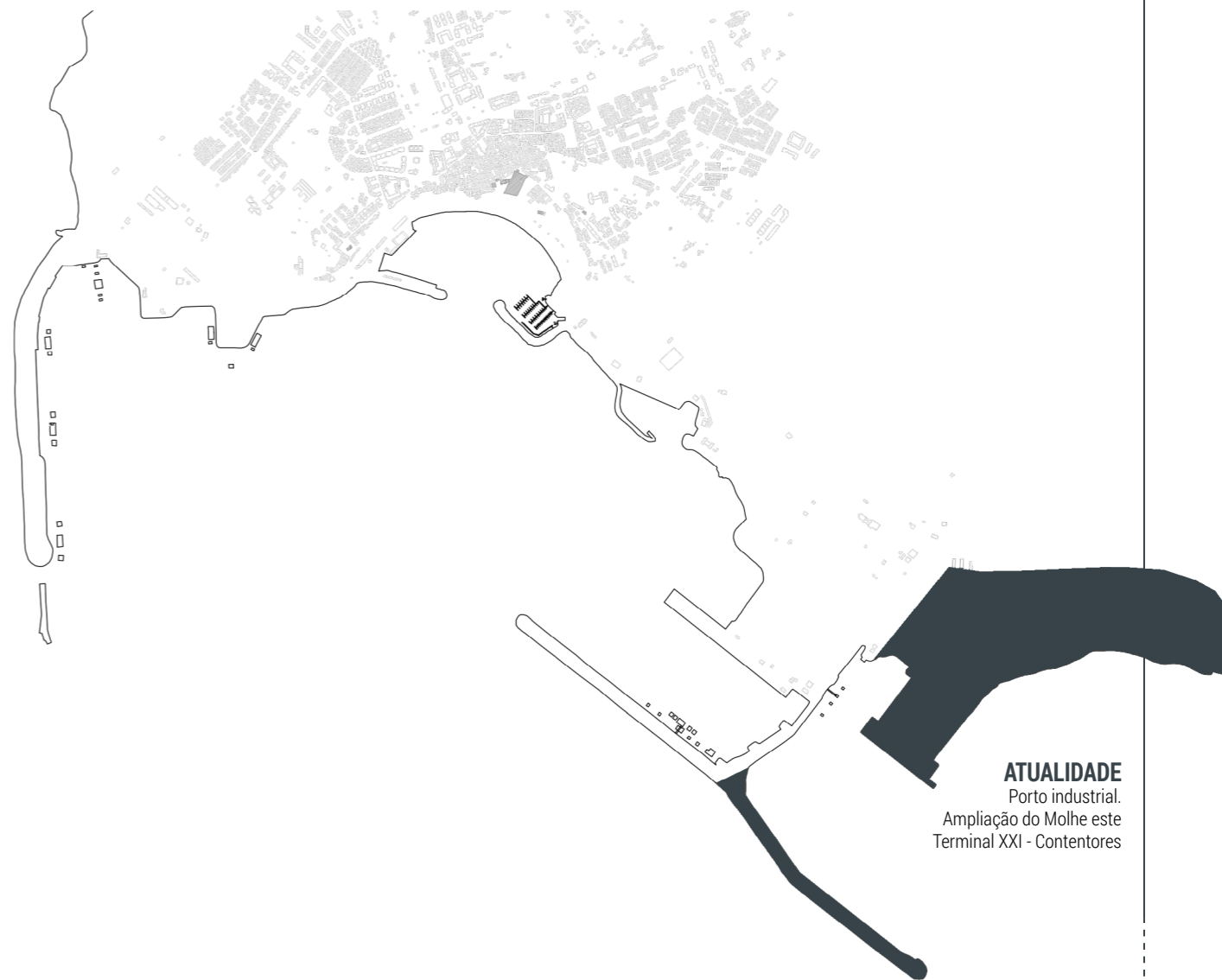


1998 - 2000
Porto industrial.
Molhe este
Terminal Multipurpose (4)
Porto de Recreio (3)
Ampliação do Porto de Pesca



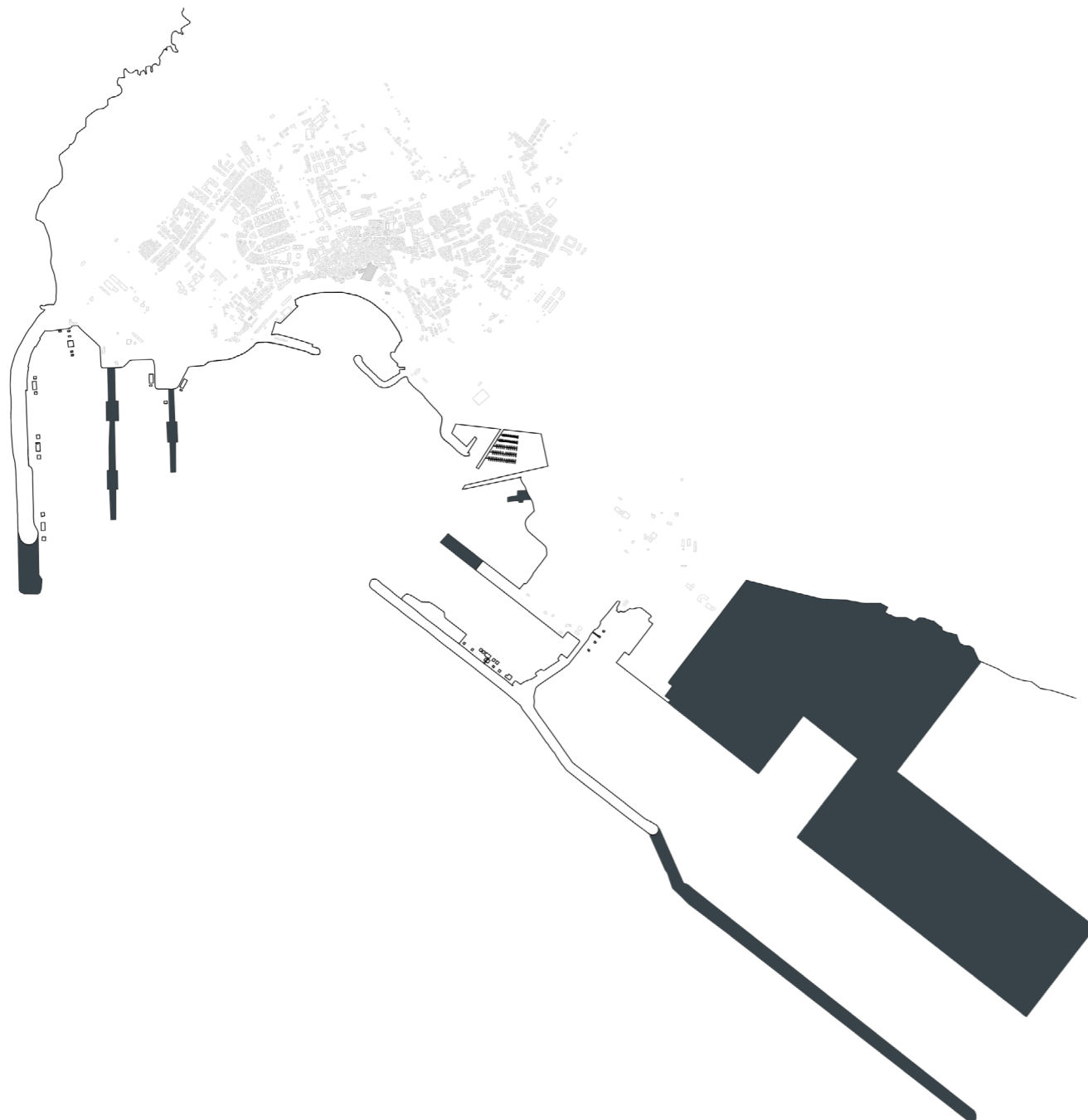
2005

Porto industrial.
Terminal Gás Natural (6) e respetivas infraestruturas
Desenvolvimento da ZAL relativa ao TGN
Porto de Serviços (5)



ATUALIDADE

Porto industrial.
Ampliação do Molhe este
Terminal XXI - Contentores



Com vista na captação de mais e novos mercados a atuar no porto de Sines, a APS elaborou um conjunto de medidas com impacto em distintos horizontes temporais a operar nos vários terminais, Petroleiro, Multipurpose, XXI, bem como, nos portos de menor dimensão para recreio e pesca. Estas medidas são tomadas com a ideia de transformar Sines num Landlord Port em que todos os seus terminais são concessionados.

A posição geográfica de Sines e o reconhecimento internacional da PSA são alavancas chave para a captura de novos acordos de transshipment e, no entanto, a obtenção destes requer a captação de tráfego hinterland o que requer investimento em acessibilidades de modo a complementar o volume de transshipments. Para isso planeia-se a eletrificação de linhas férreas, a criação de uma ponte ferroviária para Lisboa, linha direta até Madrid e as ligações a Badajoz e a Sevilha de modo a facilitar a distribuição das mercadorias a partir de Sines.

Em 2004, o Terminal XXI operou cerca de 40 000 TEU's anuais e empregava cerca de 60 colaboradores. Terminou 2013 com perto de 1 milhão de TEU's movimentados e cerca de 530 colaboradores. Terminadas as obras de expansão, passará a ter 2 cais de acostagem com 940 metros e servido por 9 guas de cais. O parque receberá mais 11 guas de parque para um total de 26. O terminal estará apto para receber simultaneamente 2 mega porta contentores e aumentará a capacidade para 1700 mil TEU's. O número de colaboradores aumentará para cerca de 800. No futuro, a PSA conta aumentar a capacidade do TXXI para 2300 000 TEU's por ano e aumentará o comprimento do pátio para 1146 metros.

A criação destas medidas procura afirmar Sines como o grande porto da Península Ibérica e que este seja um fator de desenvolvimento económico nacional.

Com crescimentos desfasados, a expansão da cidade de Sines não acompanhou o ritmo acelerado da indústria portuária. Esta dessincronização de desenvolvimento por parte da cidade gerou uma colisão entre três sistemas, identificados pelo grupo como o sistema urbano, o sistema natural e o sistema industrial. É com base neste problema que se desenvolve a presente estratégia urbana, cujo principal objetivo procura relacionar os sistemas entre si através do (re)desenho da paisagem urbana e portuária, recorrendo à ferramenta da materialização do vazio, para a sua concretização. Assim, como premissa deste trabalho pretende-se determinar uma leitura coesa da cidade, como unidade urbana legível das características naturais e industriais adjacentes do sítio onde se insere. Neste sentido, foram reconhecidos pelo grupo, dois eixos estruturais que apesar de constituírem os principais problemas da cidade, revelaram-se oportunidades para o desenvolvimento de duas propostas urbanas distintas, mas complementares.

Num primeiro momento, a pré-existência da linha férrea, num dos pontos centrais da cidade, e a ausência de um espaço legível como centro urbano e espaço de reunião, geram um eixo vazio no meio da estrutura urbana de Sines. Este eixo, apesar de constituir uma das principais artérias de circulação da cidade, transforma-se numa linha de rutura entre o passado (conjunto urbano histórico e consolidado), e o presente (conjunto urbano disperso, com novos equipamentos públicos), limitando futuras possibilidades de um desenvolvimento urbano coeso, que equacione a cidade como uma unidade de conjunto.

Num segundo momento, a leitura evolutiva do complexo portuário, permite observar o seu crescimento no sentido sul, acompanhando a linha de costa, assim como a identificação de alguns elementos da paisagem natural e industrial fundamentais na identidade da cidade de Sines, respetivamente a pedreira, a ZAL e o porto de recreio. Estes elementos caracterizadores da realidade atual de Sines manifestam uma fraca ou quase inexistente relação entre a cidade e o porto. Deste modo, surge um segundo eixo vazio que evidencia a importância de desenvolver a cidade para o mar, e com a respetiva indústria, ou seja, este eixo manifesta a possibilidade do cruzamento entre os três sistemas referidos anteriormente, formulando uma nova oportunidade para a cidade de Sines.



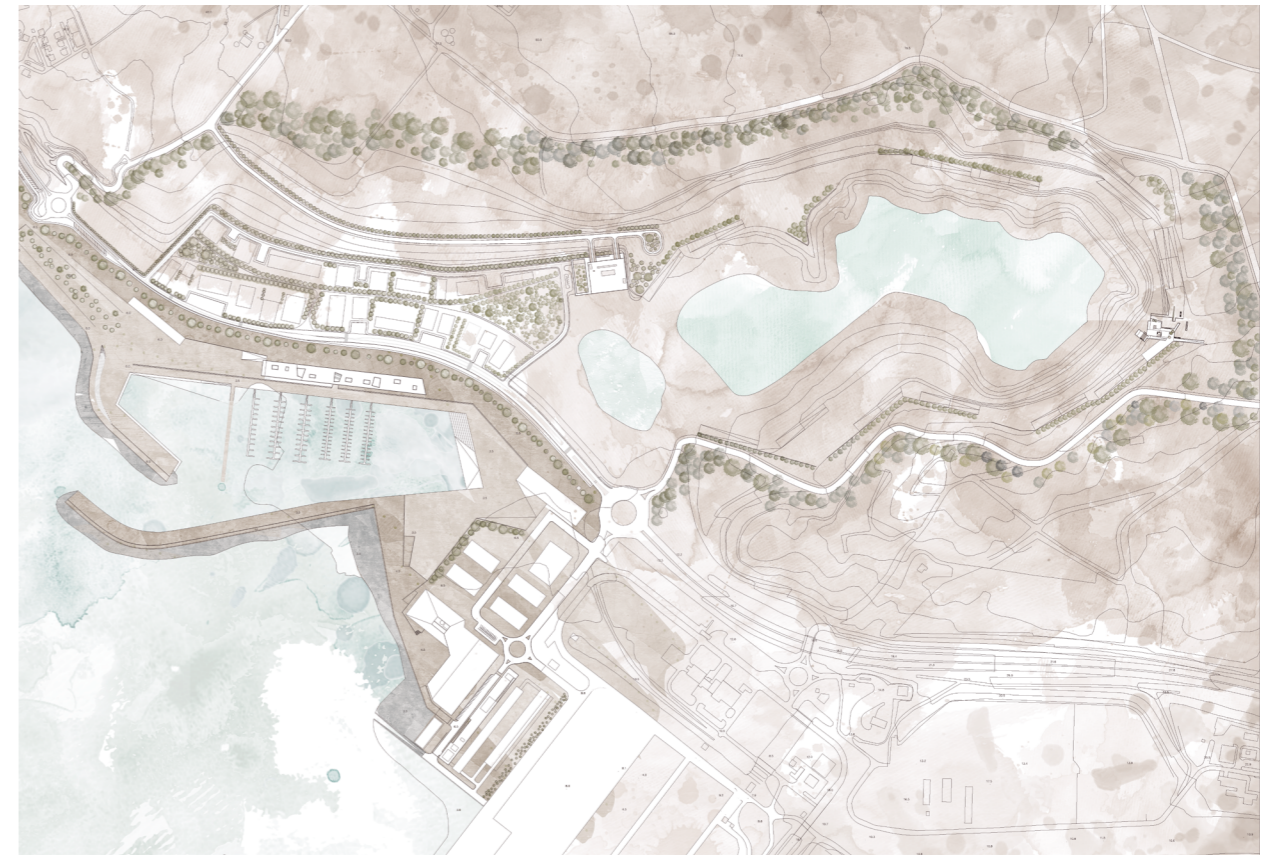
A estratégia urbana proposta pelo grupo passaria numa primeira fase por desenhar a expansão da cidade do primeiro eixo até ao segundo, interagindo os dois novos sistemas de vazios, sempre com base no desenvolvimento da cidade em função das pré-existências portuárias e industriais. Contudo, devido à dimensão territorial exigida pelos dois eixos, este trabalho apenas se foca e desenvolve a proposta urbana relativa ao eixo do mar, que integra a pedreira, a parte do complexo portuário, a Zona de Atividades Logísticas (ZAL) e a marginal da praia Vasco da Gama.

Pretendendo aproximar a cidade do complexo industrial, de modo a afirmar a sua atual e potencial escala portuária, é proposto através do eixo de mar e água, o redesenho da linha de costa, que com um movimento de penetração para o interior da pedreira, oferece um novo ponto urbanístico de referência para a cidade de Sines.

Com o novo desenho da linha de costa, é proposto um novo espaço de marina, que se traduz na extensão da frente urbana balnear até ao Terminal Multipurpose e zona portuária de acesso restrito. Procura-se, assim, integrar a frente de mar com a ZAL e com a pedreira, transformando uma área desprovida de espaço urbano qualificado, num novo sistema de “espaços-lugares”, que proporcionam a transição entre a cidade e o porto.

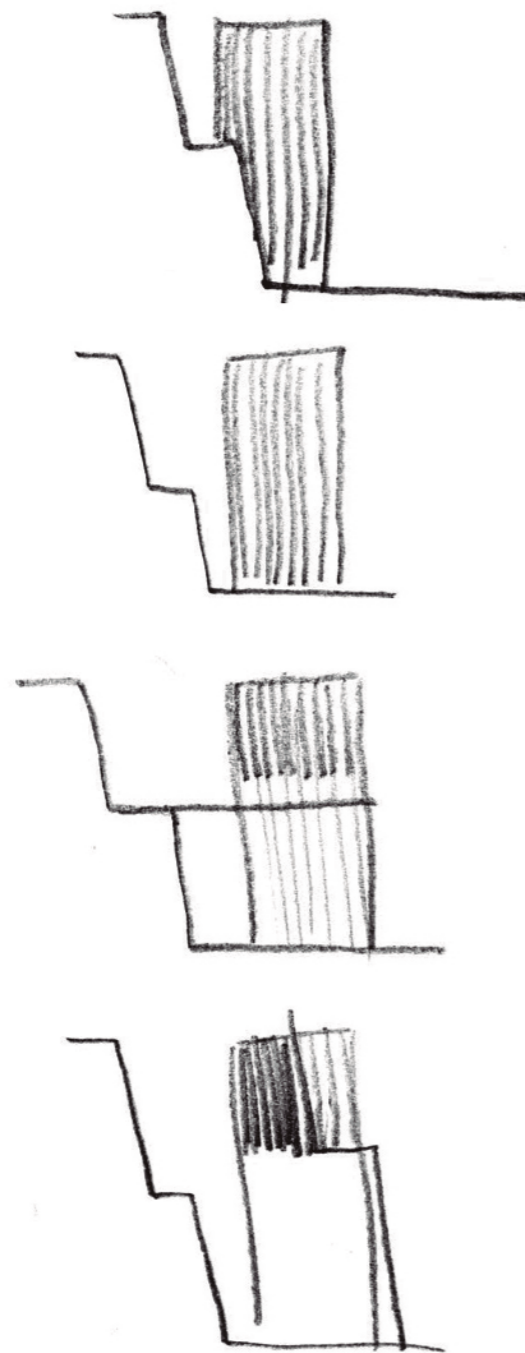
Para o efeito, o atual espaço do porto de recreio é abrigado na nova marina, libertando uma área que permite o redesenho de um espaço de lazer aquático, com piscinas naturais, que através do aproveitamento das rochas já existentes possibilita a extensão e adequação da zona balnear a futuros usos. No seguimento do desenho da linha de costa, no novo espaço da marina, encontra-se uma bolsa de água que abriga as embarcações de recreio assim como o porto de serviços correspondente. Para este novo espaço, gerado em torno da marina é proposto um programa de turismo e lazer, de recreio marítimo e científico-industrial, que irão integrar e interagir diretamente com os atuais e futuros lotes da ZAL, subjugando-os a um redesenho de conjunto com o novo programa estabelecido pelo grupo, a fim de regenerar este espaço numa bolsa de turismo.

Simultaneamente transforma-se a pedreira, reconhecida como uma cicatriz, num acontecimento paisagístico excecional, que para além de gerar um novo parque urbano, com um lago artificial, enfatizando a ligação visual com o mar, promove também uma continuidade espacial entre a frente marginal e industrial. Também, no espaço da pedreira serão realojados novos lotes para futura expansão da ZAL, que serão apoiados e impulsionados pela presença de um edifício multifuncional de logística e, outro de programa turístico-cultural. O parque urbano define-se, então, por três percursos, que se distinguem pelas suas funções, nomeadamente o percurso urbano de ligação à cidade e que permite a circulação rodoviária; o percurso verde nos patamares intermédios; e o percurso água, que se define pela relação entre o utilizador e o elemento de excelência do parque urbano, o lago.



2





Com o novo desenho da linha de costa e, conseqüente apropriação da zona afeta à nova Zona de Atividades Logísticas de Sines, surge a necessidade de criar um espaço para a implantação de novas empresas e que, assim também, se relacione com a intervenção proposta de grupo. De modo a facilitar a circulação de bens e pessoas, a nova ZAL é realojada no extremo oeste da pedreira, um local de fácil acesso automóvel e pedonal, com comunicação direta com a estrada principal que liga a marginal ao porto e, que permite uma deslocação rápida às várias zonas industriais da cidade.

Dessa necessidade, surge a vontade de criar um edifício capaz de dialogar com o programa industrial e, ao mesmo tempo, ser cartão de visita para quem visita e/ou pretende criar um negócio em Sines. A topografia, alterada pela constata extração de inertes destinados à construção dos aterros portuários, deixa uma diferença de cotas de aproximadamente de 70 metros, entre os dois extremos da pedreira. Das escavações resulta um desenho de patamares artificiais que, na estratégia desenhada pelo grupo, são aproveitados de forma a criar os três percursos propostos – urbano, verde e água. Aproveitando a existência desses patamares, os percursos vão se desenvolvendo ao longo do limite da pedreira, sendo os habitantes deste espaço, encaminhados por rampas e muros que vão criando zonas de estar nos patamares nas cotas 28, 48 e 68.

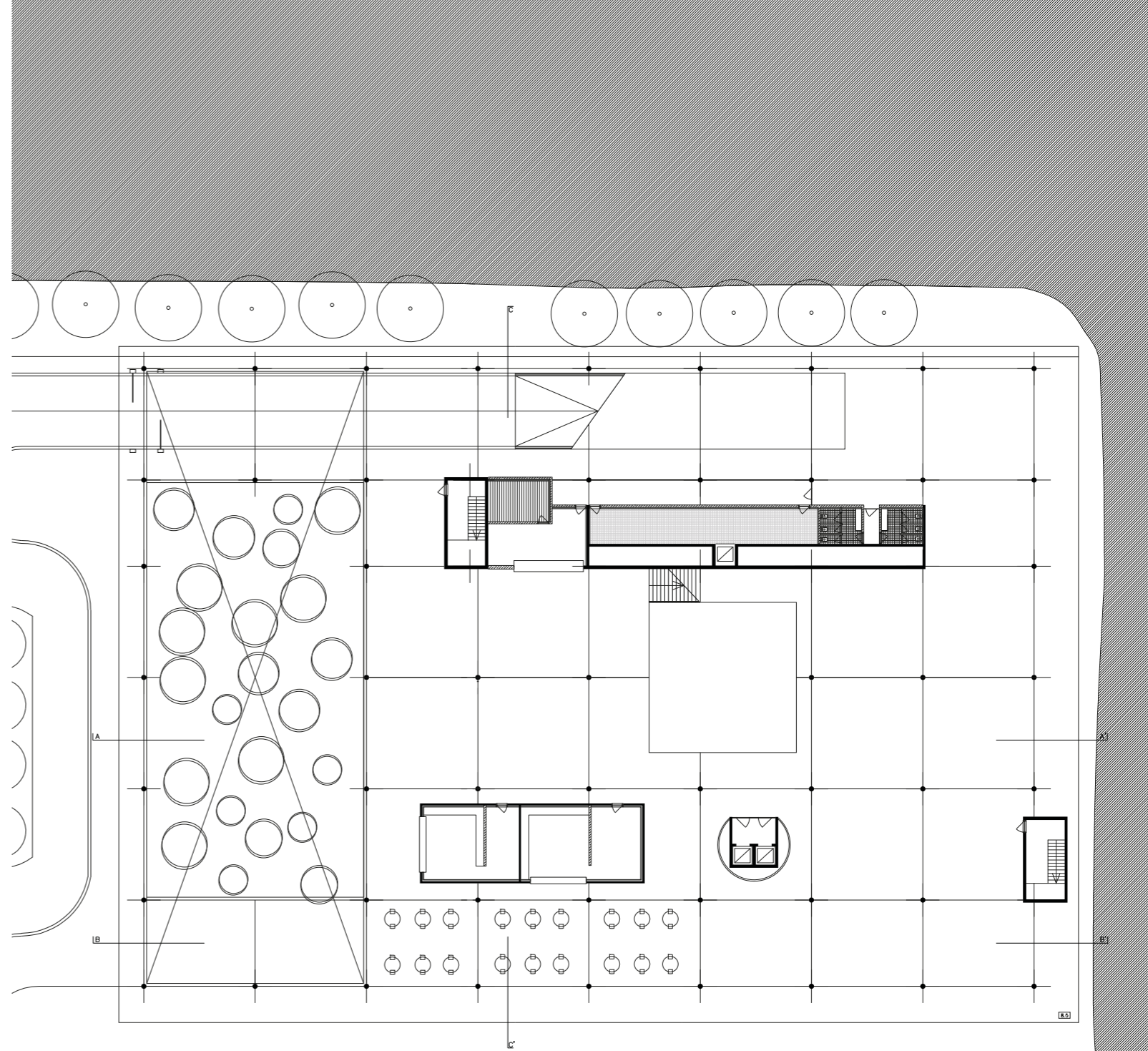
É esta acentuada diferença de cotas que, desde logo, é assumida como ponto de partida para o projeto. O local escolhido para a implantação é o espaço adjacente à nova ZAL e o edifício “encosta-se” à vertente da pedreira procurando ele próprio, vencer a diferença de 20 metros. O projeto organiza-se em torno de quadro condições fundamentais: o programa para escritórios de empresas, com uma área social e, estacionamento, com uma ocupação intensiva por parte de quem trabalha nessas empresas e, quem a ele se desloca para usufruir de um restaurante ou do estacionamento; uma localização privilegiada na pedreira e próximo da marginal, uma zona, que se espera ser, motor de expansão da cidade de Sines; o contexto próximo, com capacidade de receber os mais variados programas; e a vontade de preservar o espaço natural/artificial da pedreira e aumentar o espaço público da cidade.

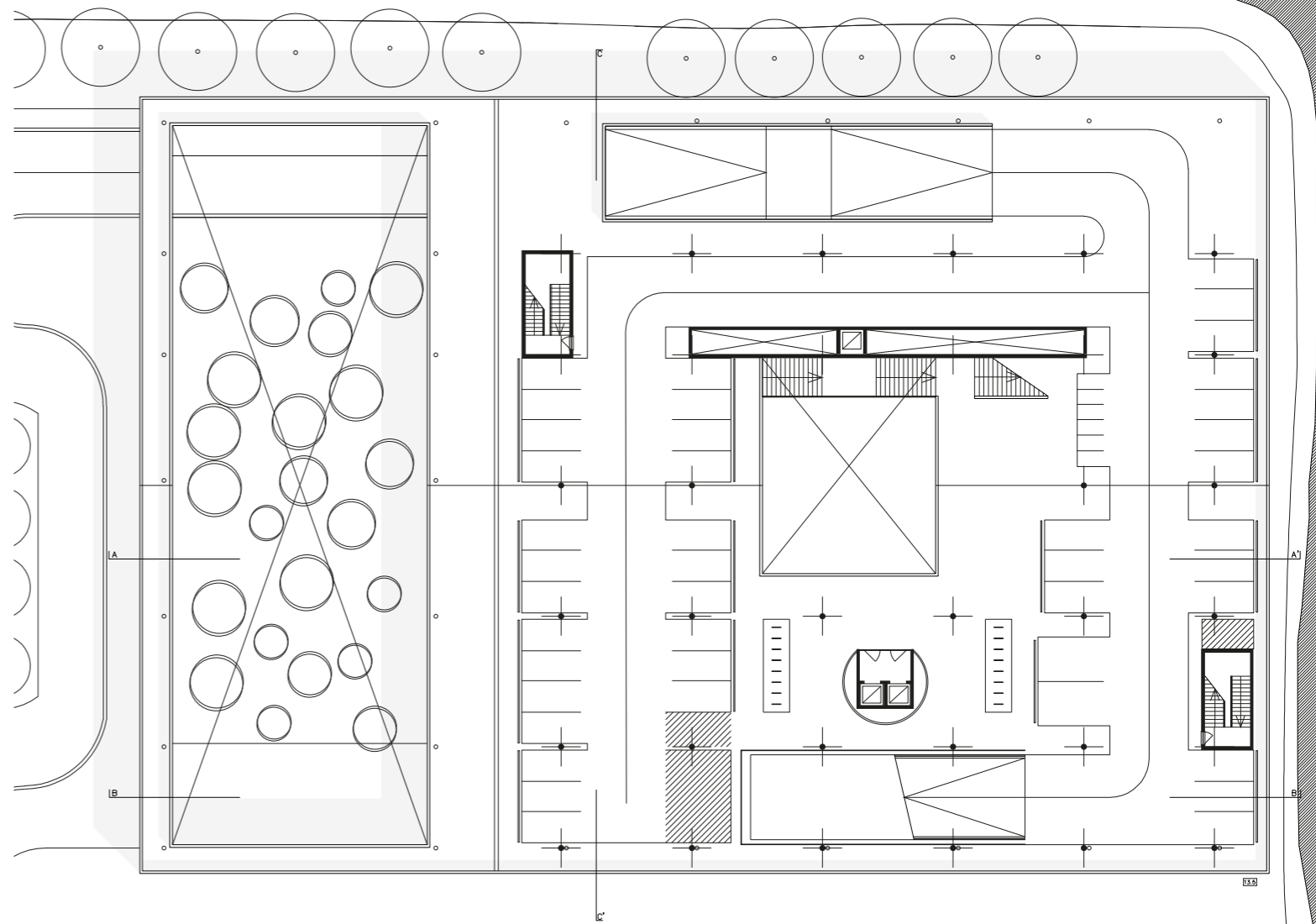
Encostando-se à vertente, organiza-se em 10 pisos constituídos por lâminas que, conforme a função que albergam, se vão alterando na sua área e são deslocadas conforme o desenho da vertente. O edifício eleva-se do chão, apoiando-se em pilares circulares, atingindo uma cota máxima de 40 metros, e alinhando a sua cércea com o segundo patamar da pedreira (48.5). A estrutura, na sua maioria em betão aparente, marcando a sua importância, permite a visualização de quem habita o edifício e dos carros a circular e, permite que, em qualquer lugar do edifício, o utente consiga observar o que a envolvente que o rodeia. Na tentativa de atribuir algum ritmo e ordem ao projeto, o pé direito vai sendo alterado havendo 3 variáveis diferentes, zonas de estar/entradas, estacionamento e escritórios.

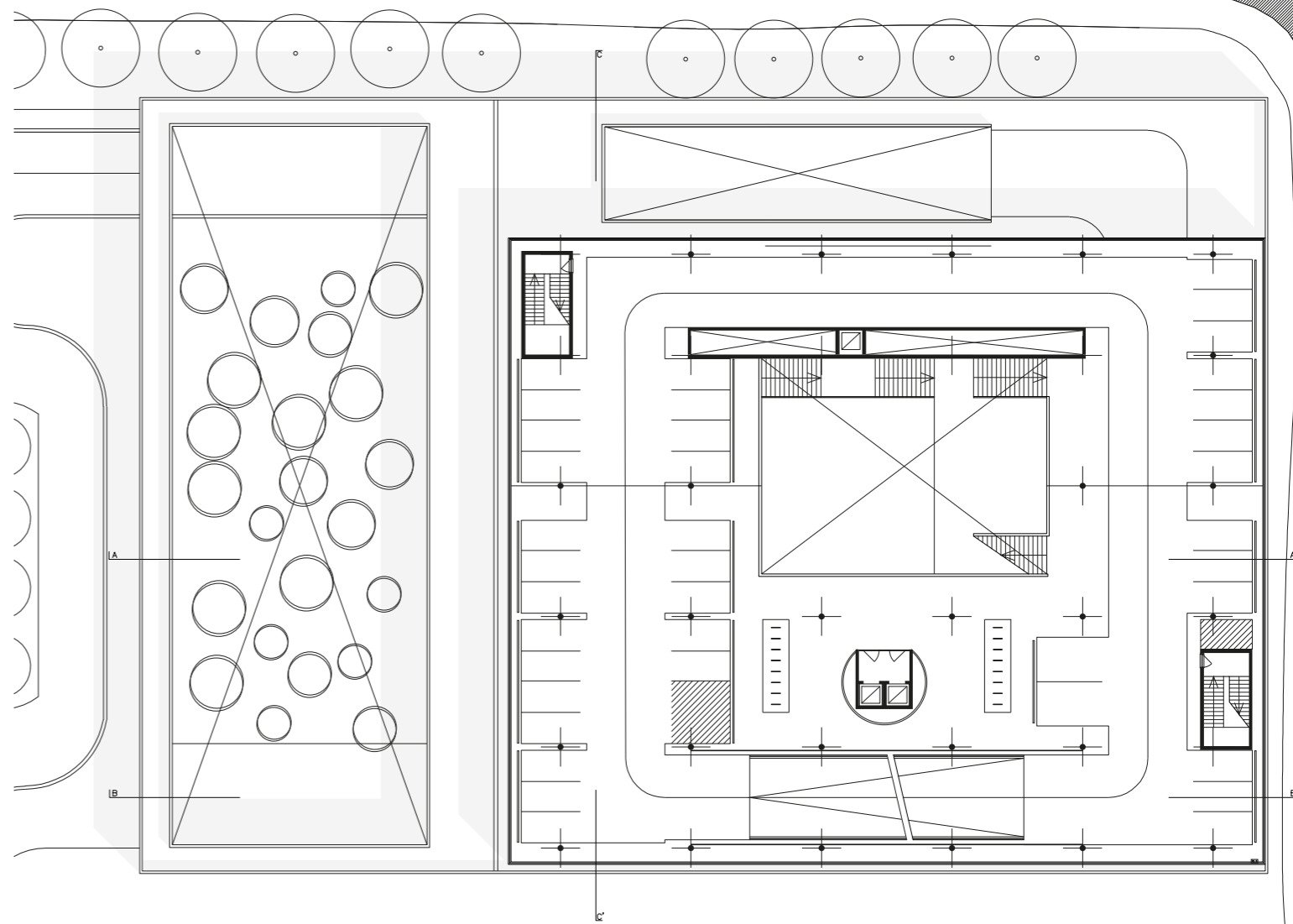
Os espaços sociais organizam-se no primeiro e último piso, oferecendo espaços públicos qualificados como cafés, e, ainda um restaurante panorâmico no último piso, a quem habita o edifício e a quem passeia no parque urbano. A circulação pedonal é facilitada por escadas em torno de fosso descoberto que percorre o edifício, desde o piso 0 até à cobertura. Todo o edifício é ainda percorrido por uma “parede” estrutural, que pela amplitude e limpeza dos espaços que se procura oferecer, encaminha e esconde, através de um fosso de cerca de 2 metros de largura, todo o tipo de infraestruturas inerentes ao programa. Para além do fosso de escadas, existem ainda dois outros sistemas de circulação vertical, dois fossos de escadas de emergência, um em cada extremo do edifício, e ainda dois elevadores, escondidos por uma estrutura circular em policarbonato translúcido. Procurou-se assim, pela amplitude do espaço e, pelos sistemas estruturais e de circulação, conferir verticalidade e unidade ao projeto.

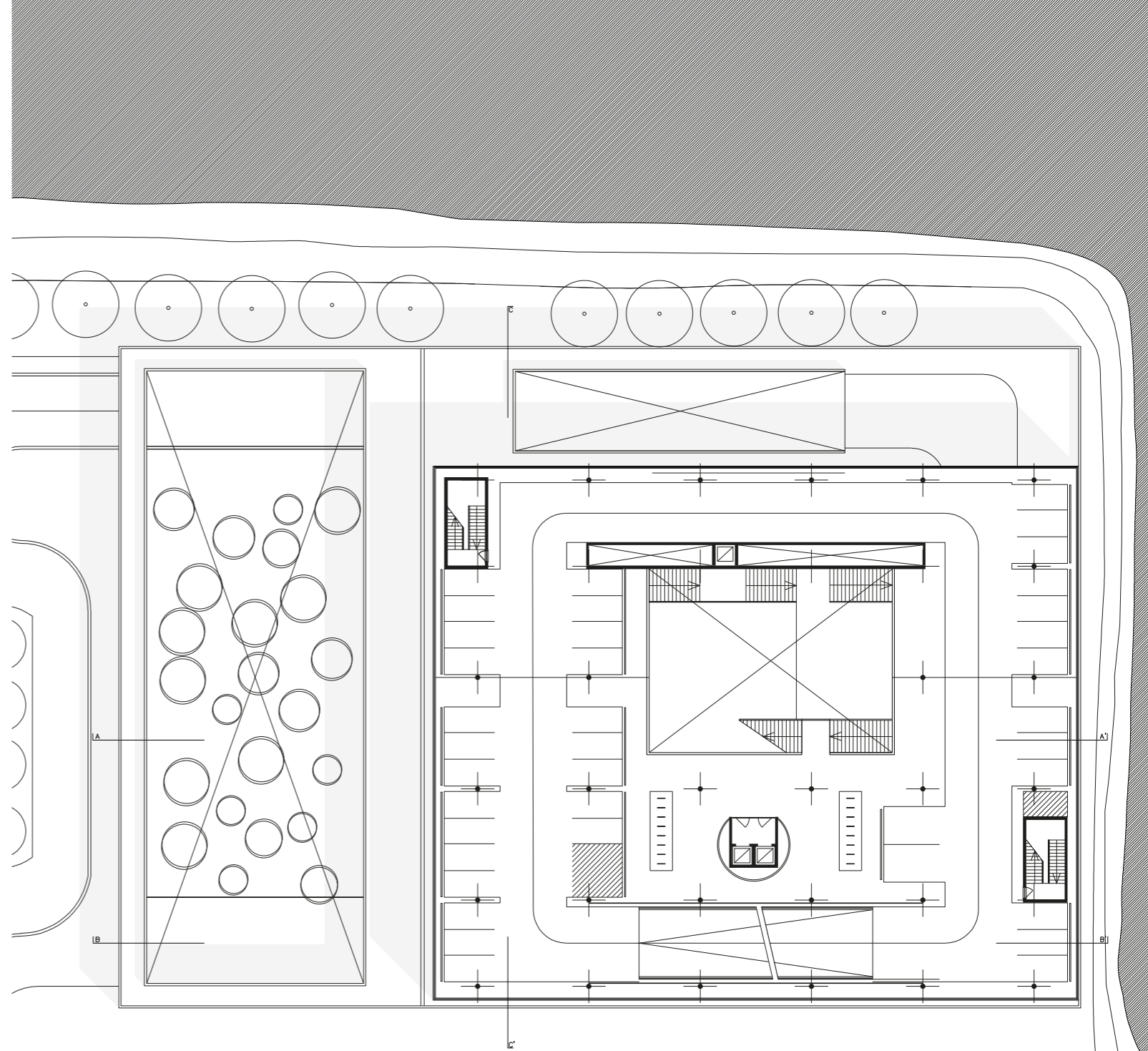
No piso 0, a entrada principal, um grande espaço amplo e aberto, em comunicação com o exterior e com uma zona verde que rompe com pala que cobre o piso, oferece espaço de recepção, cafés e esplanadas. O estacionamento, à vista de todos, organiza-se entre o primeiro piso e o sexto sendo que, tanto o acesso automóvel, como o pedonal, se dá nos pisos 0 e 6. Toda a circulação automóvel acontece por rampas que, marcam a sua presença no alçado sul do edifício. A “torre” oferece 3 andares de escritórios amplos, em sistema *open space*, equipados com instalações sanitárias e espaço de arquivo. No último piso, um restaurante e bar com varanda, com possibilidade de ser percorrida em volta de todo o piso, e, ainda, a possibilidade de tornar quase todo o espaço aberto ao exterior.

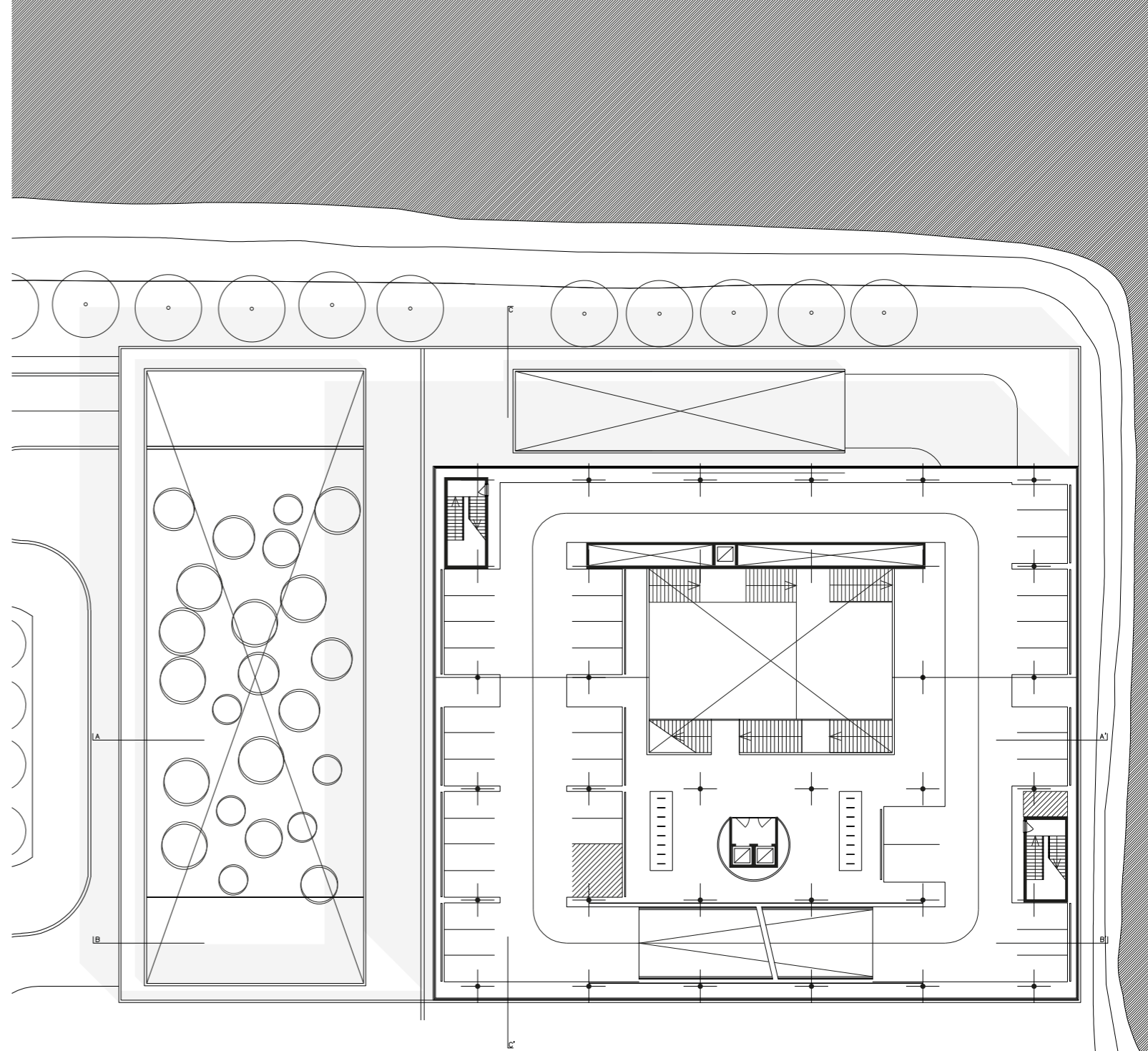


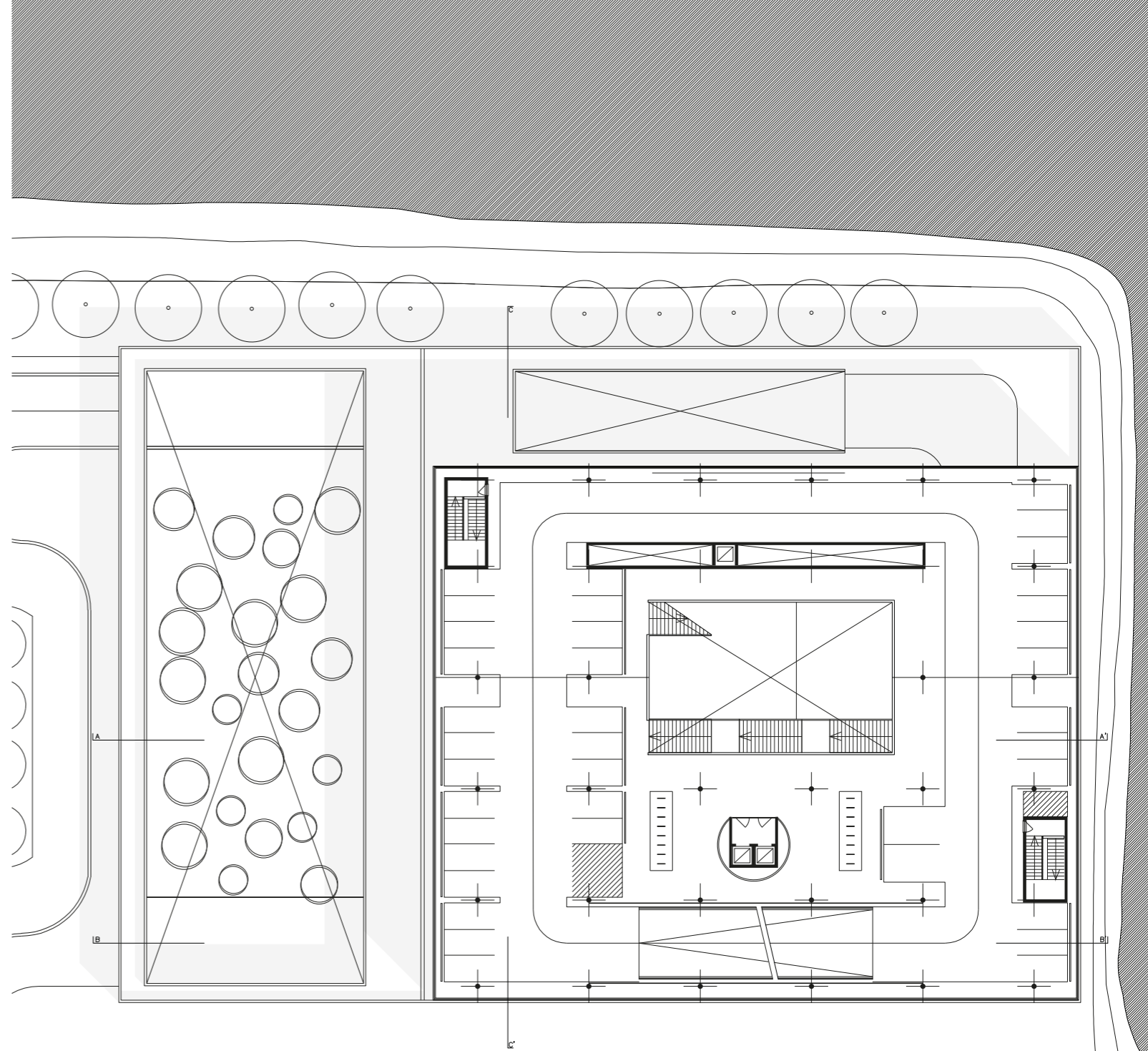


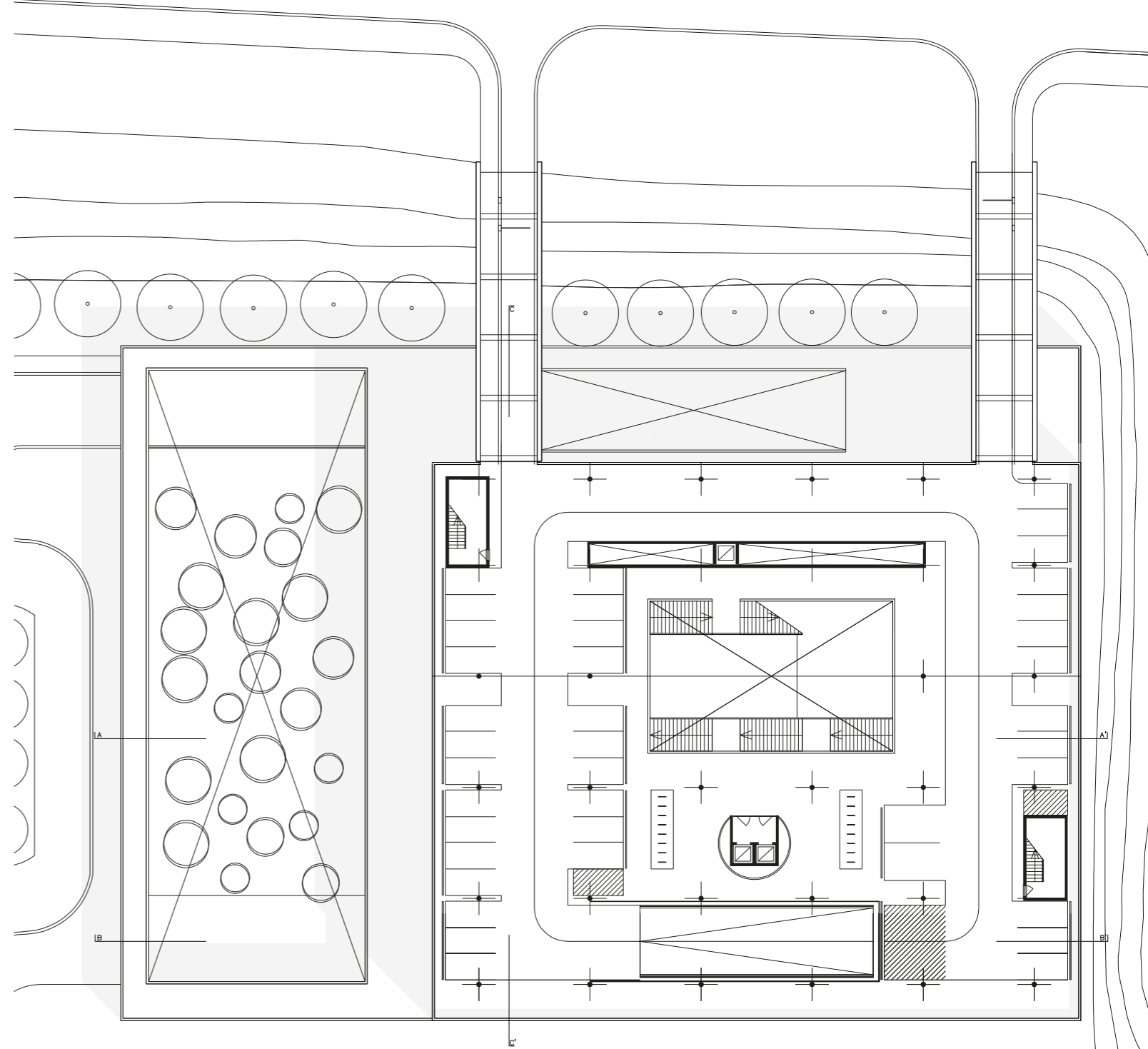


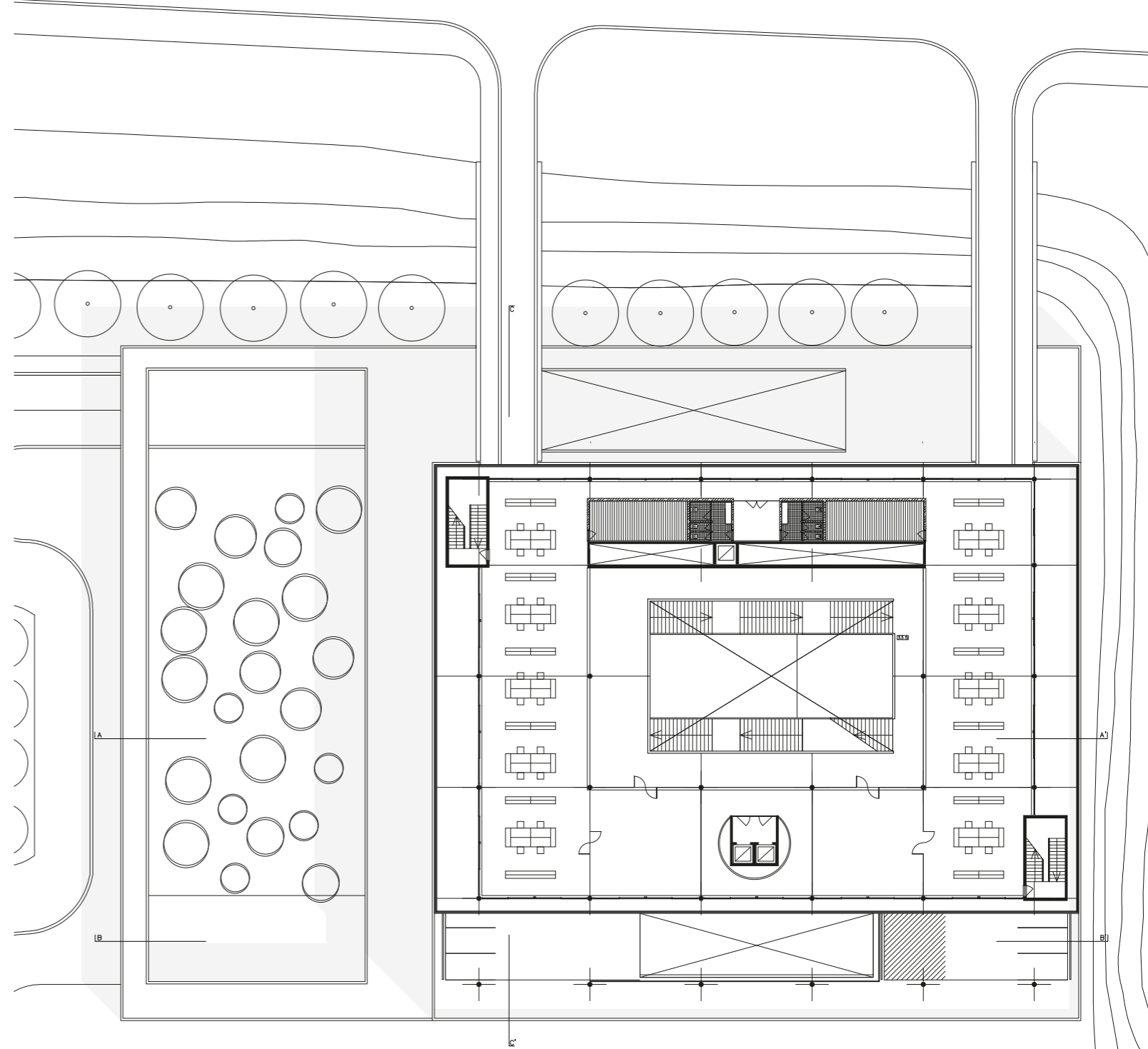


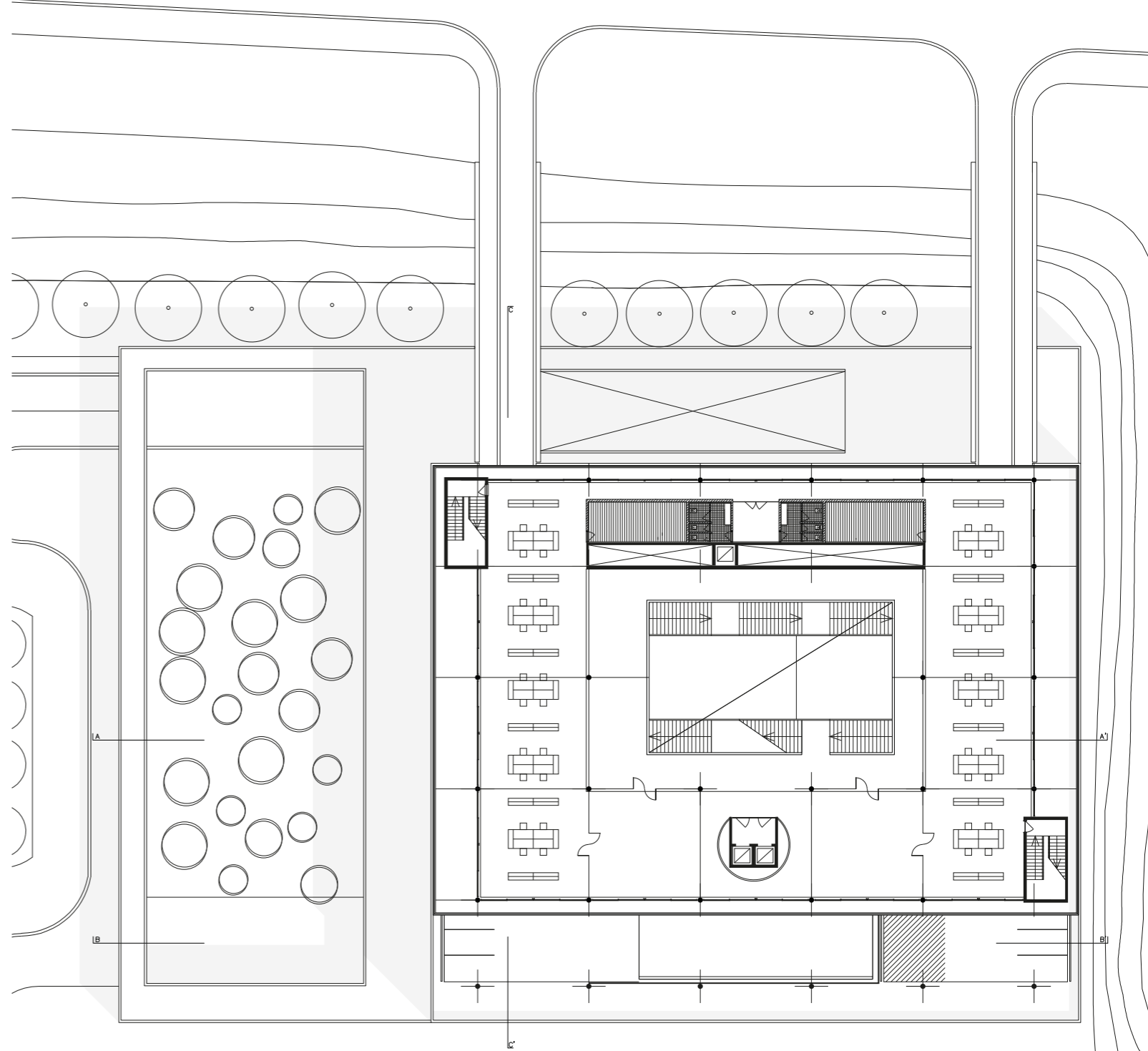


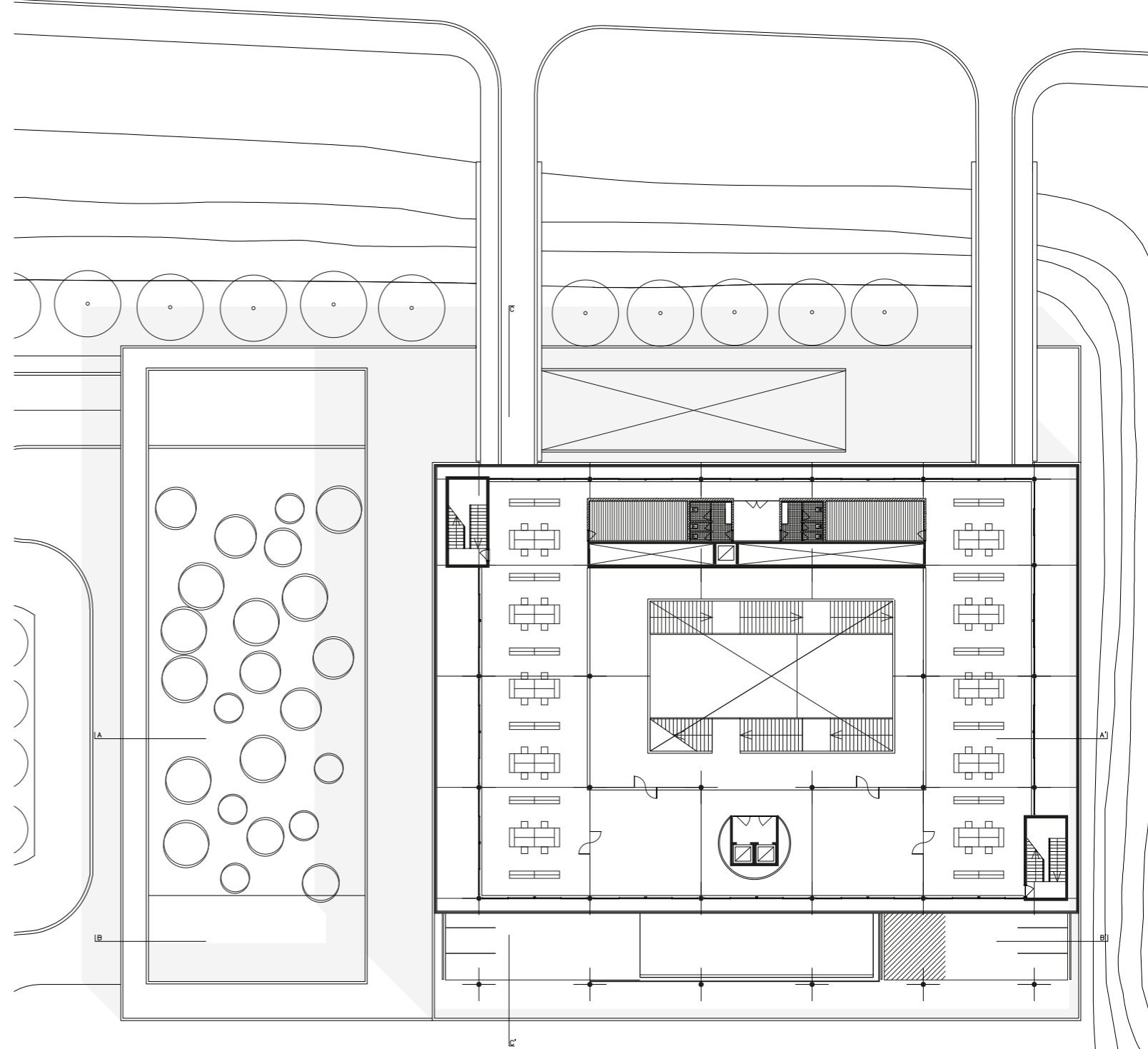


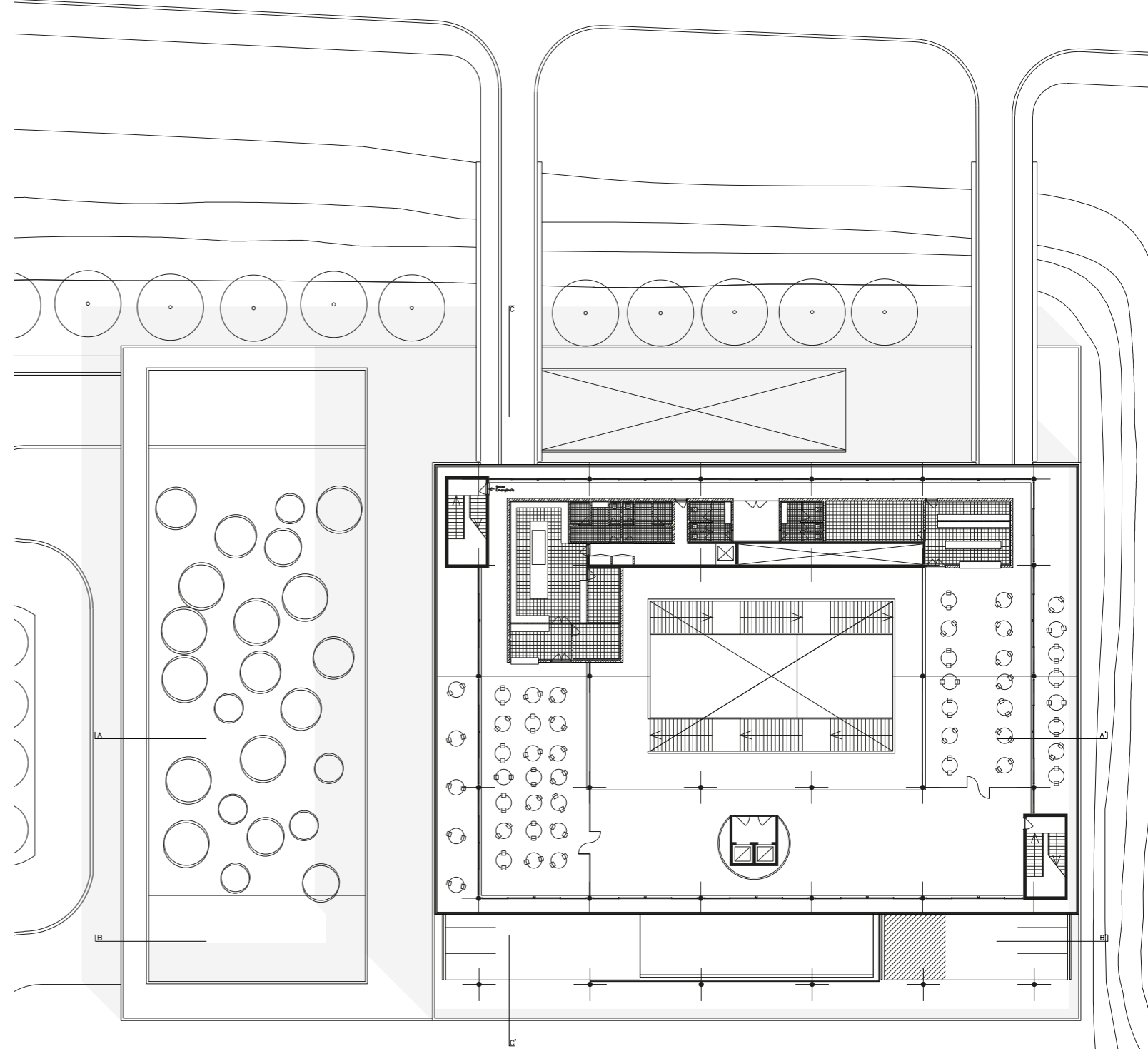


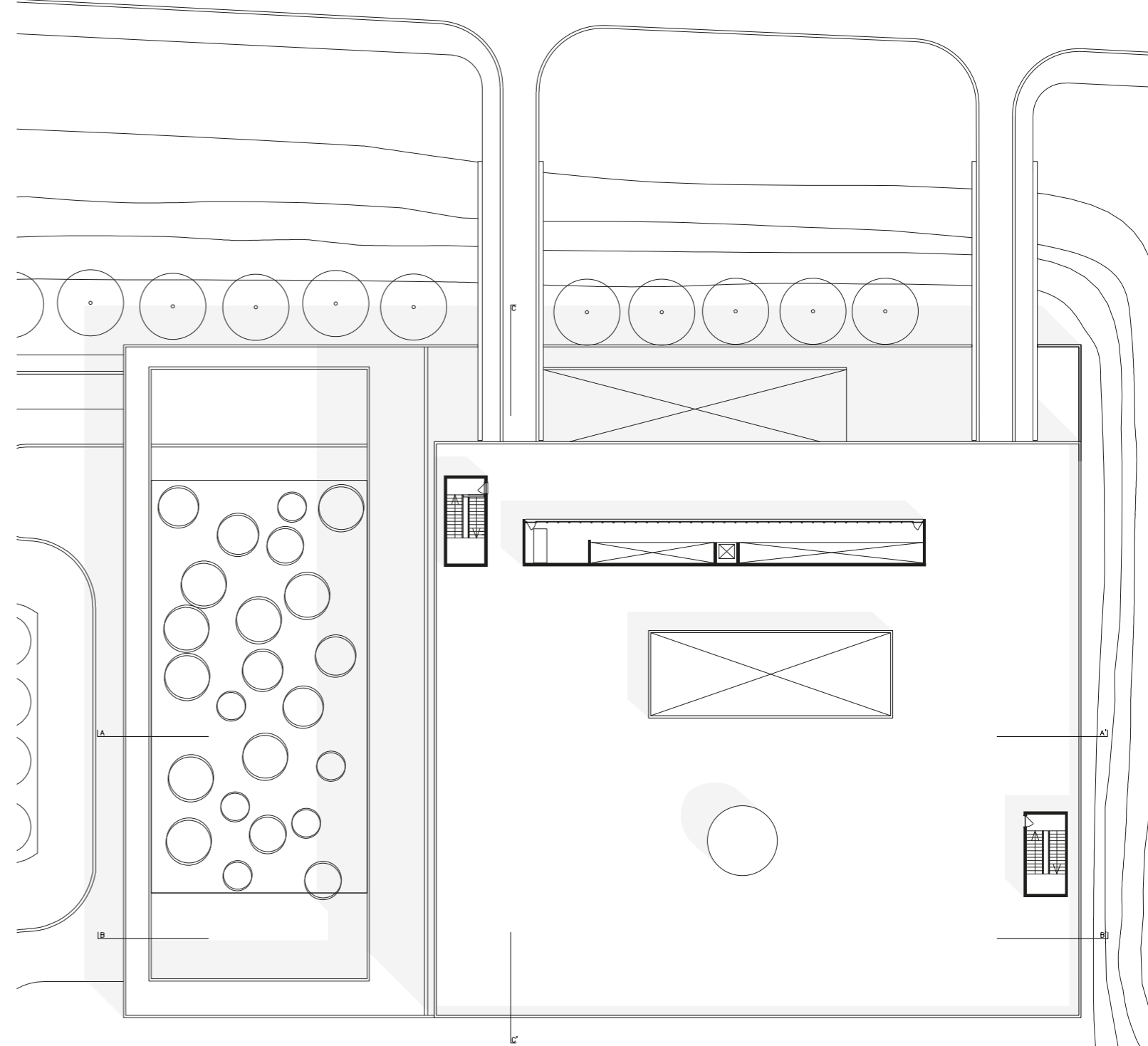


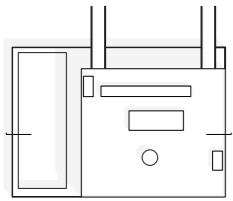
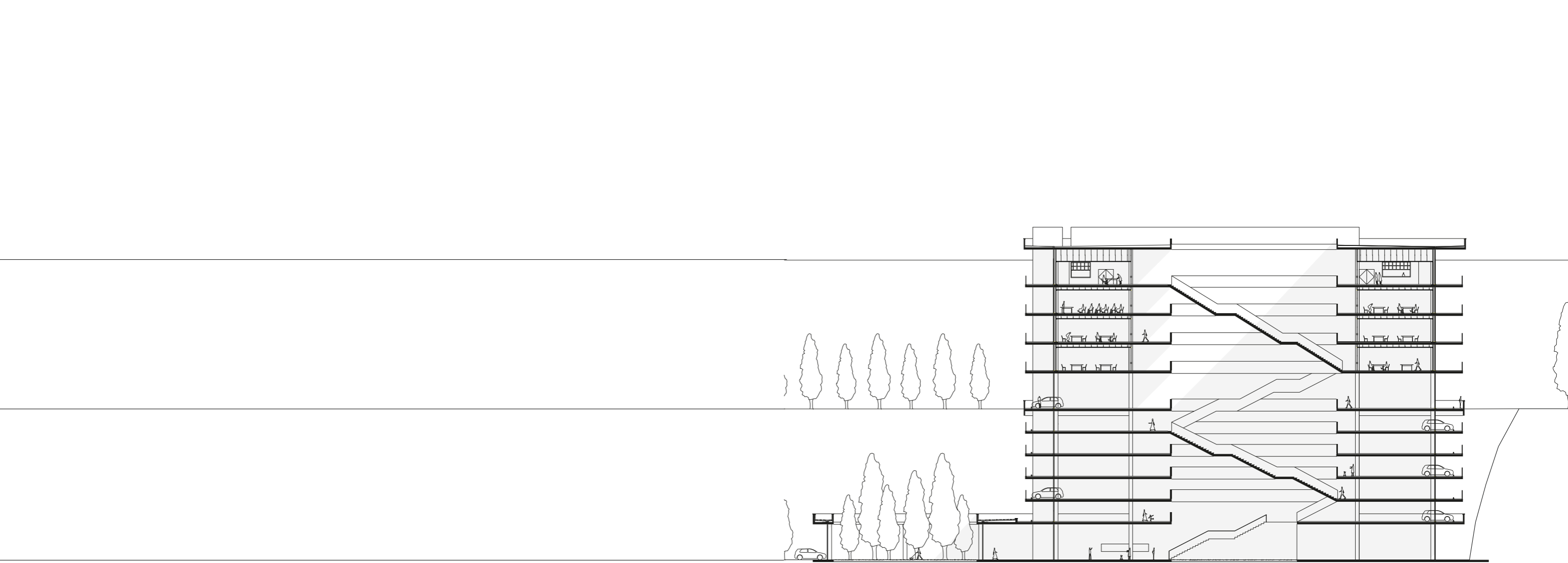




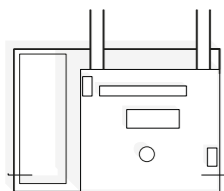
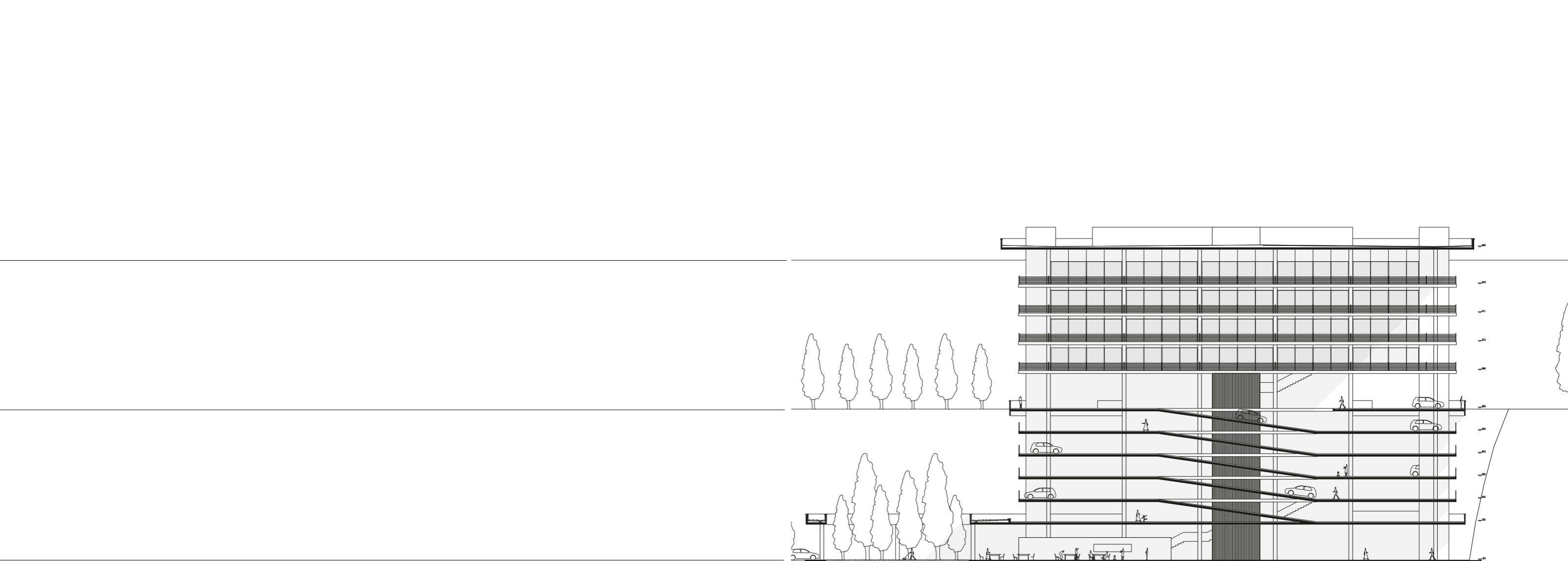




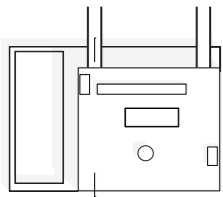
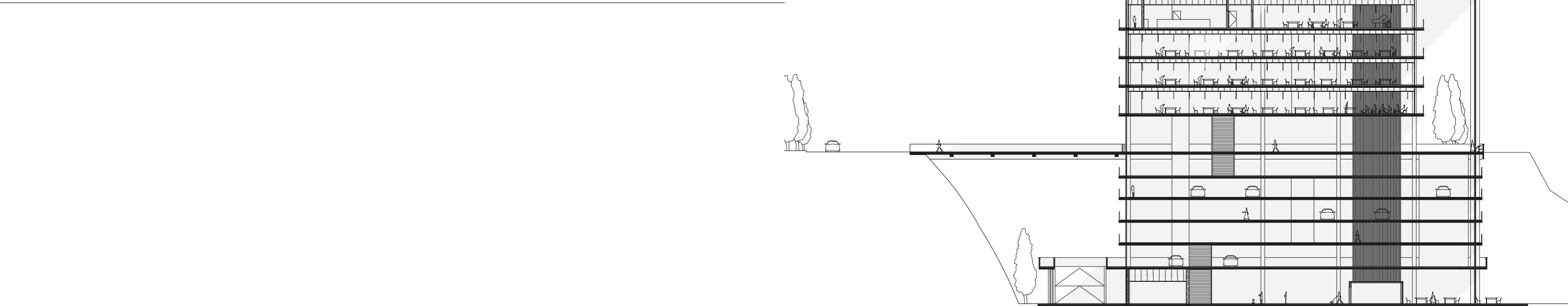




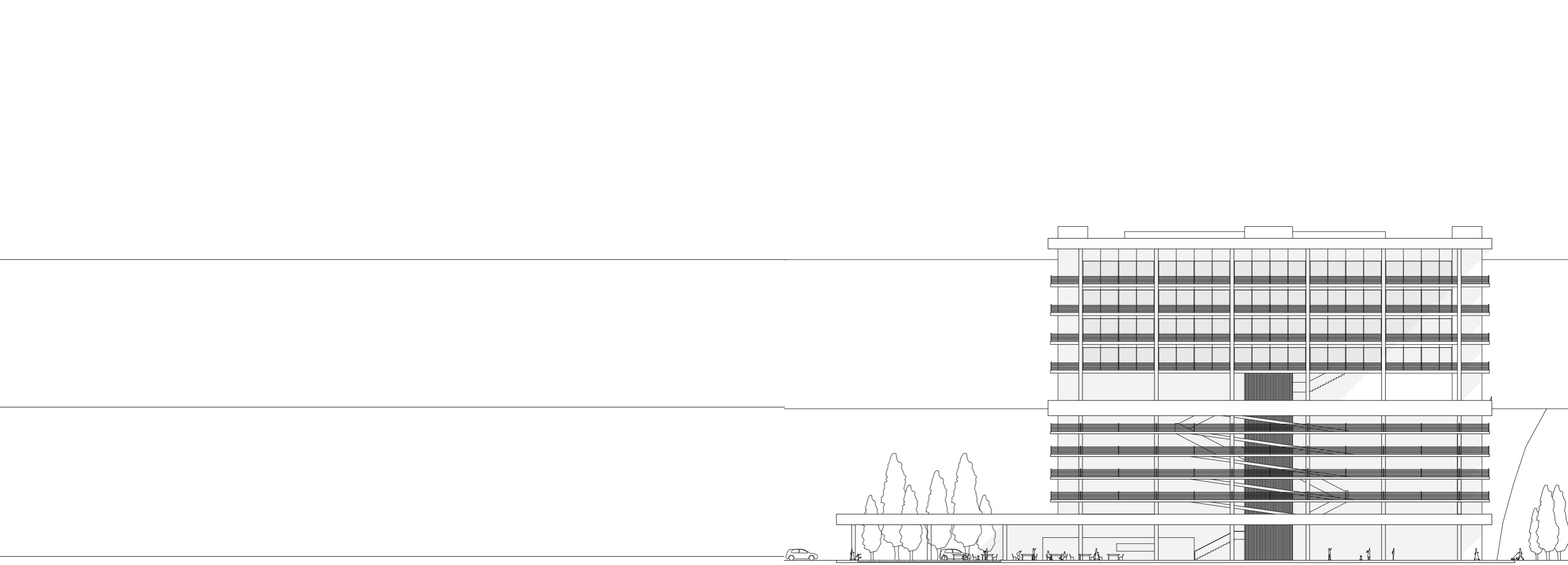
14 | CORTE A-A' |
1:500

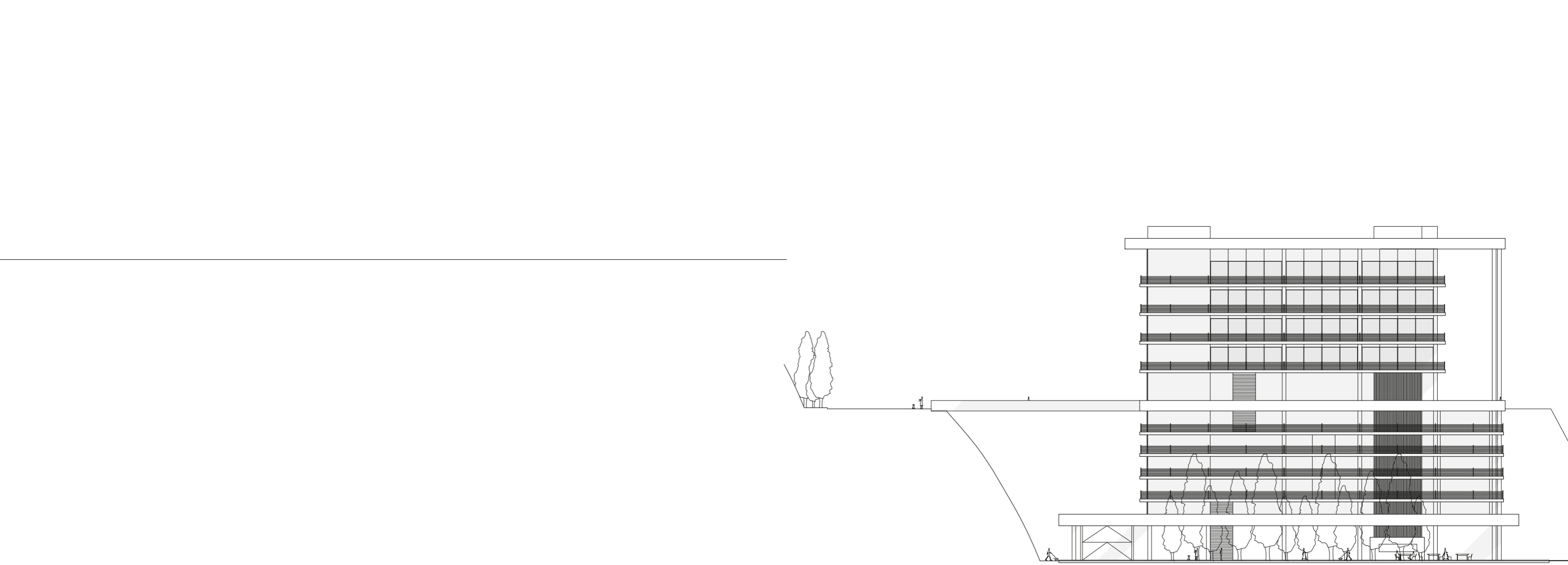


15 | CORTE B B' |
1:500

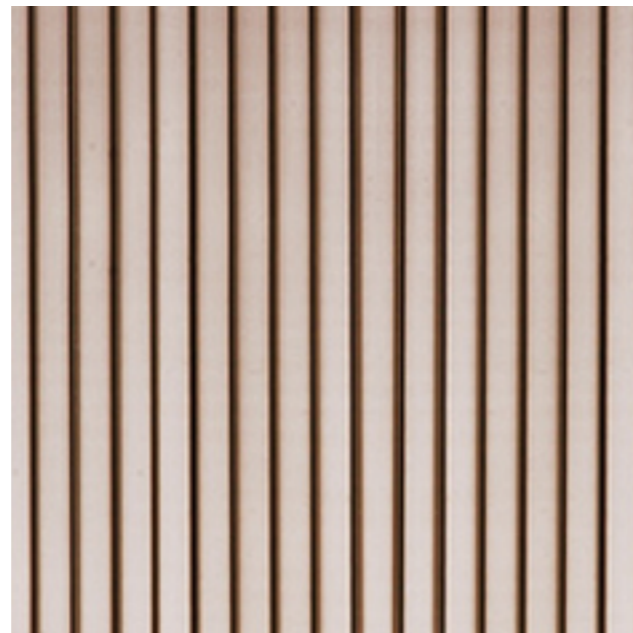


16 | CORTE C C' |
1:500



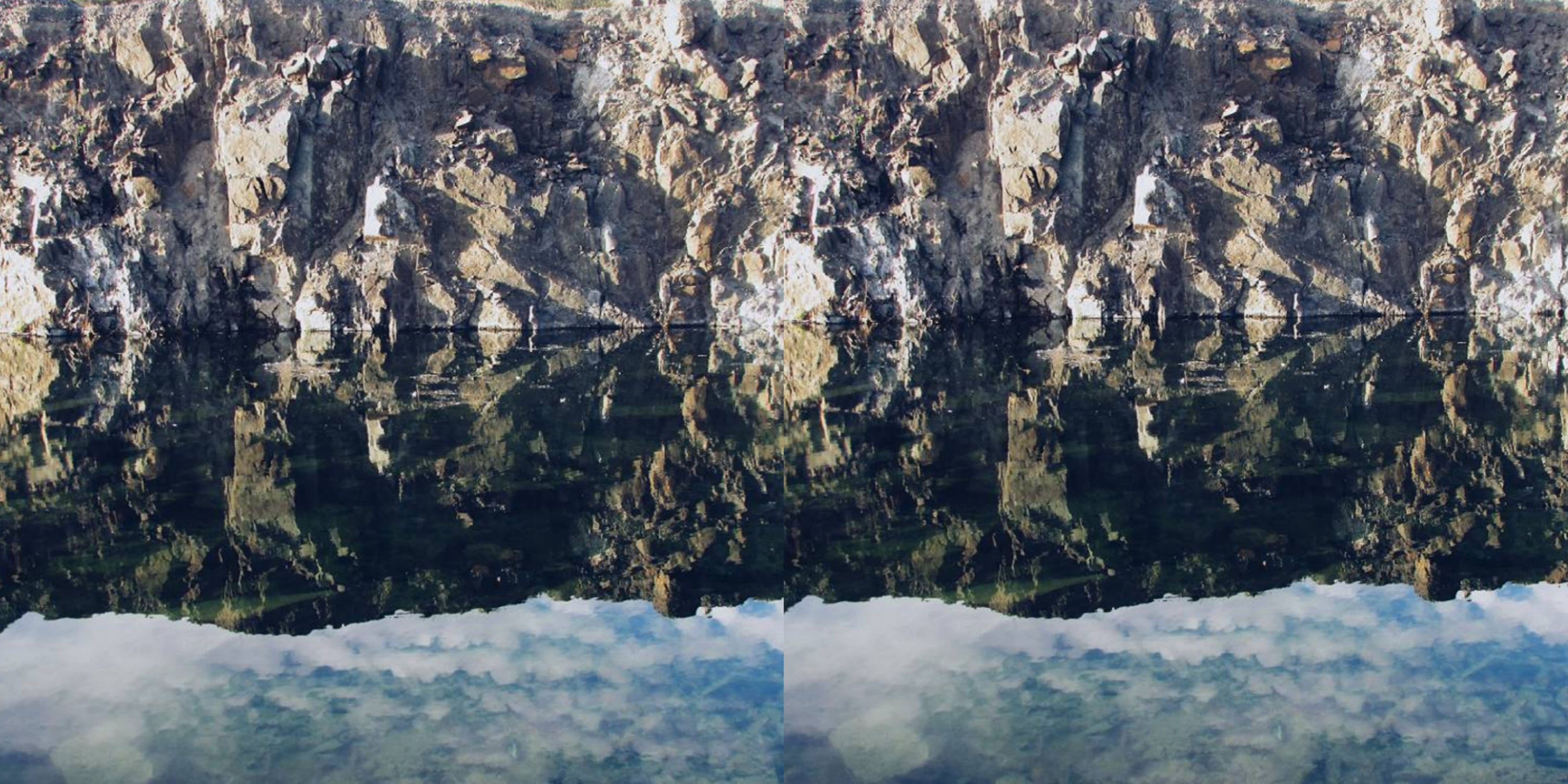






Todos os elementos estruturais do edifício, lajes, pilares, estrutura de saídas de emergência e, a “parede” que percorre todo o edifício, apresentam-se em betão aparente de cor cinzenta. Nos guarda corpos nos pisos 1, 6 e na cobertura, o betão armado é aplicado com cofragem metálica, de modo a obter uma superfície mais lisa, destoando da rugosidade da paisagem da pedra. Já nas paredes estruturais que percorrem todo o edifício, opta-se por uma cofragem de madeira, procurando atribuir ao edifício uma maior verticalidade e monumentalidade. Nos cafés no piso 0, as paredes, embora não estruturais, são também em betão aparente de cofragem em madeira, de modo a continuar com uma só leitura em todo o piso. No caso das caixas de elevadores, a estrutura será também de betão, contudo, a estrutura será escondida por uma “película” de policarbonato fosco e com veios verticais reforçando, mais uma vez a verticalidade do projeto.

Pretende-se que, nos pisos superiores, principalmente nos escritórios, o edifício possa sofrer alterações e, que cada empresa possa dar o seu cunho ao seu espaço de trabalho e, por isso, as paredes interiores nos pisos superiores, sendo de carácter mais provisório, serão de tijolo rebocado e pintado a branco. Os caixilhos dos vidros são de alumínio claro e, são utilizados tanto para o exterior do edifício como para encerrar os escritórios no interior. Por cima do caixilho existe ainda uma estrutura que, depois é revestida com uma película de alumínio que procura dar algum ritmo à fachada. O pavimento tanto do piso 0 como, dos pisos de estacionamento, é utilizado um epoxi autonivelante, já nos pisos superiores, opta-se por um linóleo. Nas instalações sanitárias, balneários e cozinha, opta-se por azulejo cerâmico tanto para pavimentos como depois no revestimento da parede.



Elaborado por Pedro da Luz Pinto a 20 de Setembro de 2015

Acupuntura Urbana

Kenneth Frampton afirmava em *Seven points for the millenium: an untimely manifesto* que com a queda do projeto Socialista no final do século XX, ao qual a arquitetura moderna estava tão intimamente ligada, a profissão teria que procurar novas formas profícuas de envolvimento com a sociedade. Uma das possibilidades seria encarar a sociedade no seu todo como um cliente, e para tal, dizia que a educação de base em “design ambiental” de toda a sociedade seria um fator determinante para melhorar o entendimento dos próprios clientes, da sociedade, uma vez que a qualidade em Arquitetura é impraticável sem bons encomendadores. Ao mesmo tempo e em complemento, a própria profissão teria que rever os seus objetivos pedagógicos, equilibrando o treino profissional com uma responsabilidade ética e cultural, que seria proporcionada por uma formação mais abrangente dos futuros arquitetos. Frampton argumenta que a globalização, a tomada de consciência dos limites e da fragilidade do ambiente e dos recursos naturais, soçobrara o tecno-otimismo do século XX, cuja excessiva preponderância técnico-científica conduziu a uma disrupção entre civilização e cultura, levando ao crescimento desmesurado e desequilibrado dos aglomerados urbanos, com enormes implicações ambientais, ao ponto de se extinguir a própria capacidade de regeneração do ambiente construído pela edificação, surgindo agora a intervenção na estrutura ecológica e na paisagem, como estratégia redentora e como fator mais premente do que a edificação enquanto “objeto isolado”. Consequentemente, mais do que uma Arquitetura como acontecimento expressivo, o novo milénio necessita uma Arquitetura simultaneamente “contexto de cultura” e “expressão cultural em si mesma”, pelo que uma abordagem acriticamente expressiva seria um ato redutor do “carácter sociocultural” da Arquitetura, que deverá antes ser, num contexto de crise política, económica e social, orientado não como um “produto-forma” mas cada vez mais como um “lugar-forma”, circunstancia participante de um processo contínuo de regeneração, uma autêntica “acupuntura urbana”. Estas ideias, de lugar-forma e de exaustão ideológica, económica e edificada, patente nos países do Ocidente capitalista e industrializado, seria, como sabemos, acentuada pela Grande Depressão em 2008. Em paralelo, aspetos como a humanização da tecnologia, a utilização dos recursos da informatização para a participação social, prometem novos modelos de planeamento e de edificação, onde o projeto de arquitetura será porventura mais discutido e as decisões de programa e projeto mais participadas. No conjunto, estes temas transversais da contemporaneidade estarão presentes nos exercícios que agora lançamos.

Trienal de Lisboa

A unidade curricular de Projeto Final de Arquitetura do 2ºciclo do MIA no ano letivo 2015/2016 acompanhará o desafio do “Concurso

Universidades”, integrado na programação da Trienal de Arquitetura de Lisboa 2016, com o tema “Sines - Indústria e Estrutura Portuária”. O programa do concurso afirma que os Objetivos do exercício proposto se colocam no “limite entre a transformação poética e a experiência política e com um primeiro objetivo: conservar e multiplicar a potência produtiva do lugar”, organizando-se em quatro tópicos: Escala; Produção; Limites e Tempo. Da leitura destes tópicos, realçamos o contraste entre as realidades infraestruturais supralocais e a condição habitacional, ambiental e cultural do local. Conduzidos pela potência da atividade portuária, na definição do Tema, o programa lança uma série de questões iniciais, que se centram sobretudo no impacto extraordinário das infraestruturas logísticas, nas relações de fronteira e limite entre cidade e espaços industriais e na possibilidade, quer de partilha de espaços e usos, quer nas possibilidades de integrar a arquitetura nestes locais fortemente funcionais. Referindo-se ao Lugar, o programa destaca os blocos do Porto Industrial e Logístico; da Refinaria Sines-Galp; a Central Termoelétrica e o Centro Urbano de Sines. Para além das especificidades de cada um destes polos, o programa prévio realça que se resumem “na complementaridade de produção das diferentes estruturas, a compatibilização e partilha de novos programas, a transformação de espaços e a apropriação de terrenos expectantes”. Solicitando uma visão “estratégica”, o programa avança que o lugar de intervenção “deverá ser encontrado nos espaços de contacto entre a cidade e as diversas áreas do porto. A frente de praia, a lota e o fundeadouro de barcos de pesca, o espaço em torno dos limites da pedreira, a central termoelétrica em frente à praia de São Torpes, são espaços e programas que se encontram entre as estruturas existentes e a linha de costa, com grande potencial de transformação. Estes espaços podem vir a estabelecer outras possibilidades de relação com espaços de investigação e turismo dentro das 12 milhas náuticas disponíveis ao largo da costa e olhares específicos até hoje não considerados”.

Programa e Objetivos de PFA

Adotando o tema dos limites entre cidade e porto e indústria, o programa de trabalho proposto desliza no entanto a partir dos extremos norte e sul da frente de mar da cidade, para a faixa em arco, de limite da cidade de Sines para com o sistema infraestrutural e industrial do lado terra, já em pleno planalto, almejando o desenvolvimento de uma visão estratégica, de consolidação das franjas e dos elos incompletos da cidade, numa faixa larga de território, delimitado exteriormente, através do conjunto semicircular das rodovias A26, N120-4 e N120-1. Este longo corredor semicircular é encarado como uma oportunidade de agir sobre um conjunto de situações que se pensa poderão melhorar a atratividade urbana do planalto de Sines, simultaneamente mediando as relações de escala e de ambiente entre a realidade urbana e paisagística local e a sucessão de infraestruturas industriais circundantes. Propõem-se que o eixo programático catalisador da transformação desta faixa de território seja o projeto de um corredor infraestrutural urbano, que instale em paralelo ao sistema rodoviário e ao sistema de pipelines, um sistema de espaços públicos de circulação eminentemente pedonal e ciclável, cuja implantação, desenvolvimento e entrecruzamento com os sistemas urbano e de paisagem existentes, incluindo os eixos radiais de interligação ao centro de Sines com o território circundante, poderá ter a potencialidade de construir momentos de reorganização dos espaços edificados existentes, conferindo

uma nova urbanidade e pontuando, no momento e numa perspetiva de desenvolvimento, o sistema urbano, dando-lhe uma visão futuro, de conjunto, em forma de projeto de cidade e de arquitetura. O estabelecimento desta cintura-corredor de espaço público semi-edificado, abre ainda para um conjunto de questões conexas ao atual momento cultural, económico e político, frente às quais deverá a arquitetura se posicionar e responder criticamente, na forma de projetos que correspondem a hipóteses de um futuro melhor para as comunidades. Referimo-nos a questões como o que fazer com áreas urbanas incompletas e fragmentadas, num momento de forte retração económica e populacional e de como aumentar a atratividade e revalorizar áreas degradadas, com escassos recursos públicos. Ao mesmo tempo, face à disponibilização de terrenos e à necessidade de completar espaços urbanos, pergunta-se que usos alternativos se podem convocar. Para além dos novos espaços de lazer, associados à atividade física, ao desporto e ao passeio, espera-se que os exercícios especulem sobre novas possibilidades produtivas, edificadas e paisagísticas para a cidade, seja pela produção de energia e de alimentos limpos, seja pela amenização ambiental da pegada urbanística tradicional, seja pela redefinição dos lotes e das tipologias edificadas tradicionais. Nos extremos norte e sul, este sistema poderá aproximar-se e toca a frente marítima, unindo-se ao sistema de espaços indicados no programa da Trienal, designadamente nas proximidades da pedreira e da zona portuária exclusiva adjacente, culminando na marginal de mar de Sines, junto ao antigo café do Clube Naval de Sines. Associado a estas questões transversais ao momento atual, a Trienal propõe usos a desenvolver, como sejam atividades de alojamento turístico e instalações ligadas ao ensino e à investigação sobre o mar e sobre as atividades industriais conexas. De referir ainda a necessidade de se cruzar e confrontar estes programas académicos com as estratégias e com os instrumentos de planeamento locais, nomeadamente com o Plano Diretor Municipal de Sines.

Desta forma o âmbito dos trabalhos oscilará entre o Projeto Urbano e o Projeto de Arquitetura, incidindo na relação da cidade de Sines com a sua envolvente industrial e paisagística, considerando a tradicionalmente trabalhada frente marítima, mas sobretudo incidindo na menos visível e menos intervencionada frente terrestre. Aceitando que a reestruturação do território e da própria arquitetura é uma construção social e económica, procura-se que o trabalho de projeto tenha a dimensão crítica, cultural e material, destes fatores estruturantes, que correspondem às lógicas produtivas de transformação do território e da arquitetura. Seja para as subverter ou seduzir, seja reduzindo-as ou ampliando-as seletivamente, seja com uma outra estratégia e um outro grau de relação crítica, o projeto terá como objetivo construir uma hipótese de futuro por que valha a pena trabalhar.

Faseamento

O trabalho será anual, alicerçado num único exercício de fundo, organizado em fases sequenciais de projeto. Para cada fase será entregue um enunciado parcial, indicando o tipo e qualidade de trabalho a ser desenvolvido, assim como eventuais subfases e respetivos prazos de elaboração. Serão igualmente definidos objetivos de aprendizagem e critérios de avaliação. O faseamento corresponderá à seguinte

organização:

Fase A: Análise, Programas e Estratégias Urbanas e Arquitetônicas (Trabalho de Grupo)

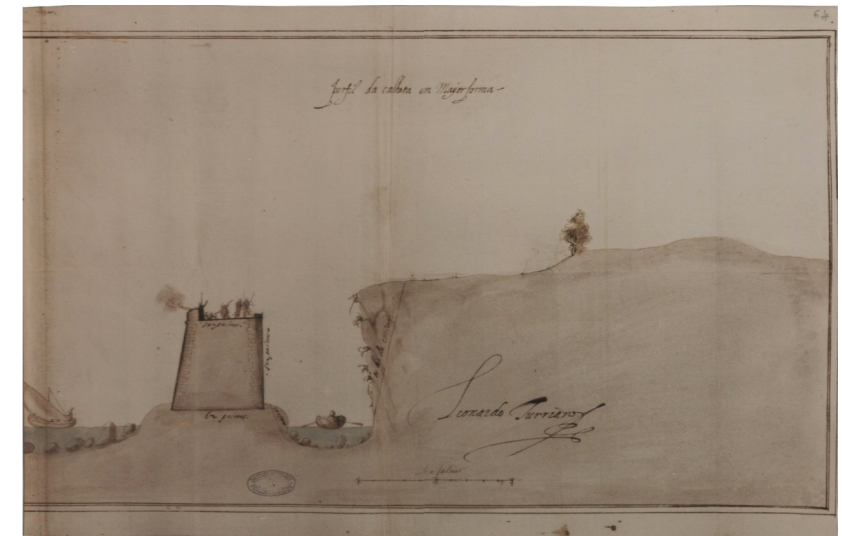
Fase B: Plano de Estrutura Urbana (Trabalho de Grupo)

Fase C: Projeto Urbano e Espaço Público (Trabalho de Grupo)

Fase D: Projeto de Arquitetura (Trabalho Individual)

Métodos

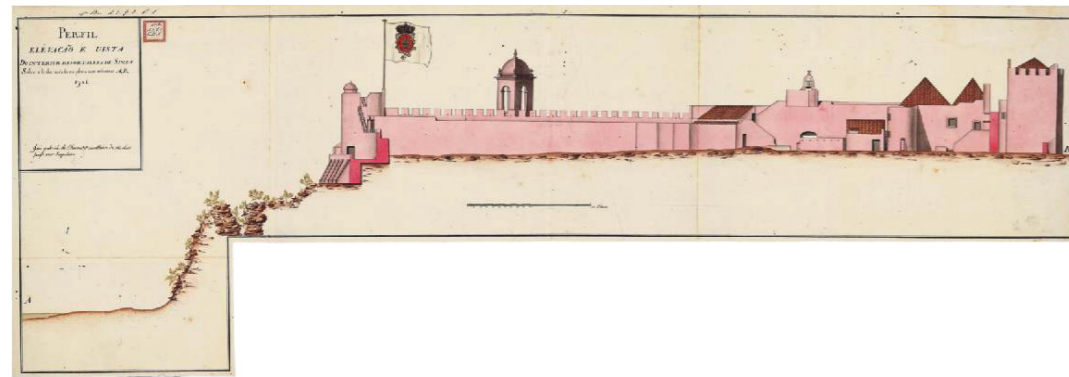
O método a exercitar será o de uma simulação, controlada e quando possível crítica, das condições da prática do projeto, tendo presente a liberdade de intervenção que o contexto acadêmico permite. As ferramentas utilizadas serão predominantemente as da representação em arquitetura, entendidas como instrumentos, simultâneos, de concentração de dados analíticos e de experimentação de uma nova ordem material proposta. O trabalho consistirá em um contínuo administrar de dúvidas, mediante um processo de trabalho com recurso sistemático ao desenho, nas suas múltiplas formas, livre, projetado, perspectivado, notado, diagramado ou maquetado. Outros meios de investigação/experimentação, como a fotografia, a colagem, o vídeo e a sobretudo o texto, serão utilizados em função do curso dos trabalhos e dos interesses expressivos, quer dos projetos, quer dos projetistas. A sustentação das propostas residirá no rigor e no significado das suas metodologias e dos resultados de trabalho. Privilegiar-se-á um sistema de trabalho simultaneamente em grupo e individual.



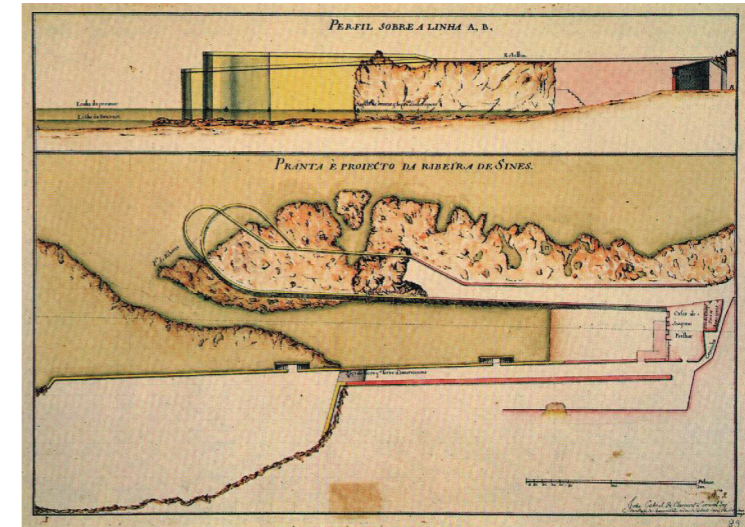
Perfil da Calheta - 1602
Fonte: Arquivo Municipal de Sines



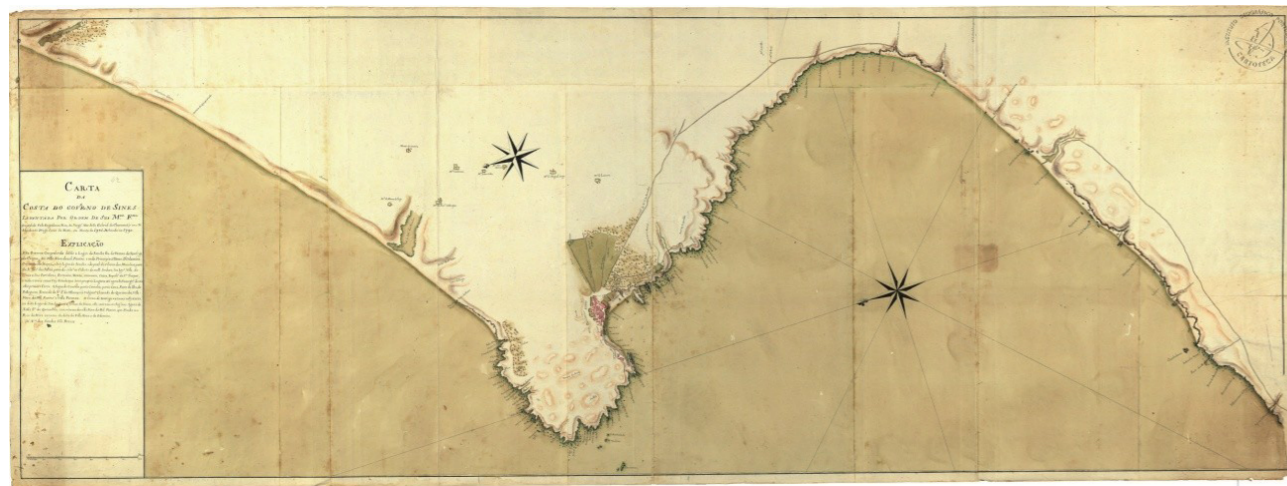
Planta da Vila de Sines - 1621
Fonte: Trienal de Arquitectura de Lisboa



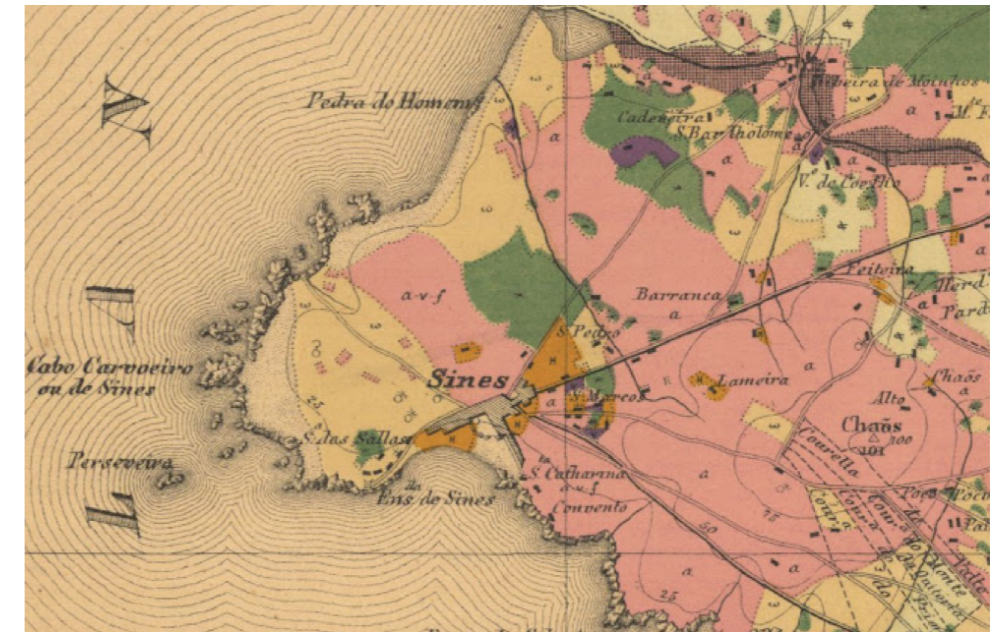
Castelo de Sines - 1770
 Fonte: Arquivo Municipal de Sines



Calheta - 1790
 Fonte: Trienal de Arquitectura de Lisboa



Planta da Vila de Sines - 1781/1790
 Fonte: Trienal de Arquitectura de Lisboa



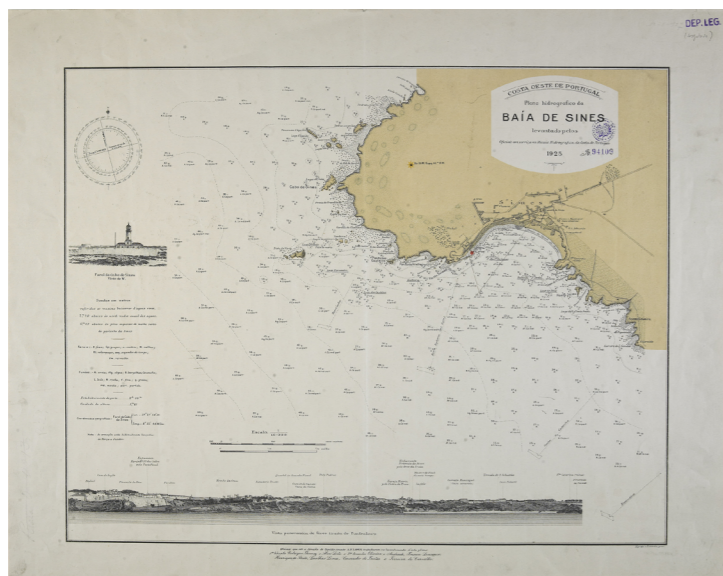
Carta Agrícola do concelho - 1890
 Fonte: Trienal de Arquitectura de Lisboa



Plano Hidrográfico da baía de Sines - 1900
 Fonte: Trienal de Arquitectura de Lisboa



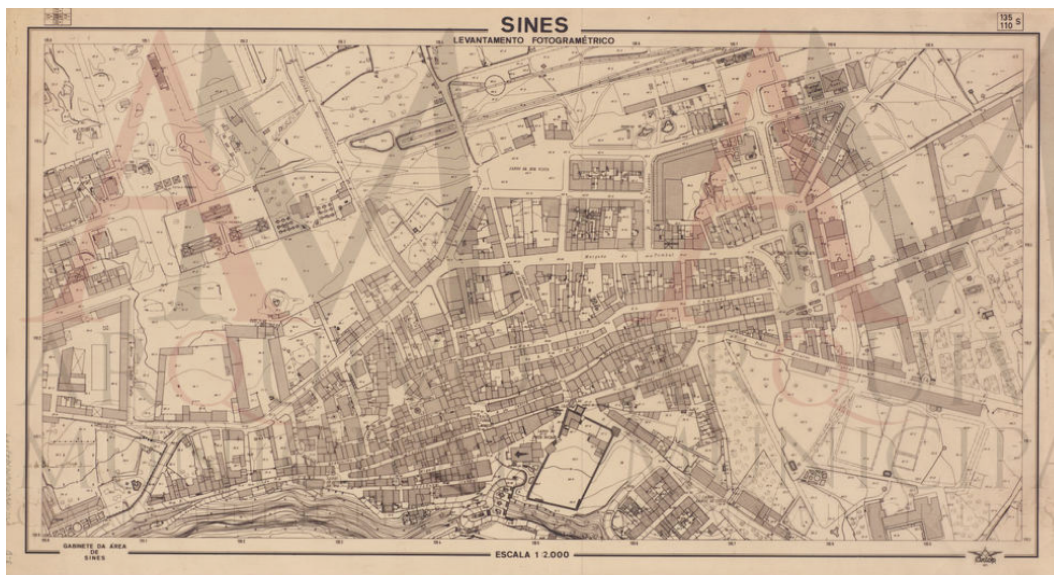
Planta Topográfica da Vila de Sines - sem data
 Fonte: Trienal de Arquitectura de Lisboa



Plano Hidrográfico da baía de Sines - 1925
 Fonte: Trienal de Arquitectura de Lisboa



Planta do centro histórico de Sines - sem data
 Fonte: Arquivo Municipal de Sines



Levantamento Fotogramétrico - sem data
 Fonte: Arquivo Municipal de Sines



Mapa dos Pesqueiros de Sines - sem data
 Fonte: Arquivo Municipal de Sines